



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202275000482	Distribuição: 24/05/2022
Número Único: 0000750-25.2022.8.25.0045	Competência: 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - DPVAT

Dados das Partes

Requerente: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Endereço: RUA SÃO FRANCISCO
Complemento: POVOADO BETUME
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: NEOPOLIS - Estado: SE - CEP: 49980000
Advogado(a): KRISTHIAN MORAIS BOMFIM 8363
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205
Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

24/05/2022

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202275000482, referente ao protocolo nº 20220524111602418, do dia 24/05/2022, às 11h16min, denominado Procedimento Comum, de DPVAT.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEÓPOLIS, ESTADO DE SERGIPE.

Prioridade na Tramitação – IDOSO

ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS, brasileira, casado, aposentada, portadora do RG 1.017.847 SSP/SE e inscrito no CPF: 047.205.258-38, residente de domiciliada na Rua São Francisco, 107, Povoado Betume, Neópolis – SE; CEP 49980-000, por conduto de seus advogados e bastante procuradores *in fine* firmados, legalmente constituído mediante instrumento procuratório em anexo, com endereço profissional situado na Rua João Ferreira da Gama, nº 68, Centro, Neópolis/SE, CEP: 49.980-000, vem perante Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74 12º andar, centro Rio de Janeiro/RG, CEP 20031-205, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria pelas razões adiante expostas:

I – DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, declara a parte Requerente que não possui condições de arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz *jus* ao benefício da gratuidade da justiça, visto que assim estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV, garantindo o acesso à justiça gratuita àqueles que comprovarem insuficiência de recursos e também a Lei 1.060/50 que disciplina o instituto da assistência judiciária.

O NCPC em seu artigo 99, § 2º, nos ensina que o juiz somente indeferirá o pedido de gratuidade de justiça se verificar nos autos indícios que afastem essa possibilidade.

Ademais, ao nos depararmos com o § 3º do mesmo artigo, se presume verídica a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Sendo assim, existe uma presunção *juris tantum* de veracidade da alegação de hipossuficiência, competindo à parte adversa, nos termos do art. 100 do CPC a produção de provas capazes de afastar a presunção relativa.

Ainda nesse sentido, vale destacar o art. 374, IV do novo Código de Processo Civil, o qual preceitua que os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade, não dependem de prova, como é o caso do pedido de gratuidade da justiça feito por pessoa natural.

II - DOS FATOS

A Parte Autora sofreu acidente de trânsito, nas imediações do trevo do povoado Betume, onde se desequilibrou e acabou caindo na pista.

A autora conduzia sua motocicleta SHINERAY XY 50 Q, Ano 2014, Placa QKU-5487, Cor: Vermelha.

Tal fato, ocorreu em 18/08/2016 às 14h e 30min, a mesma fora atendida no Hospital Municipal de Neópolis, e encaminhada para a fundação hospitalar de saúde de Propriá/SE, diante da gravidade das lesões, sendo constatado no momento oportuno “LESÃO DILACERANTE NO DORSO DO PÉ ESQUERDO COM LESÃO MUSCULAR.”

Conforme Prontuário Médico, a Parte Autora em 18/08/2016 foi admitida no hospital em razão do acidente de trânsito sofrido, diante disso faz jus ao recebimento da Indenização do Seguro obrigatório – DPVAT em razão das lesões e permanentes que lhe afetam. Sendo que uma análise mais detalhada é encontrada nas páginas do prontuário médico, onde se descreve em termos médicos os procedimentos, bem como as minúcias da fratura.

Por conta da gravidade das lesões, e suas sequelas, a Autora se tornou inapta para exercer suas funções laborais, passando a receber AUXILIO DOENÇA evoluindo para a sua APOSENTADORIA PELO INSS, conforme se extrai dos processos de nº 0501734-19.2018.4.05.8504 e 0501142-67.2021.4.05.8504.

Em pedido administrativo, fora concedido a requerente o pagamento pela perda funcional dos “DEDOS DO PÉ” – Perda funcional completa de qualquer um dos membros do pé 10%, sendo paga a mesma, a quantia de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

Acontece que sua lesão não atingiu somente “UM DEDO DO PÉ” e sim todo o membro inferior, lhe fazendo perder 100% (cem por cento) da mobilidade daquele membro.

A respeito do assunto abordado, é sempre oportuno lembrar, que o corpo humano é dividido classicamente em cabeça e pescoço, tronco e membros, nos termos abaixo:

1. Cabeça e pescoço - inclui tudo que está acima da abertura torácica superior.
2. Membro superior - inclui a mão, antebraço, braço, ombro, axila, região peitoral e região escapular.
3. Tórax - é a região do peito compreendida entre a abertura torácica superior e o diafragma torácico.
4. Abdômen - é a parte do tronco entre o tórax e a pelve.
5. Costas - a coluna vertebral e seus componentes, as vértebras e os discos intervertebrais.
6. Pelve e períneo - sendo aquele a região de transição entre tronco e membros inferiores e este a região superficial entre sínfise púbica e cóccix.
- 7. Membro inferior - geralmente é tudo que está abaixo do ligamento inguinal, incluindo a coxa, articulação do quadril, perna e pé.** (grifou-se).

Posto isto, não lhe restou alternativa, senão procurar a tutela jurisdicional para ter seus direitos resguardados, haja vista que do ato negligente praticado pela Empresa Requerida, veio lhe acarretar diversos prejuízos, os quais serão considerados linhas abaixo.

II - PRELIMINARMENTE II.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, faz-se necessário demonstrar a Legitimidade Passiva para a presente causa, tendo em vista ser uníssono o entendimento de que, qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Seguradora Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, tudo nos termos do art. 7º, da Lei n. 8.441/92, in verbis:

Art 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

§1º. O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

Neste tocante, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica, senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.

(STJ - REsp: 401418 MG 2001/0194323-0, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 23/04/2002, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 10.06.2002 p. 220).

Portanto, nota-se que é entendimento pacífico na Jurisprudência pátria que, o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75, do CNSP. Analisa-se o seguinte julgado que corrobora ao entendimento:

FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Por todo explanado, é o entendimento razoável que, a Parte Autora deve ter sua problemática dirimida pela **SEGURADORA LÍDER**.

II.2 - DO INTERESSE DE AGIR

Quanto a eventual alegação por parte da Requerida, no que tange a matéria da falta de interesse de agir da Parte Autora, a Constituição Federal assegura, em seu art. 5º, XXXV, abaixo:

Art. 5º. *omissis*

(...)

XXXV - A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito.

Deste modo, a Parte Autora não é obrigada a se submeter às " vaidades " administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal. Assim, suscitar a falta de **INTERESSE DE AGIR**, caracteriza total desentendimento com a

Constituição Federal, tal entendimento pode-se verificar através da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. IRRELEVÂNCIA. SENTENÇA NULA. RECURSO PROVIDO. Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada prerrogativa de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário. (TJ/MS; 4ª Câmara Cível; Rel. Des. Paschoal Carmello Leandro; Apelação nº 0821049-37.2012.8.12.0001 – Campo Grande; Julgado em 10.12.2013 – grifou-se).

Importante salientar que, as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT sempre dificultam o pagamento de sua obrigação por via administrativa, solicitando vasta documentação, o que por sua vez prorroga ao máximo o pagamento da indenização devida.

Não obstante, quando ocorre o pagamento, não cumprem a legislação vigente em razão da mora.

Logo, não está obrigado a Parte Autora a receber valor inferior ao Legal ou de modo exclusivo ao administrativo, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.

III – MÉRITO

A previsão legal do pedido encontra-se na Lei 6.194/74, que "*dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*", com a última alteração da lei 11.945/09. Vejamos o que anota tal Diploma Legal:

Art. 3. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§2º. Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§3º. As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Nota-se, da tabela/anexo I, constante da Lei sob nº 6.194/74, devidamente modificada pela Lei 11.487/07, que a gravidade da lesão sofrida pela parte Autora, faz jus ao pagamento de indenização na proporção de 100% (cem por cento) do teto da remuneração paga pelo Seguro DPVAT, ou seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**. Isto porque se enquadra no seguinte quesito: **Perda anatômica e/ou funcional de um dos membros superiores:**

Danos Corporais Totais Repercurssão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de uma das pernas	100

Como se vê nos termos exegéticos, indubitável é a aplicação do percentual acima mencionado, afinal a lesão ocorreu em um membro importante para o cotidiano da vítima, portanto, sem sombra de dúvidas, enquadra-se no quesito “membro superior” da Lei.

De outro viés, as consequências pós-operatórias em fraturas deste tipo são de fato prejudiciais ao pleno desenvolvimento funcional, afinal quando se está a falar de uma lesão de tal magnitude, inevitavelmente menciona-se o comprometimento de todo e qualquer movimento, ou de membros que exigem o pleno desenvolvimento deste.

Neste ínterim, evidenciado o dano sofrido no evento, incontestável que a Parte Autora faz jus ao enquadramento com o percentual previsto na tabela constante da Lei nº 6.194/74, de 70% (setenta por cento), almejando este Autor **somente a justa indenização**.

IV - DO VALOR INDENIZATÓRIO DO SEGURO DPVAT

Nesta corrente, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Autora, cabe a ele a fixação do seguro DPVAT em 70% (setenta por cento) do máximo previsto, conforme laudo médico em anexo, o que será confirmado pela perícia a ser realizada posteriormente.

Acerca do assunto já se posicionou este egrégio Tribunal de Justiça:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - QUANTUM INDENIZÁVEL - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.945/09 - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM - DISTINÇÃO ENTRE INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A redação do art. 3º da Lei 6.194/74, recentemente alterado pela Lei 11.945/09, é aplicável aos fatos ocorridos após sua entrada em vigor, ou seja, 15 de dezembro de 2008. Como, no presente caso, o sinistro data de 18.01.2009, deve ser levado em consideração o grau de comprometimento do membro, sentido ou função, quando do arbitramento do quantum da indenização. Recurso conhecido, porém improvido. Decisão mantida. (TJMS -

Apelação Cível - Sumário - N. 2010.014828-4/0000-00 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. João Maria Lós - 1ª Turma Cível - Julgamento 21.09.2010). (grifou-se).

Ao dispor sobre os requisitos necessários ao recebimento da indenização do seguro obrigatório, a Lei n. 6.194/74, em seu artigo 5º, expressamente condiciona a procedência do pedido à simples prova do acidente e do dano decorrente, *in verbis*:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifou-se)

De fato, não resta dúvida que a Parte Autora sofreu acidente automobilístico na data relacionada no prontuário médico, já citado e emitido pela Unidade de Saúde.

Acerca do tema, a jurisprudência é dominante, no seguinte sentido:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 451/2008 CONVERTIDA NA LEI N. 11.945/2009. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO FIXADA NA TABELA ANEXA À REFERIDA LEI. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. **As indenizações por invalidez permanente decorrentes de acidente automobilístico ocorrido após a entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008, posteriormente convertida na Lei n. 11.945/2009, devem ser pagas de acordo com a tabela contida na referida Lei de regência.** No que tange à correção monetária, não obstante tenha me posicionado em outras oportunidades no sentido de que sua incidência, nesses casos deviam dar a partir da data do sinistro, entendo que o critério mais adequado é aquele que prevê considerar a atualização do montante de R\$ 9.450,00 de modo a fazê-lo retroagir à data de vigência da Medida Provisória n. 340/2006, sob pena de tornar inócuo o objetivo da legislação que regulamenta a questão, a qual possui nítido caráter. Contudo, não tendo havido recurso da parte autora nesse sentido, deve ser mantida a data da incidência da correção consoante consta na decisão recorrida.

(TJMS - Apelação Cível - Ordinário - N. 2012.019797-7 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. SÉRGIO FERNANDES

MARTINS - 1ª Câmara Cível - Julgamento 17.07.2012).
(grifou-se).

Desse modo, nos termos da Lei nº 6.194/74, cabe à parte Autora o pagamento de indenização de 70% (setenta por cento), valor máximo do seguro DPVAT, qual seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, o que se confirma pela simples análise detida dos documentos acostados, o que será confirmado pela perícia a ser realizada.

Desta forma, o não pagamento do valor devido ao Requerente, proporcional à extensão de danos sofridos por este último, encontra óbice no entendimento já pacificado do Superior Tribunal de Justiça, conforme a Súmula 474: “*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez*”.

De mais a mais, resta visível que não foi paga a quantia devida pela requerente, não se retrata na atual situação daquele, uma vez que teria direito ao recebimento da quantia de **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, haja vista a dor e graves ferimentos experimentados.

V - DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

No presente caso verifica-se que o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres é um serviço posto à disposição do consumidor pela seguradora. Assim, a relação jurídica entre o segurado e a seguradora, ora Ré, é nitidamente uma relação de consumo protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

O CDC é nítido ao dispor que fornecedor é toda pessoa, pública ou privada, que disponibilize produtos ou forneça serviços, inclusive de natureza securitária, equiparando-se aos consumidores todas as vítimas do evento, tais como o beneficiário do seguro obrigatório (DPVAT), vitimado em acidente causado por veículo automotor.

Acerca do tema, a jurisprudência tem entendido no seguinte sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO**. COMPLÇÃO DE **SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**. - **CDC. APLICABILIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE**. - PERÍCIA. REQUERIMENTO DO AUTOR. HONORÁRIA. INTERLOCUTÓRIO COM DETERMINAÇÃO PARA A SEGURADORA PAGAR A PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 33, DO CPC. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ART. 3º, V,

DA LEI N. 1.060/50. RECOLHIMENTO AO FINAL. - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. **Embora não seja típica relação securitária, é aplicável o Diploma Consumerista aos seguros obrigatórios, notadamente porque as partes se enquadram nos conceitos de fornecedor e consumidor (arts. 2º e 3º do CDC).** Possível, ademais, a inversão do ônus da prova, mormente quando ausente qualquer impugnação específica quanto ao preenchimento de seus requisitos. - "Na linha da jurisprudência da Corte, a inversão do ônus da prova, deferida nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não significa transferir para a parte ré o ônus do pagamento dos honorários do perito, embora deva arcar com as conseqüências de sua não-produção." (STJ. Recurso especial n. 651.632/BA, Terceira Turma. Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, j. em 27.03.2007). (TJ-SC - AI: 522545 SC 2010.052254-5 - Blumenau, Quinta Câmara de Direito Civil; Relator: Henry Petry Junior, Data de Julgamento: 06/09/2011, grifou-se, sic).

Destaca-se que não pairam dúvidas sobre a relação consumerista entre as partes, devendo, ademais, ser concedida a inversão do ônus de prova, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, do CDC. Cite-se:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

De mais a mais, verifica-se a verossimilhança das alegações, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Requerente, demonstrada pelo prontuário médico.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO IML PARA ATESTAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. ART. 5º, § 5º DA LEI 6.194/74. IMPOSSIBILIDADE. VIA ADMINISTRATIVA. PERÍCIA JUDICIAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO

CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E CELERIDADE PROCESSUAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O seguro DPVAT está então inserido em contrato tipicamente de consumo, sujeito às normas expressas pelo CDC, que admite, como forma de facilitação da defesa dos direitos do consumidor, a inversão do ônus da prova, desde que presentes os requisitos da verossimilhança das alegações do consumidor e a comprovação de sua hipossuficiência.

2. O laudo do Instituto Médico Legal é colocado à disposição da vítima para que esta possa pleitear a indenização pela via administrativa de modo que a realização da perícia judicial não afronta o contido no artigo 5º, § 5º da Lei 6.194/74, até porque tal prova será produzida sobre o crivo da ampla defesa e do contraditório.

(TJ-PR - AI: 7323020 PR 0732302-0, 10ª Câmara Cível; Relator: Arquelau Araujo Ribas, Data de Julgamento: 12/05/2011, grifou-se).

Dessa forma, necessário o reconhecimento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em tela, bem como o mister de ser realizada a inversão do ônus da prova.

Ademais, na hipótese de não se entender pela aplicação do CDC ao caso concreto, ainda assim deve ser realizada a inversão do ônus da prova, visto que a situação de direito material do caso em tela autoriza que o referido ônus seja tratado de forma diferenciada.

Nesse sentido, está caracterizada a vulnerabilidade técnica e a hipossuficiência da Parte Autora, diante da dificuldade de suportar os encargos para a produção da prova pericial, necessária à demonstração dos fatos constitutivos de seu direito¹.

VI – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Por fim, pretende a Parte Autora que lhe seja concedida os benefícios da Justiça:

Art. 5º. omissis

(...)

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Bem como nos termos do art. 99º, parágrafos 1ª, 3ª e 4ª, da Lei 13.105/15, conforme *in verbis*:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

E da Lei 7.115, de 29.08.1983, visto que é desprovida de recursos suficientes para arcar com as despesas processuais oriundas da demanda, consoante declaração de hipossuficiência anexa, quais sejam, **pagar às custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

VII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) Julgar procedente, em sua totalidade os pedidos formulados na presente peça processual, CONDENANDO a empresa Ré ao pagamento da indenização do Seguro obrigatório no valor total correspondente a **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, a ser corrigido com juros a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do STJ e correção monetária desde a data do acidente, de acordo com as súmulas 43 e 54 do mesmo códex;

b) Subsidiariamente, condenar a Requerida ao pagamento em valor proporcional à gravidade da lesão apurada;

c) Caso constatado em perícia médica realizada que a parte autora permaneceu com a mesma lesão da esfera administrativa, que seja a Requerida condenada ao pagamento dos juros e correção monetária nos termos da Súmula n. 580 c/c Súmula n. 426 ambas do STJ, uma vez que a Ré ao efetivar o pagamento administrativo não realiza a atualização dos valores a partir da data do acidente, adimplindo apenas o valor principal da tabela;

d) Determinar a citação da Requerida, conforme previsto no artigo 280 NCPC, no endereço preambularmente apostado, para que apresente contestação nos moldes exigidos;

e) Diante da nova exigência do NCPC, como no presente caso nunca há conciliação, informo desde já o desinteresse na conciliação por ser impossível;

f) Conceder os benefícios da justiça gratuita por assim necessitar, não podendo a parte Autora dispor de meios suficientes para demandar em juízo sem prejuízo próprio, nos moldes da Lei n. 1.060/50;

g) Seja concedido a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e artigo 373, inciso II do NCPC;

h) Condenar a Requerida ao pagamento das custas processuais e demais consectários legais, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios, a serem fixados em 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, fixados por apreciação equitativa conforme Art. 85, § 8º do CPC, ou valor correspondente a resolução 02/2015-OAB/MS caso aplicado o Art. 85, § 2º do CPC;

Dá-se à causa o valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**.

Por fim, requer que todas as intimações e publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do advogado Dr. **KRISTHIAN MORAIS BOMFIM OAB/SE 8363**, sob pena dos efeitos de nulidade.

Nestes termos, em que pede deferimento.

Neópolis (SE), 20 de Maio de 2022.

KRISTHIAN MORAIS BOMFIM
OAB/SE Nº 8.363

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Ana Meiri Soares Sibrino Brasileira,
Passada Passadoura, Rg. 1017.847 SSP/SE e CPF
047.205.285-38, residente e domiciliada na Rua
São Francisco, nº 107 - Passado Betuna - Neópolis/SE
CPF. 49980-000.

OUTORGADO: Kristhian Morais Bomfim, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SE, sob o número 8363, CPF 058.821.424-82, residente e domiciliado na cidade de Aracaju -SE, endereço de eletrônico kristhianmorais.adv@gmail.com e endereço profissional na Av. Tancredo Neves, 079, Inácio Barbosa, CEP 49040-490, e Rua João Ferreira da Gama, 68, Centro, Neópolis - SE; e Mariana Sandes Vieira Leite, brasileira, separada, advogada, inscrito na OAB/SE, sob o número 9126, CPF 043.852.875-11, residente e domiciliado na cidade de Aracaju -SE, endereço eletrônico marianaleite.adv@gmail.com e endereço profissional na Av. Tancredo Neves, 079, Inácio Barbosa, CEP 49040-490 e Rua João Ferreira da Gama, 68, Centro, Neópolis - SE.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "*ad-judicia et extra*", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Neópolis/se, 24 de Maio de 2022.

Ana Meiri Soares Sibrino

JOSE CORREIA SANTOS
RUA SAO FRANCISCO, 00107 - AREA RURAL
NEOPOLIS / SE CEP: 49980000 (AG: 970)



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa
Araçáju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc. Est. 270.767.436
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 018.123.396
Cód. par Deb. Automático: 00001561711

Ligação: M.DNCFÁSICO
Cl/Sbc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Referência: Out / 2019
Medidor: E#003759765 Emissão: 28/10/2019

Atendimento ao Cliente ENERGISA **08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Out / 2019	28/10/2019	27/11/2019	051.362.375-20
Insc. Est:			

Canal de contato

Conheça a Gisa, nossa atendente virtual do Whatsapp?
Ela pode te ajudar com informações sobre débitos,
enviar a segunda via da conta de energia
e até fazer pedido de religação.
Salve nosso número e nos chame sempre que precisar:
79 98101-1715

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
28/09/19	20939	28/10/19	21050	1
				111
				32

Demonstrativo

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa/ Tributos Total(R\$)	Valor Base Cco (R\$)	Aliq. ICMS(R\$)	ICMS (R\$)	Base Cco (R\$)	Pa/Colins(R\$)	Pa/Colins(R\$) (0,6979%)	Cofins(R\$) (4,1357%)	
0801	Consumo em kWh	111,000	0,758530	84,18	84,18	25	21,05	84,18	0,75	3,48	
0801	Adic. B. Vermelha		0,74	0,74	25	0,18	0,74	0,01	0,03		
0801	Adic. B. Amarela		2,10	2,10	25	0,52	2,10	0,02	0,08		
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS											
0804	JUROS DE MORA 09/2019		0,31	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0805	MULTA 09/2019		3,05	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0801	RE&T. BAND. AMAR. RESIDENCIAL 09/2019		-0,09	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

CCI Código de Classificação do Item TOTAL: 90,30 87,03 21,75 87,03 0,78 3,59
Tarifa s/ Tributos: 0,530720

165 **04/11/2019** **R\$ 90,30**

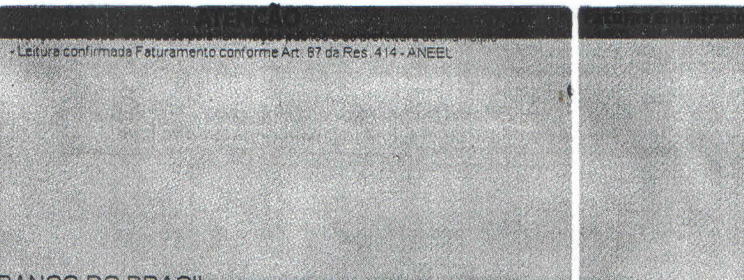
Histórico de Consumo (kWh)

171	189	178	183	226	239	220	213	172	185	187	190
Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19

c160.d3bc.e7fd.80d0.695b.9570.f666.5f7d.

Indicadores de Qualidade 8/2019 - CARRAPICHO				Composição do Consumo		
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	11,16	0,00	NOMINAL 127	Serviços de Dist. da Energia/SE	22,15	24,51
DIC TRIMESTRAL	22,32			Compra de Energia	32,18	35,60
DIC ANUAL	44,65		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 117 LIMITE SUPERIOR 193	Serviço de Transmissão	2,15	2,39
FIG MENSAL	7,87	0,00		Encargos Setoriais	4,42	4,98
FIG TRIMESTRAL	15,34			Impostos Diretos e Encargos	29,48	32,61
FIG ANUAL	30,69			Outros Serviços	0,00	0,00
DMC	6,08	0,00		Total	90,39	100,00
DICRI	18,80					

Valor do EUSD (Ref. 8/2019) R\$ 53,27

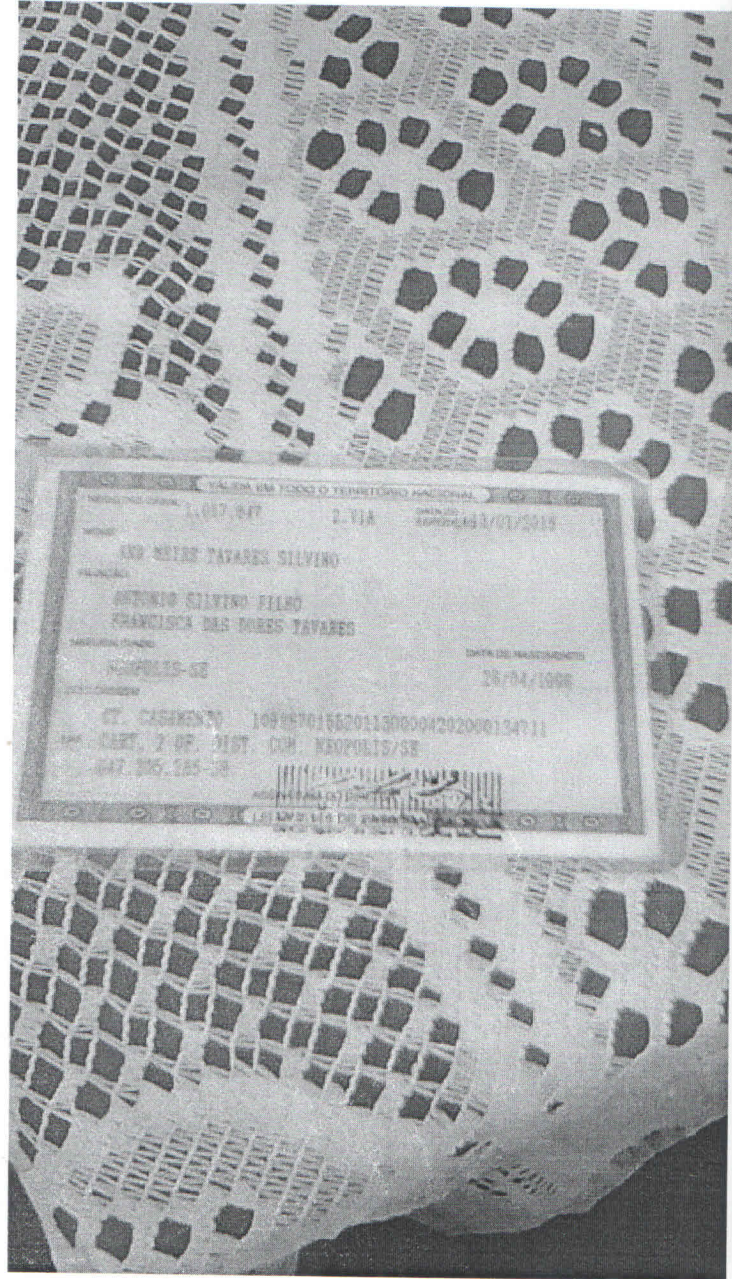


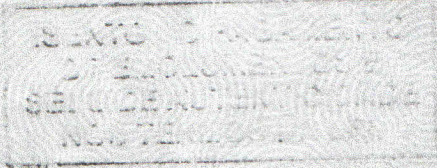
BANCC DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL
00190.00009 03087.893008 03742.670171 1 80630000009030

PAGADOR: JOSE CORREIA SANTOS - CPF/CNPJ: 051.362.375-20
RUA SAO FRANCISCO, 00107 - AREA RURAL - NEOPOLIS / SE CEP: 49980000

Nosso Nr.	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
308789300(03742670)	000156171201910	04/11/2019	R\$ 90,30	

BENEFICIARIO: ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA CNPJ 13.017.462/0001-63





REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME
JOSÉ CORREIA SANTOS
ANA MEIRE TAVARES SILVINO

MATRÍCULA
109967 01 55 2011 3 00004 202 0001347 - 11

(LIVRO B-AUX: 4 TERMO: 1347 FOLHA: 202)

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

JOSÉ CORREIA SANTOS, NASCIDO EM ARACAJU-SE, BRASIL, EM DEZESSETE (17) DO MÊS DE FEVEREIRO (02) DO ANO DE UM MIL, NOVECENTOS E TRINTA E NOVE (1939), FILHO DE CICERO JOSÉ DOS SANTOS E MARIA DE LOURDES SANTOS.
ANA MEIRE TAVARES SILVINO, NASCIDA EM NEÓPOLIS-SE, BRASIL, EM VINTE E SEIS (26) DO MÊS DE ABRIL (04) DO ANO DE UM MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E SEIS (1966), FILHA DE ANTONIO SILVINO FILHO E FRANCISCA DAS DORES TAVARES.

DATA DE REGISTRO POR EXTENSO	DIA	MÊS	ANO
VINTE E SEIS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E ONZE	26	11	2011

RÉGIME DE BENS DO CASAMENTO
SEPARAÇÃO DE BENS LEGAL

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

NOME DO OFÍCIO: 2º OFÍCIO DA COMARCA DE NEÓPOLIS
ESCREVENTE: AMANDA OLIVEIRA DOS SANTOS
MUNICÍPIO: NEÓPOLIS-SE
ENDEREÇO: PRAÇA MANOEL ADELINO DA CRUZ, Nº 67

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Data e local: NEÓPOLIS, SE, 28 de Novembro de 2011.

[Assinatura]
Assinatura do Oficial

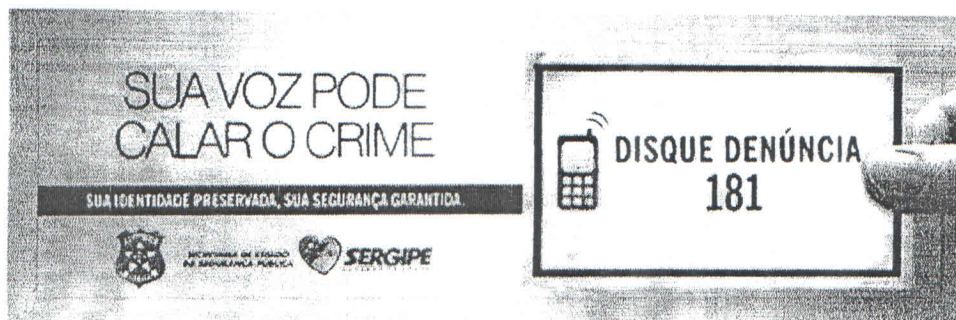
Aneron

AA 130473



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA DE NEÓPOLIS



DELEGACIA DE POLÍCIA DE NEÓPOLIS

PRAÇA GENERAL OLIVEIRA VALADÃO, CENTRO FONE: (79)3344-1282

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2017/06568.0-000229

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE NEÓPOLIS

Endereço: PRAÇA GENERAL OLIVEIRA VALADÃO, CENTRO FONE: (79)3344-1282

FATO

Data e Hora do Fato: 18/08/2016 - 14:30- até 18/08/2016 - 14:30

Endereço: PRÓXIMO AO TREVO Número: Complemento: CEP: 49980-000

Bairro: POVOADO BETUME Cidade: NEOPOLIS - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE NEÓPOLIS

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS

Nome do pai: ANTONIO SILVINO FILHO Nome da mãe: FRANCISCA DAS DORES TAVARES

Pessoa: Física CPF/CGC: 047.205.285-38 RG: 10178473 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: NEOPOLIS Data de nascimento: 26/04/1966 Sexo: Feminino Cor da cútis:

Profissão: DONA DO LAR Estado civil: Não informado Grau de instrução:

Endereço: RUA São Francisco Número: 107 Complemento:

CEP: 49.980-000 Bairro: povado BETUME Cidade: NEOPOLIS UF: SE

Proximidades: Telefone: 79 9 9808-7896

HISTÓRICO

Relata a notificante que estava pilotando a moto SHINERAY XY 50 Q, ano 2014, placas QKU5487, cor vermelha, nas imediações do povoado Betume, próximo ao trevo, quando perdeu o equilíbrio e caiu na pista. QUE do acidente sofreu fraturas no pé esquerdo e até o dia de hoje faz fisioterapia e anda de muletas.

Data e hora da comunicação: 16/05/2017 às 11:06

Última Alteração: 16/05/2017 às 11:06

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado. Pena - detenção de um a seis meses, ou multa.

Ana Meire Tavares silvino
ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS
Responsável pela comunicação

Aline Viviane Chagas de Lima
Aline Viviane Chagas de Lima
Responsável pelo preenchimento

Suturo

Nome do Paciente: Ana Maria Tavares Silveira		RG: 1.017.847
Data Nasc.: 26/04/1966	Data: 18/08/16	Hora: 15:49
Endereço: R. de S. Neópolis		
Especificação: 70		

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO / ATENDIMENTO DO ENFERMEIRO

DEMANDA ESPONTÂNEA ENCAMINHAMENTO SAMU

1. Queixa principal e Anamnese:

paciente com lesão dilacerante no dorso do pé esquerdo com lesão muscular.

2. Cronologia/Duração da Queixa: Agudo Crônico

3. História Progressiva: DM Cardiopatias HAS Alergias

Outros: _____ Peso: _____

4. Dados Vitais

P.A.: _____ FC _____ Tax _____ FR _____ Glicemia _____ SPO2 _____

5. Risco: AZUL VERDE AMARELO VERMELHO

Enfermeiro (Ass. e Carimbo): _____ Hora da Class.: _____

PRESCRIÇÃO / EVOLUÇÃO MÉDICA

Hora atend. Méd.: _____

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

ferida medicada com curativo.

- (1) curativo compressivo
- (2) Encaminhado ao cirurgião geral
- (3) RX do pé esquerdo.
- (4) profenal - 16.45
- (5) liberar o RX

Instituto Brasileiro de Saúde
C.F. Nº 3632
C.F. Nº 1.111

CONFERE COM O ORIGINAL

UPA NEÓPOLIS - FHS
CNPJ: 10.436.979/0007-9
Rua: José Odín Ribeiro, nº 7
Centro - Neópolis/SE

6. Hipótese Diagnóstica: Ferimento do pé.

7. Avaliação de risco pelo médico: AZUL VERDE AMARELO VERMELHO

MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIA

No. DO BE: 430863
CNS:

DATA: 18/08/2016 HORA: 18:49 USUARIO: FRVSANTOS
SETOR: 01-CLASSIFICACAO DE RISCO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME: ^{Ana} ~~NAN~~ MEIRE TAVARES SILVINO DOC...: 1017847
 IDADE: 50 ANOS NASC: 26/04/1966 SEXO...: FEMININO
 ENDRECO: POV BETUMA NUMERO:
 COMPLEMENTO: BAIRRO:
 MUNICIPIO: NEOPOLIS UF: SE CEP...: 49980-000
 PAI/MAE: ANTONIO SILVINO FILHO /FRANCISCA DAS DORES TAVARES
 RESPONSAVEL: O PROPRIO TEL...:
 PROCEDENCIA: NEOPOLIS-SE
 ATENDIMENTO: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE...: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

*Queda no joelho e dor conf. conf. facer
durante a noite. Rx e/ou prof. cur.*

HISTORICO DA ENFERMAGEM:

paciente de 50 anos, unificada.

DIAGNOSTICO: *lesão conf. conf. joelho @ / joelho CID: S80.0*

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

- 1) *suporte físico*
- 2) *Capote de joelho - 02 x 4 + 10 @ 20:30*
- 3) *Medicamentos para dor (JMA) *luz**
- 4) *ATO + AINS ex. - A CASA.*

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

CONTINENCIA NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

PREVENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

[] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

Martaly Tavares da Santos
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Dr. Adilson Mota de I. Almeida
Ortopedia e Traumatologia
CRM 17.45433
Rua 2 - San. Arnão de Melo
Araçáca - AL

Rio de Janeiro, 24 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Declaração do Proprietário do Veículo incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 70300348 - AC NEOPOLIS
NEOPOLIS + SE
CNPJ.: 34028316042450 Ins Est.: 270510974

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 09248608000104
Doc. Post.....: 325640943
Contrato...: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao...: 62267655

Movimento...: 15/05/2019 Hora.....: 08:19:52
Caixa.....: 91648061 Matrícula...: 87280264
Lancamento...: 003 Atendimento: 00002
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete.: 1643460997

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO (R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	23,26+
Valor do Porte(R\$)...	23,26	
Peso Real (G).....	97	
Peso Tarifado:.....	0,097	
CNPJ/CPF Remet : 04720528538		
Nome Remetente: ANA MEIRE TAVARES SILVINO		
Endereco Remet.: RUA SAO FRANCISCO, 107 - P		
Cont Endereco...: DV BETUME		
Cep Remetente...: 49980-000		
Cidade Remet...: NEOPOLIS		
UF Remet.....: SE		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	29,00+
Valor do Porte(R\$)...	29,00	
Cep Destino: 20011-904 (RJ)		
Peso real (G).....	97	
Peso Tarifado:.....	0,097	
OBJETO.....: DY312938756BR		

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 52,26

Valor Declarado nao solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o servico adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais
Nome: RG:
Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pre-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.

VIA-CLIENTE SARA 7.9.00

centauro Gráfica e Editora, CNPJ 02.111.102/0001-00 - Bobina de Papel Termocent LD PARA USO EM ECF com 45 m - Alo COTEPE/ICMS de credenciamento 02/12/2011 - Alo COTEPE/ICMS de registro 004/2011



Fale com os Correios: cor
CAC: 3003 0100 ou 0
0800 725 0100 (su
Ouvidoria: cor
Denúncia: cor



Fale com os Correios: cor
CAC: 3003 0100 ou 08
0800 725 0100 (su
Ouvidoria: cor
Denúncia: cor

PARA USO
stro 004/2011

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 70300348 - AC NEOPOLIS - SE
NEOPOLIS
CNPJ....: 34028316042450 Ins Est.: 270510974

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 09248608000104
Doc. Post.....: 332420027
Contrato...: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao...: 62267655

Movimento...: 04/07/2019 Hora.....: 09:32:48
Caixa.....: 92369276 Matrícula...: 80277241
Lancamento.: 003 Atendimento: 00002
Modalidade.: A Faturar ID Tiquete.: 1668426920

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	23,26+
Valor do Porte(R\$)...	23,26	
Peso real (G).....	50	
Peso Tarifado:.....	0,050	
CNPJ/CPF Remet : 04720528538		
Nome Remetente.: ANA MEIRE TAVARES SILVINO		
Endereco Remet.: RUA SAO FRANCISCO, 107 - B		
Cont Endereco...: ETUME		
Cep Remetente...: 49980-000		
Cidade Remet....: NEOPOLIS		
UF Remet.....: SE		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	30,43+
Valor do Porte(R\$)...	30,43	
Cep Destino: 20011-904 (RJ)		
Peso real (G).....	50	
Peso Tarifado:.....	0,050	
OBJETO.....: DY312940091BR		

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 53,69

Valor Declarado nao solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o servico adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheco a prestacao do(s) servico(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentacao de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderao sofrer variacoes de
acordo com as clausulas contratuais
Nome: _____
Ass. Responsavel.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pre-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em maos o numero do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com

Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento	Apresentar o formulário Pedido do Seguro DPVAT, disponível em nosso site, com preenchimento completo/correto de todos os campos dos Dados Cadastrais, sem abreviações e/ou rasuras, confirmando as informações bancárias de titularidade da própria vítima/beneficiário, pois o banco recusou a realização do depósito da indenização/reembolso na conta bancária inicialmente informada.
---------------------------------	---

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 28 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: INTERRUÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, foi verificada a necessidade de realização de avaliação médica presencial para a identificação e/ou enquadramento da invalidez permanente de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do seu pedido fica interrompido e sua contagem será reiniciada após a emissão do laudo da avaliação médica.

O não comparecimento à avaliação médica agendada poderá gerar o cancelamento do pedido do Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 15 de Março de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 675,00

Dano Pessoal: Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé 10%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 10%) 5,00%

Valor a indenizar: 5,00% x 13.500,00 = R\$ 675,00

Recebedor: **ANA MEIRE TAVARES SILVINO**

Valor: **R\$ 675,00**

Banco: **104**

Agência: **000004478**

Conta: **0000018620-4**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PROPRIÁ - 9ª VARA FEDERAL

PERÍCIA MÉDICA

PROCESSO: 0501734-19.2018.4.05.8504

AUTOR (A): ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS

ATIVIDADE DECLARADA: Pesca.

RÉU: INSS

DATA: 07.12.2018.

PERITO: Dr. Gabriel Bahia Messias CRM 2886

OBS: A parte autora é ou já foi paciente do ilustre perito? Não.

- RELATÓRIO PERICIAL

A parte autora, pescadora, apresenta limitação dinâmica e de força em pé esquerdo após trauma associado a rotura ligamentar e tendínea em pé esquerdo cursando com dor e edema aos esforços. Apresenta sinais inflamatórios limitantes. Encontra-se em tratamento com índice terapêutico insuficiente. Apresenta sinais de descontrole e limitação.

A autora apresenta diagnóstico de diabetes melitus, em tratamento adequado, sem limitação associada. Apresentou entre outros, REL MED, RNM ANTEPÉ (22.03.2018), REC MED. O prognóstico é incerto, deve ser reavaliado em 180 dias. Podemos afirmar que a limitação para a atividade declarada prevalece desde a DER (26.06.16) baseando-se em fisiopatologia e documentação médica. Não há elementos suficientes que definam outras patologias e outras limitações.

- QUESITOS DO JUIZO.

1. O periciando (a) é, ou já foi, portador (a) de doença, deficiência ou algum tipo de retardo mental? Nesse último caso, qual o grau: Leve, Moderado ou Grave?

A parte autora, pescadora, apresenta limitação dinâmica e de força em pé esquerdo após trauma associado a rotura ligamentar e tendínea em pé esquerdo cursando com dor e edema aos esforços. Apresenta sinais inflamatórios limitantes. Encontra-se em tratamento com índice terapêutico insuficiente. Apresenta sinais de descontrole e limitação.

2. Em caso afirmativo, essa doença, deficiência ou retardo mental atualmente o (a) incapacita para a atividade que ele afirmou exercer? E já o (a) incapacitou anteriormente?
Sim.

3. Caso o (a) periciando (a) esteja incapacitado (a), é possível determinar a data do início da doença incapacitante?

Podemos afirmar que a limitação prevalece desde a DER baseando-se em fisiopatologia e documentação medica.

4. No caso de haver sido detectada alguma incapacidade, quais os sintomas que acometem o (a) incapacitado (a) para o exercício da atividade que ele (a) declarou exercer?

Vide relatório pericial.

5. Caso o (a) periciando (a) esteja incapacitado (a), tal incapacidade é temporária (ou definitiva), ou seja, há, em tese, a possibilidade de cessação de tal incapacidade para que ele volte a exercer a atividade laborativa; ou definitiva, quer dizer, de acordo com a evolução atual dos conhecimentos médicos, não há possibilidade de cessação de tal incapacidade?

Incapacidade total e temporária.

6. Considerando apenas a situação física do (a) periciando (a), sua incapacidade pode ser considerada total, ou seja, para toda e qualquer atividade, parcial, quer dizer, apenas para atividade que ele afirmou exercer?

Incapacidade total e temporária.

7. Caso o periciando (a) esteja incapacitado (a), a doença por si só já o (a) tornava incapaz para o trabalho ou tal incapacidade somente aconteceu após a progressão ou agravamento da enfermidade? Se a incapacidade resultou da progressão ou do agravamento, é possível definir a data de tal progressão/agravamento?

Sim.

8. Com relação às atividades da vida diária (assear-se, alimentar-se, locomover-se), o (a) autor (a) apresenta alterações em virtude das quais necessite de acompanhamento permanente de outra pessoa?

Não.

9. Caso tenha sido detectada a existência de doença/deficiência/retardo mental, mas o (a) periciando (a), não esteja incapacitado para o trabalho por ele informado, ele (a) apresenta sequela que limite/reduza sua capacidade laborativa? Em que intensidade?
Incapacidade total e temporária.
10. A referida doença/deficiência/retardo mental foi decorrente de acidente? Em caso afirmativo, foi de acidente de trabalho?
Não.
11. O (A) periciando (a) está, ou já foi, acometido de: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS), esclerose múltipla, contaminação por radiação e/ou hepatopatia grave?
Não.
12. Em quais documentos, exames, etc se baseou o perito para tomar suas conclusões e quais as datas de realização desses documentos e/ou exames?
Vide relatório supra.
13. Em caso de alguma observação pertinente, por obséquio, acrescentar aqui:
Sem mais.

Dr. Gabriel Bahia Messias
Médico Perito
CRM/SE: 2886



PREFEITURA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua do Bomfim, 565 - CNPJ:11.367.491/0001-20

RECEITUÁRIO

NOME: Que parece Polvores Silvano
APOSTADO

A todo o paciente Que parece Polvores Silvano e postolara los feble por ad-10. S. 32.5' ad-10 S. 732 ad-10. P. 932 e ad-10. P. 73. S. entouho 10 e entouho do notopu to e esta sendo amonible para a favor de la solidamto seluf

04, 05, 18

Dr. Luiz Melo Franç
CRM/SE 946
Clínico Geral

ASSINATURA E CARIMBO



**HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIÁ
SÃO VICENTE DE PAULO**

RECEITUÁRIO

Para o tratamento de

Ascaridíase

• febre e vômito e diarreia por
12000 das cápsulas de mebendazol
de acordo com a prescrição
de 500mg por dia por 3 dias

5961 + 5960

Data: 10/10/77

[Assinatura]

Medico (Assinatura e Carimbo)



Lactise
consultas e exames

Fluoreto de cálcio

Declaro que a Srta. Ana Carolina
TAVARES Sávio Aguiar Ribeiro
do 2º Denúncia a pó (U) para
receber dose única em sua
ceto T. Faturado + prescrição de
T. Med. + para fazer a dose única
A A) - 8 unidades

CR 573 + unid. de 65
[Handwritten signature]

Obs. Este receituário não vale como recibo de honorários médicos.
Rua Bahia, 975 - B. Siqueira Campos - Aracaju/SE
www.lactise.com.br Fone: (79) 3253-7200
© WhatsApp: (79)98112-1117 / 99105-3815 - 98875-6772
MARQUE LOGO SEU PRÓXIMO ATENDIMENTO, TRABALHAMOS POR ORDEM DE PAGAMENTO.



HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIÁ
SÃO VICENTE DE PAULO

RECEITUÁRIO

Para quem temer St.

ADVERTÊNCIA

• Para quem temer e não se
levar das epidemias
necessita de cuidados
de quem se indica.

596.1 + 591.0.

Data: 21/03/17

Ass. M. Silva

Medico (Assinatura e Carimbo)



PODER JUDICIÁRIO

INFORMAÇÕES SOBRE ESTE DOCUMENTO NUM. 35			Imprimir
Nr. do Processo	0501142-67.2021.4.05.8504S	Requerente	ANA MEIRE TAVARES SILVINO INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e outros
Data da Inclusão	24/11/2021 13:44:35 Marcos Antônio Garapa de Carvalho - perfil de servidor às 16/11/2021	Requerido	
Última alteração	14:56:17 MARCOS ANTONIO GARAPA DE CARVALHO		
Juiz(a) que validou	CARVALHO		
Tipo de Documento para o CNJ	Outros documentos		

VOTO

ANA MEIRE TAVARES SILVINO recorreu contra a sentença que restabeleceu o seu auxílio-doença, a pretender a sua reforma para que lhe seja concedida a aposentadoria por invalidez.

De acordo com o CNIS no anexo nº 13, página nº 3, a autora recebeu o auxílio-doença no período de 2/7/2017 a 8/10/2019, em razão de rotura ligamentar e tendínea em pé esquerdo, como se vê no laudo judicial do processo nº 0501734-19.2018.4.05.8504.

1. A pessoa recorrente

Pescadora com 55 anos de idade (anexo nº 2), analfabeta funcional e residente do Povoado Betume, em Neópolis, a autora submeteu-se à perícia médica judicial (anexo nº 20), na qual o auxiliar técnico do juízo opinou pela existência de incapacidade temporária desde 26/4/2019, por 90 dias a partir de 29/5/2021, decorrente de tendinopatia do extensor do halox esquerdo (CID M 65) após acidente de moto há aproximadamente 5 anos.

2. Qualidade de segurado(a) e carência

A qualidade de segurado(a) e o cumprimento da carência são incontroversas, pois a parte autora já esteve em usufruto de benefício previdenciário por incapacidade até 8/10/2019, como já visto.

3. O benefício devido

A sentença deve ser reformada e concedida a aposentadoria por invalidez.

Embora o auxiliar técnico não tenha afirmado expressamente a total e permanente incapacidade, os fatos provados no processo a determinam, pois não é crível que uma pessoa contando a idade que tem a parte autora, com a ocupação habitual que possui, a limitação de formação educacional que apresenta (item n.º 1, acima) e incapacitada há tanto tempo, consiga aprender outra ocupação e venha a obter colocação no mercado de trabalho, com as limitações físicas que comprovadamente possui.

Como é o juiz quem decide se há incapacidade ou não, além de qual seu grau, não o auxiliar técnico, pois do contrário este último seria o magistrado e não o primeiro, a única conclusão possível diante dos fatos provados neste processo é aquela que reconhece a **total incapacidade pessoal** da autora para o trabalho, levando-se especialmente em conta

aquilo que de comum se observa no meio social em que ela vive (item n.º 1, acima) e as características do mercado de trabalho sergipano.

4. Renda mensal de benefício

Como se trata de segurado especial, a renda mensal inicial (RMI) do benefício deverá ser estabelecida em 1 (um) salário mínimo, sem prejuízo de pedido de revisão pelo segurado, já que não houve discussão sobre ela neste processo, uma vez que ele comprove pagamento de contribuição adicional como exige a lei.

5. Data de início do benefício

Quanto à data de início do benefício (DIB), ela deve ser fixada na da cessação do último benefício por incapacidade fruído pela parte autora e cessado indevidamente (DCB), pois o estado de incapacidade lhe é contemporâneo, de acordo com as opiniões do laudo pericial e os demais elementos de prova que constam nos autos.

Amparado em tais fundamentos, **voto por conhecer e prover o recurso, reformar a sentença recorrida e:**

a) de ofício, proclamar a prescrição das parcelas do benefício vencidas há mais de cinco anos do ajuizamento da ação;

b) nos termos do art. 43, primeira parte, da Lei n.º 9.099/95 e art. 1º da Lei n.º 10.259/2001, cominar ao réu a obrigação de implantar o benefício descrito no RESUMO DO BENEFÍCIO DEFERIDO abaixo, no prazo de 15 (quinze) dias, como data de início do benefício (DIB) e data de início de pagamento (DIP) ali especificadas, independente do trânsito em julgado desta decisão;

c) acolher o pedido formulado na inicial, confirmar a cominação acima estabelecida, e condenar o réu a implantar, de modo definitivo, o benefício devido à parte autora; e

d) julgar procedente a demanda.

A autarquia fica intimada a comprovar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o cumprimento do preceito cominatório acima estabelecido, sob pena de multa diária de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), a incidir a partir do 16º (décimo sexto) dia da sua intimação e até que se comprove o adimplemento da obrigação de fazer.

Condeno o réu ao pagamento das parcelas devidas do benefício desde a DIB até o dia anterior à DIP, descontados eventuais valores comprovadamente (por documentos) pagos no mesmo período decorrente de outra prestação previdenciária não acumulável; tudo acrescido de correção monetária, incidente desde o vencimento de cada uma das parcelas, e juros de mora mensais, incidentes desde a citação; sendo que a correção monetária e os juros de mora devem respeitar as diretrizes estabelecidas no Tema 810 do STF (RE n.º 870.947/SE – RG): a) a correção monetária deverá ser calculada de acordo com o vencimento das parcelas originalmente devidas, utilizando-se como índice o IPCA-E; e b) os juros de mora serão devidos desde a citação, a observar o seguinte: i) até junho/2009, regramento previsto para os juros de mora no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal para a classe da ação; ii) de julho/2009 e até junho/2012, 0,5% (meio por cento) ao mês de juros de mora (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, alterada pela Lei n.º 11.960/2009); e iii) a partir de julho/2012, taxa de juros aplicada às cadernetas de poupança (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, alterada pela Lei n.º 11.960/2009 e Lei n.º 12.703/2012); valores a serem estabelecidos no juízo de origem, após o trânsito em julgado desta decisão.

Condeno a autarquia ao pagamento dos honorários do(s) perito(s) que atuou(uaram)

no feito, pagos com recursos da Assistência Judiciária a Pessoas Carentes - AJPC, a ser reembolsado ao orçamento da Justiça Federal nos termos da legislação de regência.

Fica facultado à autarquia submeter a parte autora a novas perícias, a fim de constatar a cessação da incapacidade ou a sua reabilitação, porém não antes de expedido o certificado de capacidade previsto no art. 47, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.213/91, sob pena das cominações legais aplicáveis à espécie em caso de cessação indevida do benefício, contrária ao aqui estabelecido.

Sem custas ou honorários advocatícios, pois a sucumbente foi a parte recorrida, não a parte recorrente (art. 55º da Lei n.º 9.099/95 e art. 1º da Lei n.º 10.259/2001).

É como voto.

RESUMO DO BENEFÍCIO DEFERIDO

BENEFÍCIO/ESPÉCIE	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (CÓDIGO N.º B-32 NO INSS)
SEGURADO(A)	ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF	047.205.285-38
RMI	A SER CALCULADA PELO INSS QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO, SUJEITA A REVISÃO POR INICIATIVA DO SEGURADO, RESPEITADO O PRAZO DECADENCIAL PARA REVISÃO DO BENEFÍCIO, PREVISTO EM LEI.
DIB	9/10/2019
DIP	DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO (PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO)
VALOR A SER PAGO VIA RPV/PRECATÓRIO	A SER CALCULADO PELO SETOR DE CÁLCULOS DO JUÍZO DE ORIGEM, APÓS A COMPROVAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO, SUJEITO A COBRANÇA DE DIFERENÇAS DECORRENTES DE REVISÃO POR INICIATIVA DO SEGURADO, RESPEITADO O PRAZO DECADENCIAL PARA REVISÃO DO BENEFÍCIO, PREVISTO EM LEI.



PODER JUDICIÁRIO

INFORMAÇÕES SOBRE ESTE DOCUMENTO NUM. 28			Imprimir
Nr. do Processo	0501734-19.2018.4.05.8504T	Autor	ANA MEIRE TAVARES SILVINO EQUIPE DE ATENDIMENTO DE DEMANDAS JUDICIAIS - EADJ/INSS e outros
Data da Inclusão	21/02/2019 10:10:15 José Luis Lopes Lima às 19/02/2019 17:13:56	Réu	
Última alteração	ADRIANA FRANCO MELO MACHADO		
Juiz(a) que validou			
Tipo de Documento para o CNJ	-		
Sentença	Tipo: Tipo B - Repetitivas e Homologatórias Decisão: Homologatória de Acordo em Audiência		
Especialização do Tipo B	Homologatórias		
Decisão de Embargos?	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Sim		

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Ação Especial Cível Previdenciária n.º 0501734-19.2018.4.05.8504

Autor(a): Ana Meire Silvino dos Santos

Réu: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Aos 19 de fevereiro de 2019 às 14:49 na sala de audiências da 9ª Vara Federal, Subseção Judiciária de Propriá/SE, onde se encontrava presente o Exma. Sra. Dra. Adriana Franco Melo Machado, Juíza Federal, comigo, José Luís Lopes Lima, técnico judiciário, abaixo assinado, teve lugar a audiência designada. Apregoadas as partes e os seus representantes legais, dando fé do comparecimento da parte autora, Sr(a). Ana Meire Silvino dos Santos, acompanhada de seu(ua) advogado(a) Dr(a) João Thiers Pereira Lima, e do Instituto Nacional do Seguro Social, na pessoa de seu(ua) procurador(a), Dr(a). Ricardo Duarte de Melo, ambos presentes na sede desta subseção.

INICIADOS OS TRABALHOS, a MM. Juíza questionou as partes sobre a possibilidade de acordo, o qual não foi aceito;

Dando prosseguimento à audiência, foi ouvido o depoimento pessoal da parte autora no sistema DRS Audiências e, após, da testemunha compromissada Sr(a). Adriano Santos, CREA 271367209-0, e da Sra. Nataly Lemos dos Santos, Rg.: 2358436-0 SSP/SE. Ambas as partes desistiram da inquirição das demais testemunhas.

Novamente questionados sobre a possibilidade de acordo, este foi aceito nos seguintes termos:

a) A demandada implantará o benefício de **auxílio-doença**, com DIP em 01/02/2019 e DCB em 07/06/2019;

b) Referente as parcelas atrasadas a demandada paga ao demandante 80% dos valores impagos, calculados, **a partir de 02/07/2017**, conforme planilha de cálculos anexada pela Seção de Cálculos deste Juízo, com observância ao REsp 1.495.146-MG e Manual de

Cálculo da Justiça Federal do CJF.

c) A parte autora aceitou os termos do acordo, renunciando a quaisquer outras parcelas oriundas do objeto desta ação.

d) As partes renunciaram expressamente ao prazo recursal.

Em seguida, a MM. Juíza passou a proferir sentença (tipo "B"): "Vistos, etc. Tendo em vista a transação efetivada pelas partes, **homologo por sentença** o presente acordo para que produza seus efeitos legais, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 1º da Lei nº 10.259/2001."

Sem custas e honorários advocatícios, em face do disposto no art. 55 da Lei 9.099/95.

Por fim, em razão do Ato nº. 252/2018 da Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5), esclareço à parte autora que, no momento da elaboração dos ofícios requisitórios (RPV/PRC), o titular do crédito deverá ter o CPF/CNPJ regular na Receita Federal do Brasil ou registrado no Sistema Nacional de Óbitos. A não observância dessa exigência e a divergência de nomes na base da Receita Federal do Brasil implicarão a rejeição pelo sistema de processamento e pagamento dos ofícios requisitórios, em cumprimento à determinação contida no Acórdão n.º 2.732/2017 do Tribunal de Contas da União.

Publique-se. Registre-se. Partes intimadas em audiência. Com o trânsito em julgado, baixem-se estes autos da distribuição e arquivem-se.

ADRIANA FRANCO MELO MACHADO

Juíza Federal

RESUMO DO BENEFÍCIO	
BENEFÍCIO/ESPÉCIE	Aux. Doença
SEGURADO	ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS
CPF	047.205.285-38
RMI	SAL. MINÍMO
DIB	02/07/2017
DIP	01/02/2019
DCB	07/06/2019
INÍCIO DA UNIÃO ESTÁVEL	
TEMPO DE UNIÃO ESTÁVEL SUPERIOR A 2 ANOS	SIM () NÃO ()

TEMPO DE UNIÃO ESTÁVEL SUPERIOR A 18 MESES	SIM ()	NÃO ()
AUXÍLIO-DOENÇA		
REABILITAÇÃO	SIM ()	NÃO ()

Para constar, eu, José Luís Lopes Lima, lavrei o presente, digitei e subscrevi.

Certidão - Trânsito em Julgado:

Certifico que a sentença proferida nos autos do processo em epígrafe transitou em julgado na data de sua prolação, conforme inteligência do caput do artigo 41 da Lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente aos JEF.

Dou fê.

Propriá - SE, data supra.

José Luís Lopes Lima

Servidor

Visualizado/Impresso em 20 de Maio de 2022 as 12:07:34



[Principal](#)
[Quem Somos](#)
[Serviços](#)
[Tabela de Indenizações](#)
[Fale Conosco](#)

Tabela de Indenização



[Principal](#) ◆ [Tabela de Indenização](#)

Tabela de indenização de Seguros DPVAT em função do grau de invalidez

Danos Corporais Totais	Valor da Indenização
Perda total da visão de ambos os olhos	R\$ 13.500,00
Perda total do uso de ambos os braços	R\$ 13.500,00
Perda total do uso de ambas as pernas	R\$ 13.500,00
Perda total do uso de ambas as mãos	R\$ 13.500,00
Perda total do uso do braço e uma perna	R\$ 13.500,00
Perda total do uso de uma das mãos e um dos pés	R\$ 13.500,00
Perda total do uso de ambos os pés	R\$ 13.500,00
Lesões neurológicas que curseem com:	R\$ 13.500,00

p. 44 Dano cognitivo-comportamental alienante

Impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal

Perda completa do controle esfinteriano

Comprometimento de função vital ou autonômica

Danos corporais parciais	Grau de Invalidez (Sequelas)				
	Residual (10%)	Leve (25%)	Média (50%)	Intensa (75%)	Completa (100%)
Lesões Neurológicas	R\$ 1.350,00	R\$ 3.375,00	R\$ 6.750,00	R\$ 10.125,00	R\$ 13.500,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos braços ou de uma das mãos	R\$ 945,00	R\$ 2.362,50	R\$ 4.725,00	R\$ 7.087,50	R\$ 9.450,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de uma das pernas	R\$ 945,00	R\$ 2.362,00	R\$ 4.725,00	R\$ 7.087,50	R\$ 9.450,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda auditiva bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho.	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda completa da mobilidade de um ombro, cotovelo, punho, dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo .	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer dedo do pé ou da mão (exceto dedo polegar).	R\$ 135,00	R\$ 337,50	R\$ 675,00	R\$ 1.012,50	R\$ 1.350,00
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	-	-	-	-	R\$ 1.350,00

[Principal](#) [Quem Somos](#) [Serviços](#) [Tabela de Indenizações](#) [Fale Conosco](#)

(13) 3301.0550

Rua Amador Bueno, 171, 2 Andar - Sala 54
Centro - Santos - SP - CEP: 11013-151



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

25/05/2022

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

28/06/2022

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Intime-se a parte Autora para, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial e conseqüente extinção do processo sem resolução do mérito, com forte no art. 321 do CPC, comprovar o preenchimento dos pressupostos da gratuidade processual ou recolher as custas iniciais.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis

Nº Processo 202275000482 - Número Único: 0000750-25.2022.8.25.0045
Autor: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Intime-se a parte Autora para, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial e consequente extinção do processo sem resolução do mérito, com forte no art. 321 do CPC, comprovar o preenchimento dos pressupostos da gratuidade processual ou recolher as custas iniciais.



Documento assinado eletronicamente por **Rosivan Machado da Silva, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis, em 28/06/2022, às 15:05:24**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2022001388174-45**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

07/07/2022

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KRISTHIAN MORAIS BOMFIM - 8363}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEÓPOLIS,
ESTADO DE SERGIPE**

Processo nº 202275000482

ANA MEIRE TAVARES SILVINO, já anteriormente qualificada nos autos, vem, a presença deste D. Juízo juntar comprovante de rendimentos.

Termos em que, pede deferimento.

Neopolis/SE, 07 de Julho de 2022.

KRISTHIAN MORAIS BOMFIM

OAB/SE Nº 8363

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Histórico de Créditos

07/07/2022 11:20:22

Identificação do Filiado

NIT: 160.11031.10-3 **CPF:** 047.205.285-38 **Data de Nascimento:** 26/04/1966**Nome:** ANA MEIRE TAVARES SILVINO**Nome da mãe:** FRANCISCA DAS DORES TAVARES**Compet. Inicial:** 04/2022**Compet. Final:** 07/2022

Créditos do Benefício

NB: 201.147.498-6**Espécie:** 32 - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PREVIDENCIARIA**APS:** 22001070 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PRÓPRIÁ**Data de Início do Benefício (DIB):** 09/10/2019 **Data de Cessação do Benefício (DCB):****Data de Início do Pagamento (DIP):** 24/11/2021**MR:** R\$ 1.212,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
04/2022	01/04/2022 a 30/04/2022	R\$ 1.818,00		Pago	04/05/2022	04/05/2022	Não	Não

Banco: 104 - CAIXA OP: 765693 - NEOPOLIS SE Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 04/04/2022 Origem: Maciça Validade Início: 04/05/2022 Fim: 30/06/2022

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 1.212,00
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 606,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
05/2022	01/05/2022 a 31/05/2022	R\$ 1.818,00		Pago	03/06/2022	03/06/2022	Não	Não

Banco: 104 - CAIXA OP: 765693 - NEOPOLIS SE Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 09/05/2022 Origem: Maciça Validade Início: 03/06/2022 Fim: 29/07/2022

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 1.212,00
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 1.212,00
218	13. SALARIO PAGO COMPETENCIAS ANTERIORES	R\$ 606,00
323	ADIANTAMENTO DE 13 COMPETENCIA ANTERIOR	R\$ 606,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Histórico de Créditos

07/07/2022 11:20:22

Identificação do Filiado

NIT: 160.11031.10-3 **CPF:** 047.205.285-38 **Data de Nascimento:** 26/04/1966

Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Nome da mãe: FRANCISCA DAS DORES TAVARES

Compet. Inicial: 04/2022

Compet. Final: 07/2022

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
06/2022	01/06/2022 a 30/06/2022	R\$ 1.212,00			05/07/2022		Não	Não

Banco: 104 - CAIXA OP: 765693 - NEOPOLIS SE Ocorrência: Crédito não retornado

Data Cálculo: 07/06/2022 Origem: Maciça Validade Início: 05/07/2022 Fim: 31/08/2022

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 1.212,00



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 220707CENTRAL-2M7ZA987



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

04/11/2022

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

COM MANIFESTAÇÃO

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

09/12/2022

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro a gratuidade requerida. Tendo em vista o desinteresse da parte autora quanto à realização de audiência conciliatória, deixo de designá-la. Promova-se a citação do Requerido para, querendo, ofertar contestação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis

Nº Processo 202275000482 - Número Único: 0000750-25.2022.8.25.0045
Autor: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro a gratuidade requerida.

Tendo em vista o desinteresse da parte autora quanto à realização de audiência conciliatória, deixo de designá-la. Promova-se a citação do Requerido para, querendo, ofertar contestação.



Documento assinado eletronicamente por **Rosivan Machado da Silva, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis**, em 09/12/2022, às 14:38:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2022002735632-43**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

02/02/2023

MOVIMENTO:

Intimação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Intimação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Defiro a gratuidade requerida. Tendo em vista o desinteresse da parte autora quanto à realização de audiência conciliatória, deixo de designá-la. Promova-se a citação do Requerido para, querendo, ofertar contestação.
Intimação enviada ao Empresa Privada.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

07/02/2023

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Intimação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 07/02/2023, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 02/02/2023, às 10:10:40.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

10/02/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSYIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20230209181006162 às 18:10 em 09/02/2023.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE NEOPOLIS/SE

Processo: 202275000482

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **A.M.T.S.** em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do substabelecimento e atos constitutivos, para o fim de regularizar de se proceder com a habilitação da Seguradora nos presentes autos.

Por fim, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua do Passeio, 38, Torre 2, 15 andar, Sala 1509/1512 – Centro - CEP:20021-290 – RJ – Rio de Janeiro, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ inscrita sob o nº OAB 2595/SE sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

NEOPOLIS, 9 de fevereiro de 2023.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2595/SE

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA FIGUEIREDO SOARES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, inscrita na OAB/ RJ 185.681 e **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, inscrito na OAB/ RJ 189.997 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **KELLY CHRYSYIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na 2592 - OAB/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **A.M.T.S.**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **NEOPOLIS**, nos autos do Processo nº 00007502520228250045.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2023.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINÉ MAURA FIGUEIREDO SOARES - OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26ª andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jablis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas

Página 2 de 3

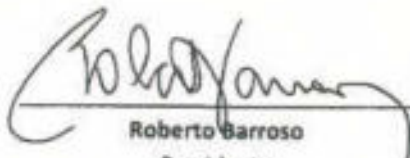


7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017



JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFEE48366FADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NOME DO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B36AFAD5ECP8FFD0CF88740F233E496AFDA80X1F8E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/15



2/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4996507

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

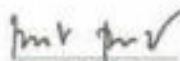
Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º– A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 1 de 10


Bernardo R. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C81B477D799CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896508

11

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

FERNANDO F.S. BERWANGER
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C618477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7545C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12
/



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

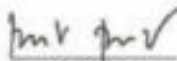
ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10


Bernardo A. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

M/14

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berninger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7845C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

MJW



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

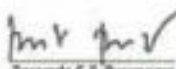
t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Fernando K. L. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/4

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4996512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC88883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4896513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B47D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12/3



4996514

- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
- d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
- e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
- f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
- g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e
- i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC888382947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

P/W

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.



4986515

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Demério F. S. Berwanger
Secretário Geral

de março de 1967.

15/1/1



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

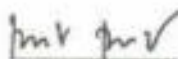
ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183578185 - 27/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7845C896
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016


Fernando F. S. Berwanger
Secretário Geral

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
DA CARTA

Reconheço por **ALFENÍDIA** as firmas de: **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES** (00000524953)
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.
Em testemunho _____

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.
E.O.P. 2891/106 - Tel. 54882 GRS
Consulte em <https://www3.tirri.jus.br/sitepublico>

Tablete: Carlos Alberto Figueira Oliveira
Rua do Carmo, 47 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-9803
ADB28690
088674

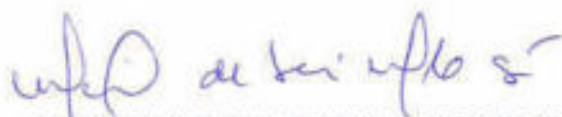
CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
1 3.90 Escrivente
1 0796 48062 série 05077 ME
Aut. 20 5 3º Lei 8.286/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRDESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato nº 107.

anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

23/02/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Contestação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE NEOPOLIS/SE

Processo: 202275000482

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANA MEIRE TAVARES SILVINO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **18/08/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **16/05/2017**.

Cumprе esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DAS INTIMAÇÕES

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua do Passeio, 38, Torre 2, 15 andar, Sala 1509/1512 – Centro - CEP:20021-290 – RJ – Rio de Janeiro e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono KELLY CHRYSYTIAN SILVA MENENDEZ, inscrita sob o nº 2595/SE, e-mail: kchrystian@hotmail.com, telefone: 79 9 9988 5315, sob pena de nulidade das mesmas.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **19/10/2020**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**.

DA PROVA PERICIAL PARTICULAR – PROVA UNILATERAL

Conforme se verifica nos autos, o laudo particular colacionado pela parte autora não fornece todos os detalhes acerca da lesão sofridas pela mesma, informações estas extremamente necessárias para o deslinde da demanda.

Não restam dúvidas que a apuração do grau de invalidez da vítima seria mais especificada, se fosse realizada pelo IML ou por peritos judiciais, por se tratarem de profissionais que possuem experiência e capacitação para realização de tais perícias.

Corroborando com esse entendimento, temos os seguintes julgados:

“RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO DPVAT – AUSÊNCIA DE LAUDO OFICIAL – RELATÓRIO PRODUZIDO POR MÉDICO PARTICULAR – DOCUMENTO UNILATERAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO PROVIDO.

Se a petição inicial foi instruída com laudo técnico firmado por médico particular, é imperiosa a cassação da sentença para que os autos retornem ao Juízo de origem e seja produzida nova prova, uma vez que a perícia oficial é o único meio capaz de comprovar a existência da alegada invalidez permanente. (Ap 35998/2013, DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, TJ MT. Julgado em 12/02/2014, Publicado no DJE 21/02/2014).”

“AÇÃO DE COBRANÇA – DIFERENÇA ENTRE A INDENIZAÇÃO PAGA E AQUELA EFETIVAMENTE DEVIDA – INCAPACIDADE PARCIAL – GRAU – PROVA PERICIAL MÉDICA

1 - De acordo com o enunciado da Súmula nº 474 do C. Superior de Justiça, “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez;” 2 - Para apuração do grau de incapacidade e, conseqüentemente, do valor da indenização, imprescindível a realização de perícia médica, sendo que apenas a juntada de laudo médico particular não supre tal necessidade. Sentença que deve ser anulada para que seja determinada a realização de perícia médica. RECURSO PROVIDO. Sentença anulada. (TJ-SP, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, data de julgamento: 10/06/2015, 30ª Câmara Cível de Direito Privado).”

Desta forma, a utilização da prova pericial particular não deve ser levada em consideração por V. Exa., uma vez que a parte ré não esteve presente, através de seu assistente técnico no momento da referida avaliação, sendo certo que a utilização da mesma caracterizaria o cerceamento de defesa, devendo a demanda ser julgada improcedente, com base nas fundamentações expostas.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua do Passeio, 38, Torre 2, 15 andar, Sala 1509/1512 – Centro - CEP:20021-290 – RJ – Rio de Janeiro e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito sob o nº 2595/SE, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NEOPOLIS, 15 de fevereiro de 2023.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **A.M.T.S.**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **NEOPOLIS**, nos autos do Processo nº 00007502520228250045.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26ª andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jablis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.



4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas

Página 2 de 3

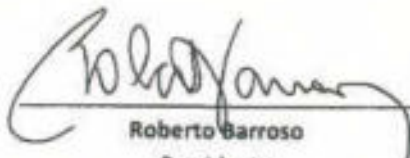


7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

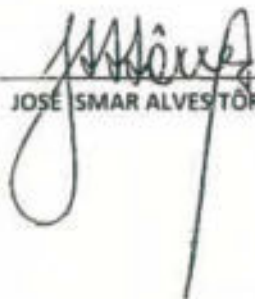
SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017



JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00053149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFEE48366FADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NOME DO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B36AFAD5ECP8FFDDCF88740F233E496AFDAB0X1F8E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/15





PORTARIA Nº 755, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência atribuída pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 4.323, de 30 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea c do artigo 3º da Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que consta do processo Susep 15414-62300/2017-4, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes alterações relativas ao plano de trabalho da ALM SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 33.994.712/0001-85, com sede no cidade do Rio de Janeiro - RJ, na supervisão geral exercida realizada em 26 de junho de 2017.

I - Admissão de capital social em R\$ 490.140,90, creditado a paga nº 2.112.925/8, dividido em 179.246.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência atribuída pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 4.323, de 30 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea c do artigo 3º da Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que consta do processo Susep 15414-62300/2017-4, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição do administrador da SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 08.242.800/00-04, com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião de consórcio de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL DOS SANTOS

NOTIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susep/Direp n.º 751, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 2 de janeiro de 2018, página 165, artigo 1, inciso II, "e", na redação do ato de notificação publicado em 17 de novembro de 2017, passou "e", na assembleia geral convocada realizada em 17 de novembro de 2017,

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 1º da Lei n.º 3.894, de 11 de dezembro de 1970, nos arts. 1º e IV do art. 3º da Lei n.º 8.933, de 20 de dezembro de 1995, e no inciso V do art. 14 da Lei n.º 8.933, de 20 de dezembro de 1995, aprovada pelo Decreto nº 9.375, de 28 de novembro de 2015,

Considerando a Portaria Inmetro n.º 14, de 19 de janeiro de 2018, que aprova os Registros de Análise de Conformidade para Trabalho de Carga Rodoviária Classificados em Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2018, seção 01, página 69;

Considerando a necessidade de atualização do Certificado de Análise de Conformidade emitido pelo INMETRO para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, conforme o disposto no art. 1º do art. 3º do Regulamento de Produtos Perigosos, publicado no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2018, seção 01, página 69;

Art. 1º Ficam aprovadas as ações dos Registros de Análise de Conformidade para Trabalho de Carga Rodoviária classificados em Transporte de Produtos Perigosos, publicadas pelo Portaria Inmetro n.º 14, de 19 de janeiro de 2018, conforme disposto no Anexo Único Anexo A e B da Portaria Inmetro n.º 14, de 19 de janeiro de 2018, conforme disposto no endereço eletrônico: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, Sistema de Análise de Conformidade - Dacti, Rua Santa Amândina, n.º 416 - 2º andar - Rio Comprido, Cep 20.261-020 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam anuladas as Anexos A e B da Portaria Inmetro nº 14/2018 pelos Anexos A e B anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídas na Portaria Inmetro nº 14/2018 as Anexos F e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídas, no art. 4º da Portaria Inmetro nº 14/2018, as seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, assim publicadas, conforme a estrutura da Anvisa, ao propor de atualização da Metodologia Comum de MERCOSUL - NCM e da Tabela Cúpula Comum em anexo pelo Departamento de Procedimentos Internacionais (DPCI), com o objetivo de obter estabilidade para a futura de procedimentos de governo brasileiro no âmbito de competência do Comitê Técnico n.º 1, de Têxtil, Manufatura e Classificação de Mercadorias, de Mercosul (CT-1).

1. As informações relativas ao processo deverão ser apresentadas mediante a seguinte matriz anexa do modelo padrão, disponível na página deste Ministério no Internet, no endereço: http://www.mec.gov.br/foa/gab/SECRETARIA/Comercio-Exterior/Comercio-Exterior-DPCI_01/Processo-Comercio-Exterior. O formulário também pode ser acessado pelas referidas telas 2025-1379 e 2025-1328 no portal eletrônico do Comitê Técnico CT-1.

2. O encaminhamento entre a entidade do processo poderá ser realizado por meio de endereço eletrônico: tblp@comercioexterior.gov.br ou pelo endereço postal: Rua do Comércio, 500 - Centro, CEP 20031-900, Rio de Janeiro - RJ.

3. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas entidades em nomeação de CT-1, eventuais modificações e respostas deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos na matriz anexa.

RODRIGO AGOSTINHO DA SILVA

Table with 2 columns: SITUAÇÃO ATUAL and SITUAÇÃO PROPOSTA. Row 1: 2017-208, Acção polivinilídica... 2, 2017-208, Acção polivinilídica... 12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico: <http://www.in.gov.br/informacoes.html>, pelo código 060120102300014. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2016, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. NIRE: 333.0028479-6. Protocolo: 00-2018/017153-4. Data do protocolo: 26/01/2018. CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NUMERO 0001149019 e demais constantes do teor do autenticação. Autenticação: fd69743867a48220cfd64r56afade3gcffp5dscf68740f233k436afda80e1f7b8. Para validar o documento acesse <http://www.jucecexja.ej.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo. Pág. 8/13

2/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4996507

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

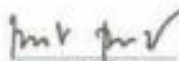
Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º– A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 1 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C81B477D799CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016


Bernardo R. S. Berwanger
Secretário Geral



4896508

11

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

FERNANDO F.S. BERWANGER
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7545C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12
/



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10

Bernardo A. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C696
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

M/14

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo S. S. Berninger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7845C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

MJW



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

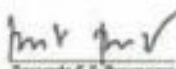
t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Fernando K.L. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/11

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4996512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC88883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4896513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B47D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12/3



4996514

- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
- d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
- e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
- f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
- g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e
- i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC888382947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

P/W



4986515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10

Benedito F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

15/1/1



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

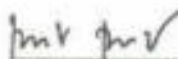
ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C696
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016


Bernanto F. S. Berwanger
Secretário Geral

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

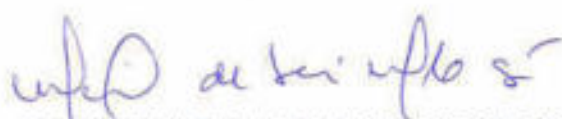
 17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabellião Carlos Alberto Figueira Oliveira Rua do Carmo, 47 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-9803	ADB28690 088674
Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (00000524953)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. Conf. por: CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ		
Em testemunho da verdade. Serventia: Paula Cristina A. D. Gaspar		
Total: 1 3,90 Escrivente		
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. 1 0796 48062 série 05077 ME		
E.O.P. nº 1081/106. Tel. 34882 GRS Aut. 20 5 3º Lei 8.285/94		
Consulte em https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRDESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAI SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato nº 109/2017.

anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132

BANCO DO BRASIL S.A.

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: Doc - Transferencia para conta em outro banco

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001

AGÊNCIA: 1234

CONTA: 12345

DATA DA TRANSFERENCIA:

10/03/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

319034596301

VALOR TOTAL:

675,00

TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04478

CONTA: 000000018620

Número da Autenticação

6D0F09619B0610E1

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190345963

Cidade: Neópolis

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do acidente: 18/08/2016

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FERIMENTO CORTO CONTUSO EM REGIAO DORSAL DO PE ESQUERDO E ANTERIOR DO TORNOZELO ESQUERDO, COM LESÃO PARCIAL DO TENDÃO EXTENSOR DO HALUX ESQUERDO

Descrição do exame físico: DOR E DIMINUIÇÃO DA FORÇA DE EXTENSÃO DO HALUX ESQUERDO

Resultados terapêuticos: FOI REALIZADO SUTURA DE TENDÃO E PELE EM DORSO DO PE ESQUERDO ,EVOLUIU SEM INTERCORRENCIAS-ALTA MÉDICA

Sequelas permanentes: Limitação funcional do 1º pododáctilo esquerdo

Sequelas: Com sequela

Data do exame físico: 04/03/2020

Conduta mantida:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau médio - 50 %	5%	R\$ 675,00
Total			5 %	R\$ 675,00

Rio de Janeiro, 15 de Março de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 675,00

Dano Pessoal: Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer

um dos dedos do pé 10%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 10%) 5,00%

Valor a indenizar: 5,00% x 13.500,00 =

R\$ 675,00

Recebedor: **ANA MEIRE TAVARES SILVINO**

Valor: **R\$ 675,00**

Banco: **104**

Agência: **000004478**

Conta: **0000018620-4**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

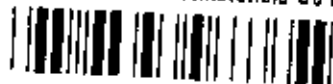
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Declaração de inexistência de IML



O PEDIDO DO SEGURO DPVAT
ENCONTRA-SE DIGITALIZADO NA
PASTA/ABA AUTORIZAÇÃO DE
PAGAMENTO.



MS/DATASUS HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIA

No. DO BE: 430863 DATA: 18/08/2016 HORA: 18:49 USUARIO: FRVSANTOS
 CNS: SETOR: 01-CLASSIFICACAO DE RISCO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE
 NOME: ^{Ana} ~~ANA~~ MEIRE TAVARES SILVINO DOC.: 1017847
 IDADE: 50 ANOS NASC: 26/04/1966 SEXO: FEMININO
 ENDRECO: POV BETUMA NUMERO:
 COMPLEMENTO: BAIRRO:
 MUNICIPIO: NEOPOLIS UF: SE CEP.: 49980-000
 PAI/MAE: ANTONIO SILVINO FILHO /FRANCISCA DAS DORES TAVARES
 RESPONSAVEL: O PROPRIO TEL.:
 PROCEDENCIA: NEOPOLIS-SE
 ATENDIMENTO: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIOS X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

*Queixa de dor e/ou peso conf. conf. de dor
 dorsal de 05. Pe e/ou profusa.*

DIAGNOSTICO: *peso conf. conf. de 05 @ / peso CID V05.9*

PRESCRICAO HORARIO DA MEDICACAO

- ① *profusa dor*
- ② *cefalopatia - 02 orb + 10 @ 20:30*
- ③ *glicemia sempre normal (JMA) 18/8*
- ④ *ATO + AINS de / - A CASA*

CATEGORIA DA SAIDA: ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO DE [] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO [] DESISTENCIA
 MANUTENCAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR): [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

PREVENCIA (UNIDADE DE SAUDE): [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL
 ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL: *Walter Soares de Santos*
 ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO: *Adilson Nogueira Ladeira*
Ortopedia e Traumatologia
 CRM 15433
 Rua 2 - São Raimundo de Minas
 Aracaju - AL

BUSCA ESPONTÂNEA

ENCAMINHAMENTO

SAMU

Queixa Principal: _____

Cronologia/Duração da Queixa: Agudo Crônico

Historia Progressiva: DM Cardiopatias HAS Etilista Tabagista Alergias: _____

Outros: _____

Dados Vitais:

P.A: _____ X _____ FC: _____ Tax: _____ FR: _____ Glicemia: _____ SPO₂: _____ Peso: _____

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: AZUL VERDE AMARELO VERMELHO

ENFERMEIRO (ASS. CARIMBO)

HORA DA CLASS: _____

ATENDIMENTO MÉDICO
 ANAMNESE

DATA / HORA	

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO (MÉDICO): AZUL VERDE AMARELO VERMELHO

DIAGNÓSTICO:

CID:

PRESCRIÇÃO / EVOLUÇÃO MÉDICA

DATA / HORA	

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

DATA / HORA	
20-30	Atenção segunda reavaliar RX. Luz

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Comprovante de residência

Eu, Ana Meire Soares SilvinoRG nº 1.017.847, data de expedição 13/01/2019, Órgão SSP/SE.

CPF nº 047.205.285-38, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua São Francisco, Povoado Bêta</u>
Número	<u>107</u>
Apto / Complemento	<u>casa</u>
Bairro	<u>centro</u>
Cidade	<u>Neópolis</u>
Estado	<u>Sergipe</u>
CEP	<u>49.980-000</u>
Telefone de Contato	
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Neópolis, 25 Abril de 2019

Assinatura do Declarante: Ana Meire Soares Silvino

Sutura

Nome do Paciente: Ana Meire Tavares Silveira RG: 1077847
 Data Nasc.: 26/04/1966 Data: 18/08/16 Hora: 15:49
 Endereço: Av. Beiramar Neópolis Documentação médico-hospitalar
 Especificação: 70

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO / ATENDIMENTO DO ENFERMEIRO

DEMANDA ESPONTÂNEA ENCAMINHAMENTO SAMU

1. Queixa principal e Anamnese:
 paciente com lesão dilacerante no dorso do pé esquerdo com lesão muscular.

2. Cronologia/Duração da Queixa: Agudo Crônico
 3. História Progressiva: DM Cardiopatias HAS Alergias
 Outros: _____ Peso: _____

4. Dados Vitais
 P.A.: x FC Tax FR Glicemia SPO2

5. Risco: AZUL VERDE AMARELO VERMELHO
 Enfermeiro (Ass. e Carimbo): _____ Hora da Class.: _____

PRESCRIÇÃO / EVOLUÇÃO MÉDICA

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Hora atend. Méd.:	
	Admitido em sala de cirurgia
	(1) curativo compressivo
	(2) Encaminhado ao curativo
	(3) Rx do pé esquerdo
	(4) profunda - 1640
	(5) liberar o Rx

Atestado (assinado pelo Médico)
 ORIGINAL 3652
 C.R.E. RESC 4733

CONFERE COM O ORIGINAL

UPA NEÓPOLIS - FHS
 CNPJ: 10.430.979/0007-9
 Rua: José Odín Ribeiro, nº 7
 Centro - Neópolis/SE

6. Hipótese Diagnóstica: Ferimento do pé

7. Avaliação de risco pelo médico: AZUL VERDE AMARELO VERMELHO



HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIÁ
AFUNDADO DE PROPRIÁ - SP

HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIÁ SÃO VICENTE DE PAULO

RECEITUÁRIO

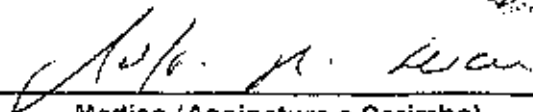
Amo Anne Jansen St.

ADAPTADO

Presc. de 100mg de Nitrofurantoina por dia
12 horas. Use conforme prescrição.
Necessita de ajuste de dose para peso de
de 50kg ou mais.

596.1 + 591.0.

Data: 27/03/17



Medico (Assinatura e Carimbo)

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0177600/19

Número do Sinistro: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

CPF: 047.205.285-38

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 18/08/2016

Titular do CPF: ANA MEIRE TAVARES
SILVINO

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Certidão de casamento
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Outros

ANA MEIRE TAVARES SILVINO : 047.205.285-38

Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 15/07/2019
Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF: 047.205.285-38

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 15/07/2019
Nome: TANIA CRISTINA DE FARIA PINTO
CPF: 760.547.217-04

TANIA CRISTINA DE FARIA PINTO



Nº DO SINISTRO _____

< CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Ana Meire Soares Silvino
PORTADOR(A) DO RG Nº 1.017.847 EXPEDIDO POR SSP/SE EM 13/01/2015
CPF 04720528538 /CNPJ 000000000000000000 PROFISSÃO Pescadora
E RENDA MENSAL DE R\$ 938,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA ANA MEIRE TAVARES SILVINO, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 0866 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 023 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 00011378

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Nepesin 25 de Abril de 2019 Ana Meire Tavares Silvino
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

! ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguradotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0271204



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário com 16 ou 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: 3190345953 CPF da Vítima: 047.205.285-38 Nome completo da vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo <u>ANA MEIRE TAVARES SILVINO</u>		CPF titular da conta <u>047.205.285-38</u>	Profissão <u>DO LAR</u>
Endereço <u>RUA SÃO FRANCISCO</u>		Número <u>107</u>	Complemento <u>CASA</u>
Bairro <u>CENTRO</u>	Cidade <u>NEÓPOLIS</u>	Estado <u>SE</u>	CEP <u>49.980-000</u>
Email <u>crutiãmeire27@hotmail.com</u>			Telefone (DDD) <u>(79)9.9808-8553</u>

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

RECUSO INFORMAR SEM RENDA ATÉ R\$ 1.000,00 R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
 R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 ACIMA DE R\$ 10.000,00

CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)
 BRADESCO (237) BANCO DO BRASIL (001) ITAÚ (341)
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

CONTA CORRENTE (todos os bancos)
 BANCO Nome: _____ NRO: _____
 AGÊNCIA NRO: _____ D/V: _____ CONTA NRO: _____ D/V: _____
 (Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

AGÊNCIA NRO: 0866 D/V: 023 CONTA NRO: 00011378 D/V: 4
 (Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Neópolis, 23 de Dezembro de 2019
Local e Data

Ana Meire Tavares Silvino _____
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário Campo 2 - Assinatura do Representante Legal



Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) INVALIDEZ PERMANENTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: **3190345963** 3 - CPF da vítima: **04720528538** 4 - Nome completo da vítima: **ANA MEIRE TAVARES SILVINO**

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: **ANA MEIRE TAVARES SILVINO** 6 - CPF: **04720528538**
7 - Profissão: **DO LAR** 8 - Endereço: **RUA SAO FRANCISCO** 9 - Número: **107** 10 - Complemento: **CASA**
11 - Bairro: **CENTRO** 12 - Cidade: **NEÓPOLIS** 13 - Estado: **SE** 14 - CEP: **49980000**
15 - E-mail: **custiamerameire27@hotmail.com** 16 - Tel.(DDD): **(79)99808.8553**

DADOS CADASTRAIS

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: _____
18 - CPF do Representante Legal: _____ 19 - Profissão do Representante Legal: _____

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:
 RECUSO INFORMAR R\$1.000,00 A R\$1.000,00 R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
 SEM RENDA R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

CONTA POUPOANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)
 Bradesco (237) Itaú (341)
 Banco do Brasil (001) Caixa Econômica Federal (104)
AGÊNCIA: **4478** **13** CONTA: **00018620** **4**
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

CONTA CORRENTE (Todos os bancos)
Nome do BANCO: _____
AGÊNCIA: _____ CONTA: _____
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

INVALIDEZ PERMANENTE

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: Solteiro Casado (no Civil) Divorçado Separado Judicialmente Viúvo 24 - Data do óbito da vítima: _____

25 - Grau de Parentesco com a vítima: _____ 26 - Vítima deixou companheiro(a): Sim Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____

28 - Vítima teve filhos? Sim Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: _____ Falecidos: _____ 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? Sim Não 31 - Vítima teve irmãos? Sim Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: _____ Falecidos: _____ 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? Sim Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

MORTE

34 - impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo) _____

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo) _____

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo) _____

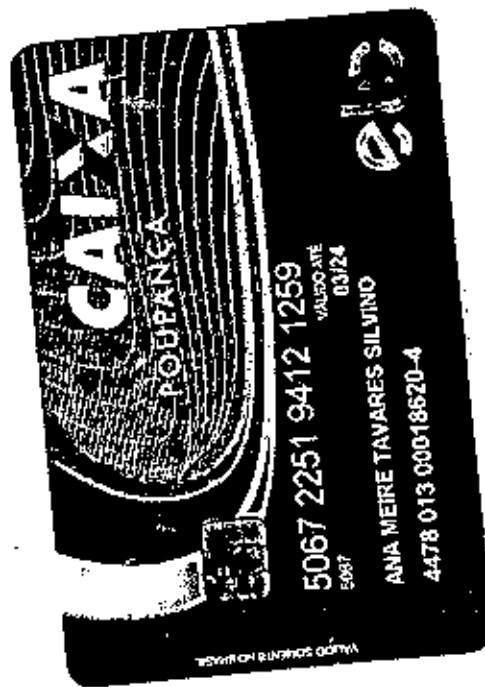
NÃO ALFABETIZADO

38 - 1ª | Nome: _____ CPF: _____
Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome: _____ CPF: _____
Assinatura da testemunha

TESTEMUNHAS

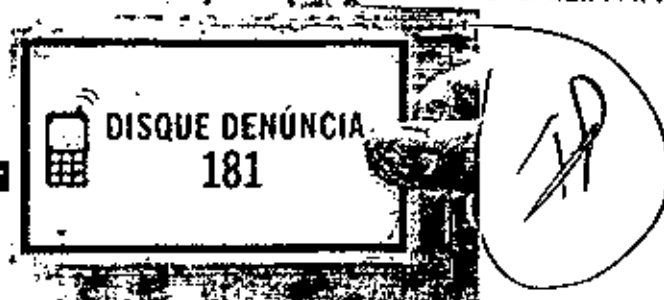
40 - Local e Data: **NEÓPOLIS/SE** **30-03-2020**
ANA MEIRE TAVARES SILVINO
41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
Boletim de ocorrência



DELEGACIA DE POLÍCIA DE NEÓPOLIS

PRAÇA GENERAL OLIVEIRA VALADÃO, CENTRO FONE: (79)3344-1282

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2017/06568.0-000229

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE NEÓPOLIS

Endereço: PRAÇA GENERAL OLIVEIRA VALADÃO, CENTRO FONE: (79)3344-1282

RECEBIDO

2-0 MAI 2019

Seguradora Líder DPVAT

FATO

Data e Hora do Fato: 18/08/2016 - 14:30 até 18/08/2016 - 14:30

Endereço: PRÓXIMO AO TREVÔ Número: Complemento: CEP: 49980-000

Bairro: POVOADO BETUME Cidade: NEOPOLIS - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE NEÓPOLIS

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: OUTRO

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS

Nome do pai: ANTONIO SILVINO FILHO Nome da mãe: FRANCISCA DAS DORES TAVARES

Pessoa: Física CPF/CGC: 047.205.285-38 RG: 10178473 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: NEOPOLIS Data de nascimento: 26/04/1966 Sexo: Feminino Cor da pele:

Profissão: DONA DO LAR Estado civil: Não informado Grau de instrução:

Endereço: RUA São Francisco Número: 107 Complemento:

CEP: 49.980-000 Bairro: povoado BETUME Cidade: NEOPOLIS UF: SE

Proximidades: Telefone: 79 9 9808-7896

HISTÓRICO

Relata a notificante que estava pilotando a moto SHINERAY XY 50 Q. ano 2014, placas QKU5487, cor vermelha, nas imediações do povoado Betume, próximo ao trevo, quando perdeu o equilíbrio e caiu na pista. QUE do acidente sofreu fraturas no pé esquerdo e até o dia de hoje faz fisioterapia e anda de muletas.

Data e hora da comunicação: 16/05/2017 às 11:06

Última Alteração: 16/05/2017 As 11.06.

OBS.: As informações recolhidas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquilo que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Ana Meire Silvano dos Santos
ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS
Responsável pela comunicação

Aline Viviane Chagas de Lima
Aline Viviane Chagas de Lima
Responsável pelo preenchimento

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0177600/19

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

CPF: 047.205.285-38

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 18/08/2016

Titular do CPF: ANA MEIRE TAVARES
SILVINO

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Certidão de casamento
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

ANA MEIRE TAVARES SILVINO : 047.205.285-38

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 27/05/2019
Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF: 047.205.285-38

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 27/05/2019
Nome: JULIANA MARQUES RODRIGUES
CPF: 149.018.967-09

JULIANA MARQUES RODRIGUES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - SE Nº 012356193237
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 2 CDD-RENAVAM 01079374547 R.N.T.R.C. 00000000000 EXERCÍCIO 2016

NOME JOSIMARA SILVINO S. SILVEIRA

CPF/CNPJ 845.848.665-20 PLACA OKU5487

PLACA ANT./UF 0002619/SE CHASSI LXYXCBL05F0224353

ESPECIE/TIPO BÁS/CICLOMOTO COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA/MODELO I/SHINERAY XY 50 Q ANO FAB. 2014 ANO MOO. 2015

CAP/POT/CHL 2P0CV/49CC CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC. / COTAS
1 *****	*****	1 *****
2 *****	*****	2 *****
3 *****	*****	3 *****

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) 58,50 DETRAN (R\$) 6,50 CUSTO DO SEGURO (R\$) 65,00

PRÊMIO TOTAL (R\$) 65,00 DATA DE PAGAMENTO 26/02/2016

SEM RESTRIÇÃO

ARACAJU-SE DATA 26/02/2016

DIRETOR-PRESIDENTE

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO SEGURO DPVAT

SE Nº 012356193237 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2016 DATA EMISSÃO 26/02/2016

VIA ** CDD-RENAVAM 01079374547 R.N.T.R.C. 00000000000 EXERCÍCIO 2016 PLACA OKU5487

MARCA/MODELO I/SHINERAY XY 50 Q ANO FAB. 2014 ANO MOO. 2015

CAP/POT/CHL 2P0CV/49CC CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

PRÊMIO TARIFÁRIO	FMS (R\$)	DETRAN (R\$)	CUSTO DO SEGURO (R\$)
65,00	58,50	6,50	65,00

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15 IOF (R\$) 0,51 TOTAL SERVIÇOS REG. SEGURO (R\$) 134,66

PAGAMENTO COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE COTAÇÃO 26/02/2016

SEGUROADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04
www.seguradoralider.com.br



100



1ª VARA PRIVATIVA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
CARTÓRIO DO 12º OFÍCIO
 Fórum Luiz Raulino
 Av. Jucelino Kubitschek, nº 47
 Foz. (070)
 JUIZADO DE SERGIPE
 SE DA 0160547

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE CASAMENTO

EDENILSON SANTOS SILVEIRA
JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS

MATRÍCULA: 1100640155 2003 2 00029 196 0007604 59

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

EDENILSON SANTOS SILVEIRA, nascido a 30/12/1977, na cidade de Aracaju/Sergipe, nacionalidade brasileira, filho de: José Silveira e Maria Eluzia Santos Silveira.
JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS, nascida a 08/04/1984, na cidade de Penedo/AL, nacionalidade brasileira, filha de: Miraldo Silva dos Santos e Ana Meire Silvino dos Santos.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

DIA MÊS ANO

Quatorze de maio de dois mil três

14 05 2003

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE PASSA A USAR APÓS O CASAMENTO

JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

Averba-se o Divórcio de ordem da MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE, Drª Jocelaine Costa Ramires de Oliveira, Proc. Nº 201130100311, sentença datada de 20/04/2011, dispensado o prazo recursal. A mulher voltará a usar o nome de solteira:

JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS

Livro B-29, fls. 196, Nº 7.604.

Nome do Ofício: 12º OFÍCIO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Oficiala Substituta: Terezinha Gonçalves

Município: ARACAJU/SE - Endereço: Av. Juscelino Kubitschek, s/n,

Bairro 18 do Forte - C.E.P.: 49.070.460 - Tel: (79) 32345431

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
 Aracaju/SE, 29 de abril de 2011.

Terezinha Gonçalves
Terezinha Gonçalves
 Registradora Civil



**ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO**

1ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju
Av. Visconde de Maracaju, s/nº, 18 do Forte

Ação : DIVÓRCIO LITIGIOSO

Processo: 201130100311

Requerente: **EDENILSON SANTOS SILVEIRA**

Requerido: **JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA**

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte (20) dias do mês de abril do ano de dois mil e onze (2011), às 09 h 00 min, na Sala de Audiências, presente a Juíza de Direito Substituta, Drª. JOCELAINÉ COSTA RAMIRES DE OLIVEIRA, foi declarada aberta a Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento; apregoadas as partes e seus respectivos Advogados, ao pregão responderam: o autor, acompanhado pela Defensora Pública, Bela. MARIA VILMA SIQUEIRA MENEZES, presente o requerido, acompanhado por sua Advogada, Bela. JORDANA AMARAL DA COSTA OLIVEIRA, OAB/SE nº 5984, presente a Representante do Ministério Público, Drª. CARMEM LÚCIA BUARQUE DE GUSMÃO. Aberta a audiência foi proposta a conciliação, sendo rejeitada. No entanto, as partes acordaram em transformar o pedido em Consensual, observadas as seguintes cláusulas: 1ª - Não há bens a serem partilhados; 2ª - Da união adveio o nascimento de 01 (um) filho, BRUNNO RAFAEL SILVINO SILVEIRA, nascido em 10/07/2003, certidão de fls. 04, que ficará sob a guarda da genitora, podendo o genitor exercer o direito de visitas aos finais de semanas, durante suas folgas e metade das férias escolares; 3ª - O divorciando pagará pensão alimentícia no equivalente a 20% (vinte por cento) dos seus rendimentos percebidos a qualquer título, abatidos os descontos obrigatórios, incidindo sobre a pensão férias, 13º salário e verbas rescisórias, além do salário família, que deverá ser depositada em conta bancária já do conhecimento da fonte pagadora, em nome da genitora do menor, Sra. JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA; 4ª - Para o caso do divorciando passar a não ter vínculo empregatício a pensão será o equivalente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente que deverá ser depositado até o último dia de cada mês; 5ª - O divorciando compromete-se também a pagar metade do valor com as despesas de material escolar e fardamento para seu filho; 6ª - As partes renunciam mutuamente a alimentos por terem condições de manterem-se; 7ª - A divorcianda voltará a usar o nome de solteira, JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS. Pedem homologação. Em seguida a MM. Juíza, depois de verificar que foram satisfeitas as formalidades e cumpridas os requisitos legais, observando a Emenda Constitucional nº 66, atualmente em vigor, esclareceu-lhes as conseqüências de manifestação de vontade. Convencida, afinal, que ambos livremente e sem hesitações desejam o divórcio. Seguiram-se os debates orais, com a palavra da Assistente da parte autora, da ré presente e finalmente da Promotora de Justiça, todos considerando que foram cumpridas as exigências legais e obedecidos os tramites processuais, requer por conseguinte a decretação do Divórcio Judicial. Foi pedido a dispensa do prazo recursal pelas partes. Após, se pronunciou o Ministério Público nos seguintes termos: Postulam os ora requerentes o Divórcio Litigioso, porém resolveram transformar em Divórcio Consensual, alegando, em síntese, terem contraído matrimônio em 14/05/2003, sob regime da Comunhão Parcial de Bens, certidão de fls. 05. Que dessa união adveio o nascimento de 01 (um) filho, BRUNNO RAFAEL SILVINO SILVEIRA, nascido em 10/07/2003, certidão de fls. 04. Que os cônjuges não possuem bens a partilhar. As cláusulas do acordo atendem às exigências legais, tendo sido observadas as questões atinentes à guarda, direito de visitas e pensão alimentícia para o filho menor, não

há bens a partilhar e a definição do nome da divorcianda. Aos autos foram acostados os documentos essenciais à propositura da ação. Durante a instrução processual foram dispensados os depoimentos das partes, tendo sido dispensado o depoimento testemunhal, por força da Emenda Constitucional nº 66. Assim sendo, analisando o caso sub judice verificamos que foram atendidas todas as exigências legais, de acordo com a Emenda Constitucional nº 66 deu nova redação ao art. 226 parágrafo sexto da CF. Ante o exposto, opinamos pela homologação do acordo e decretação do Divórcio do Casal". Em seguida, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: Vistos etc... EDENILSON SANTOS SILVEIRA, qualificado na inicial, fls. 02/03, promove Divórcio Litigioso em face de JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA porém resolveram transformar em Consensual, alegando, em síntese, terem contraído matrimônio em 14 de maio de 2003 sob regime da Comunhão Parcial de Bens, certidão de fls. 05. Que dessa união adveio o nascimento de 01 (um) filho, BRUNNO RAFAEL SILVINO SILVEIRA, nascido em 10/07/2003, certidão de fls. 04. Que os cônjuges não possuem bens a partilhar. Atendidas as exigências legais, tendo sido definidas as questões relativas a guarda, direito de visitas e pensão alimentícia do filho, não há bens a partilhar e a definição do nome da divorcianda. Na instrução, houve a dispensa da oitiva de testemunhas, tendo em vista que se destinariam apenas a comprovar o lapso temporal de separação do casal, o que não mais é exigido por conta da recente alteração do art. 226, § 6º da Constituição Federal, as partes desejam a extinção do vínculo matrimonial que ainda as une. O Ministério Público, após verificar que ficaram resguardados os interesses das partes, lançou parecer favorável a homologação. No essencial relatei. Decido. A prova documental confirma as alegações da inicial, arrimado na Emenda Constitucional nº 66, que deu nova redação ao art. 226, § 6º da Constituição Federal, homologo o acordo firmado pelos divorciandos e que consta do termo de Audiência nesta data realizada, decreto o Divórcio. Determino, face a dispensa do prazo recursal, que este termo de audiência, contendo a sentença, sirva como mandado de averbação, junto ao Cartório do Registro Civil do 12º Ofício desta Comarca de Aracaju/SE, fazendo as devidas anotações no Livro B-29, fls. 196, sob o nº de ordem 7604, constando o nome de solteira da divorcianda, JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS, observando-se tratar-se de JUSTIÇA GRATUITA. Oficie-se a fonte pagadora, Empresa SACEL SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, situada à Av. Marginal, nº 815, bairro Rosa Elze, São Cristóvão/SE, para que proceda ao desconto no percentual de 20% (vinte por cento) dos rendimentos do requerido, percebidos a qualquer título, abatidos os descontos obrigatórios, incidindo sobre a pensão férias, 13º salário e verbas rescisórias, além do salário família, a título de alimentos definitivos, conforme transação feita pelas partes, depositando em conta bancária já do conhecimento da fonte pagadora, em nome da genitora do menor, sra. JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA. Publicada em audiência a presente sentença. Dou os presentes por intimados. Nada mais.


JOCELAINE COSTA RAMIRES DE OLIVEIRA
Juíza de Direito-Substituta

CARMEMLÚCIA BUARQUE DE GUSMÃO
Promotora de Justiça

Cópia

Requerente: _____

Defensora Pública: _____

Requerida: _____

Advogada: _____



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

24/02/2023

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Manifestação da requerida,

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

03/03/2023

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Intime-se a parte autora para ofertar replica à contestação. Prazo: 15 dias.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis**

Nº Processo 202275000482 - Número Único: 0000750-25.2022.8.25.0045
Autor: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Intime-se a parte autora para ofertar replica à contestação. Prazo: 15 dias.



Documento assinado eletronicamente por **Rosivan Machado da Silva, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis**, em **03/03/2023**, às **10:38:32**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2023000433372-79**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

27/03/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Réplica à Contestação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KRISTHIAN MORAIS BOMFIM - 8363}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEÓPOLIS, ESTADO DE SERGIPE

Processo nº: 202275000612

ANA MEIRE TAVARES SILVINO, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT que contende em face de **SEGURADORA LIDER DE DOS CONSÓRCIOS DOS SEGURO DPVAT S/A**, em trâmite perante está r. vara e respectivo cartório, vem, mui, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar sua RÉPLICA ante a contestação apresentada pela Requerida, pelos fundamentos de fato e direito a seguir expostos:

I. DO BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO

A Parte Autora sofreu acidente de trânsito, nas imediações do trevo do povoado Betume, onde se desequilibrou e acabou caindo na pista.

Tal fato, ocorreu em 18/08/2016 às 14h e 30min, a mesma fora atendida no Hospital Municipal de Neópolis, e encaminhada para a fundação hospitalar de saúde de Propriá/SE, diante da gravidade das lesões, sendo constatado no momento oportuno “LESÃO DILACERANTE NO DORSO DO PÉ ESQUERDO COM LESÃO MUSCULAR.”

Conforme Prontuário Médico, a Parte Autora em 18/08/2016 foi admitida no hospital em razão do acidente de trânsito sofrido, diante disso faz jus ao recebimento da Indenização do Seguro obrigatório – DPVAT em razão das lesões e permanentes que lhe afetam. Sendo que uma análise mais detalhada é encontrada nas páginas do prontuário médico, onde se descreve em termos médicos os procedimentos, bem como as minúcias da fratura.

Por conta da gravidade das lesões, e suas sequelas, a Autora se tornou inapta para exercer suas funções laborais, passando a receber AUXILIO DOENÇA evoluindo para a sua APOSENTADORIA PELO INSS, conforme se extrai dos processos de nº 0501734-19.2018.4.05.8504 e 0501142-67.2021.4.05.8504.

Em pedido administrativo, fora concedido a requerente o pagamento pela perda funcional dos “DEDOS DO PÉ” – Perda funcional completa de qualquer um dos membros do pé 10%, sendo paga a mesma, a quantia de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

Acontece que sua lesão não atingiu somente “UM DEDO DO PÉ” e sim todo o membro inferior, lhe fazendo perder 100% (cem por cento) da mobilidade daquele membro.

A Requerida fora devidamente citada e, por conseguinte, apresentou sua contestação.

Ainda no mérito da causa, requereu a produção de prova pericial sobre o Autor.

Breve é o relatório.

II- DO DIREITO

a) DAS INFORMAÇÕES TRAZIDAS AOS AUTOS

Em sua defesa, sustenta a parte Requerida que nos autos OS documentos médicos divergem BO, tendo em vista que em um dos relatórios médicos há a informação de que o autor tinha dado entrada dia 06/06/2020 e a lesão fora causada um dia antes, e no BO é informado que o acidente ocorreu no dia 06/06/020. Porém, o prontuário de chegada do autor, confirma a data de entrada e bem como a informação de que o mesmo foi levado pela SAMU até o hospital, como consta na informação dada no BO, vejamos:

Ocorre que tanto os prontuários, exames médicos, BO são capazes de provar o nexo de causalidade entre o acidente e a suposta invalidez da vítima.

Compulsando detidamente o processo, precisamente os documentos juntados pelo Requerente, verifica-se que foram anexados a inicial relatórios médicos, exames clínicos e boletim de ocorrência, documentos necessários a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez do Autor.

O fato de haver uma divergência de um dia nas informações, não é capaz de elidir os danos do acidente automobilístico, pois estamos falando de diferença de apenas um dia, o que pode, inclusive ter sido erro de digitação, ou de inobservância da parte autora em visualizar possíveis datas, pois estamos tratando se um senhor de 62 anos de idade.

Desta feita, é inquestionável que as lesões que ocasionaram a invalidez do Autor decorreram do acidente sofrido em questão. Sendo totalmente desnecessário oficiar a Delegacia de Polícia, tendo em vista a morosidade e prejuízo que isto pode trazer ao processo.

III - DA REGULARIDADE DA PETIÇÃO INICIAL- LAUDO DO IML

Arguiu o Requerido, em sua contestação, a inépcia da petição inicial sustentando que não fora trazido aos autos pela parte Requerente documentos imprescindíveis para o ajuizamento da ação, a saber, laudo do IML.

Pois bem.

Primeiramente, cumpre registrar que não se vislumbra a inépcia da inicial pela ausência da juntada pelo Autor de Laudo do IML, tendo em vista que carrou aos autos documentos necessários e suficientes para comprovar o dano e nexos de causalidade.

Frise-se, que existe nos autos, laudo médico realizado por perito do INSS, o qual constatou a gravidade e extensão das lesões, de forma permanente, o qual serviu de suporte para a procedência de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ da Requerida.

Ora, o Requerente juntou ao processo documentos que comprovam as sequelas por ele sofridas em razão do acidente, inclusive laudo médico realizado por perito imparcial do INSS,

IV - DO AMPARO LEGAL – PAGAMENTO INTEGRAL A INVALIDEZ

O Autor tem sua pretensão respaldada na Lei nº 6.194/74, que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório, conforme assevera o inciso II, do artigo 3º.

"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;" § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando - se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos) II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo - se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte

e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Portanto, Excelência, uma vez comprovadas as lesões sofridas pelo Autor se fazem necessário o pagamento da justa indenização pela Requerida.

É salutar que fique resguardado o direito do Autor ao pagamento integral no valor correspondente a invalidez permanente de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, tendo em vista as lesões sofridas por conta do acidente.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

A invalidez é considerada permanente emente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

Ademais, a indenização deve ser paga mediante simples PROVA DO ACIDENTE e do DANO DECORRENTE, conforme elencado no art.5º §1º, da referida Lei:

"Art. 5º- O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. § 1º - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico – assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais. §2º- Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará. § 3º - Não se concluindo na certidão de óbito onexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo Instituto Médico Legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente. § 4º - Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez

permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar, relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.”

Nesse passo, a Terceira Turma Recursal Cível do Egrégio Tribunal de Justiça, já apreciou questão relativa à validade do laudo de exame de corpo de delito do Instituto Médico Legal que atesta invalidez permanente para o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT. A ementa do acórdão é a seguinte:

"f-SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. O laudo do IML comprova a invalidez permanente, laudo oficial, o que impõe a procedência da lide Valor de indenização em múltiplos de salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, na forma da Lei 6.194/74, art. 3o, alíneas 'a', e art. 5o, §1º, sendo manifestamente ilegal a resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados que fixa em montante inferior. Lei recepcionada pela Constituição Federal. 2- Quitação dada pelo beneficiário, em valor inferior ao devido, não afasta o direito do interessado de obter a diferença de valor fundada em Lei. A renúncia a direitos deve sempre ser interpretada restritivamente. RECURSO IMPROVIDO" (Recurso Inominado n. 71000725085, Terceira Turma Recursal Cível - JEC, Relatora: Dra. Maria José Schmitt Sant Anna, julgado em 28.06.2005)". -(grifos nossos).

Cabe aqui pinçar trecho do referido acórdão.

"Deste modo, a graduação da invalidez permanente fica afastada, uma vez que essa distinção não é feita pela Lei nº 6.194/74, que regula a matéria. Havendo a invalidez é devida a indenização, não importando o grau."

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução nº1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do

acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008).

Sendo assim, os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexos de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, além do fato inquestionável de que o laudo médico atesta a debilidade e/ou invalidez permanente de membro ou função, dessa forma, é PROVA BASTANTE para garantir o pagamento da INDENIZAÇÃO do Seguro Obrigatório no valor COMPLEMENTAR.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm a requerente direito à indenização.

Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO – TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGPM, a contar daquele termo, acrescidos

de juros moratórios a partir da citação. 4.Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível N° 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, perícia realizada pelo INSS e decisão da justiça federal o qual atesta a invalidez da Requerente.

V – DA PROVA PERICIAL REALIZADA NA ESFERA JUDICIAL

Cabe aqui registrar, que o laudo pericial anexado aos autos, não fora feito de forma particular.

O mesmo fora extraído dos processos de n° 0501734-19.2018.4.05.8504 e 0501142-67.2021.4.05.8504, o qual, após determinação do juízo federal, fora realizado por perito imparcial do INSS.

Desta forma, resta demonstrado a validade e imparcialidade da presente perícia, devendo a mesma ser considerada em sua totalidade, priorizando assim, os princípios da celeridade e economia dos atos processuais.

VI - DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

No tocante à correção monetária, o termo inicial de incidência deve ser a partir do pagamento parcial, ou seja, 18 de novembro de 2013, porque esse é o marco a partir do qual os requerentes deixaram de usufruir do valor a complementar e que justifica a reposição de seu poder de compra. No mais, as questões encontram respaldo na súmula 14 das Turmas Recursais:

SÚMULA N° 14 – DPVAT (revisada em 27/06/2007):
VINCULAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO. - É legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo, consoante fixado na Lei n° 6.194/74, não sendo possível modificá-lo por Resolução. A alteração do valor da indenização introduzida pela M.P. n° 340 só é aplicável aos sinistros ocorridos a partir de sua vigência, que se deu em 29/12/2006. QUITAÇÃO.
- A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei. CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO. - O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, incorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo.

PAGAMENTO DO PRÊMIO. - Mesmo nos sinistros ocorridos antes da vigência da Lei nº 8.441/92 é desnecessária a comprovação do pagamento do prêmio do seguro veicular obrigatório. COMPLEXIDADE. - Inexiste complexidade de causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o DML. APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. - Na hipótese depagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização deverá ser apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação. Outrossim, para os sinistros ocorridos a partir de 29/12/2006, a apuração da indenização, havendo ou não pagamento administrativo parcial, deverá tomar por base o valor em moeda corrente vigente na data da ocorrência do sinistro. CORREÇÃO MONETÁRIA. - A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda. JUROS - Os juros moratórios incidirão a partir da citação, salvo quando houver pagamento parcial ou pedido administrativo desatendido, hipóteses em que incidirão, respectivamente, a partir do adimplemento parcial ou do término do prazo legal para o pagamento. Portanto, requer o pagamento da diferença entre o valor já indenizado e o valor legalmente previsto, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, incidindo correção monetária e juros moratórios de 1 % ao mês.

VII - DOS REQUERIMENTOS

Face o exposto, e, tendo em vista o que dos autos consta, tem-se a concluir, sem restarem quaisquer dúvidas, que a presente ação somente reza pela procedência, haja vista as alegações acima expostas.

Isto posto, requer a Vossa Excelência, seja a presente demanda julgada TOTALMENTE PROCEDENTE, a fim de condenar o requerido, integralmente, em todos os termos da petição inicial.

Nestes termos, em que pede deferimento.

Neópolis/SE, 20 de Março de 2023.

KRISTHIAN MORAIS BOMFIM
OAB/SE Nº 8.363



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

27/03/2023

MOVIMENTO:

Decurso de Prazo

DESCRIÇÃO:

Certifico que Juntada de Réplica à Contestação realizada nesta data. 27/03/2023 15:44:56, pelo Advogado: KRISTHIAN MORAIS BOMFIM é tempestivo

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

27/03/2023

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Juntada de Réplica à Contestação Requerente

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

16/05/2023

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

Deste modo, afastada a aplicação do CDC ao caso concreto, não há que se falar em inversão do ônus da prova, cabendo à parte autora, portanto, a comprovação dos fatos constitutivos do seu direito. Passo a sanear o feito. Não ocorre nenhuma hipótese de extinção do processo (CPC, art. 354) ou de julgamento antecipado da lide (CPC, art. 355). Tenho por incontroversa a ocorrência de acidente de trânsito sofrido pela autora, diante do registro do Boletim de Ocorrência juntado à p. 21, bem como dos documentos de p. 22/45. Fixo os seguintes pontos controvertidos: a) o grau da lesão sofrida; b) o valor da indenização correspondente. Intimem-se as partes para os fins do art. 357, §1º do CPC. Estabilizada a decisão, intimem-se as partes para indicarem as provas que pretendem produzir, bem como para apresentarem rol de testemunhas em 15 dias. I. Sem prejuízo, diante do expresso requerimento da parte requerida, determino a realização de perícia médica, nomeando para atuar como perito o Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior, arbitrando em seu favor honorários no valor de R\$ 328,00 (trezentos e vinte e oito reais), que deverão ser pagos pela Requerida, nos moldes do previsto no Convênio nº 16/2023 do TJSE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis

Nº Processo 202275000482 - Número Único: 0000750-25.2022.8.25.0045
Autor: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Decisão >> Saneamento

Vistos, etc.

ANA MEIRE TAVARES SILVINO, devidamente qualificada, ajuizou Ação de Cobrança em face da SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., alegando, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 18/08/2016, sendo administrativamente reconhecida "a perda funcional completa de qualquer um dos membros do pé" em graduação média e efetuado o pagamento de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), pela Demandada, quando em verdade se tratava de perda total de membro inferior, cujo valor do seguro seria de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Discorrendo sobre os fatos e o seu pretense direito, pleiteia a complementação do valor que entende devido pelo seguro DPVAT, com acréscimos legais.

Citada, a requerida apresentou contestação às p. 82/87, na qual aduz que já foi realizado o pagamento do seguro devido à autora no valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), proporcional à lesão sofrida e atestada em perícia administrativa. Alega a ausência de prova do alegado grau da lesão, sustentando a não aplicação do CDC ao caso, requerendo a improcedência dos pedidos.

Em réplica, a Autora refutou os argumentos da defesa e ratificou os termos da exordial.

Decido.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento segundo o qual não se caracteriza relação de consumo aquela existente entre a vítima de acidente de trânsito e a seguradora que integra o consórcio de seguro DPVAT.

Isto porque não se trata de seguro facultativo contratado espontânea e diretamente pela parte, mas sim de seguro obrigatório previsto e constituído em lei, cujo pagamento ocorre através das seguradoras integrantes de consórcio previamente pactuado nos termos da Lei 6.194/74.

Neste sentido:

“RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). OBRIGAÇÃO IMPOSTA POR LEI. AUSÊNCIA DE QUALQUER MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE NO TOCANTE AO OFERECIMENTO E ÀS REGRAS DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PELAS RESPECTIVAS SEGURADORAS, NÃO HAVENDO SEQUER A OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO, TAMPOUCO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E /OU DO PRODUTO PELO SEGURADO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DESPROVIDO. 1. Diversamente do que se dá no âmbito da contratação de seguro facultativo, as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam ao seguro obrigatório (DPVAT). 1.1. Com efeito, em se tratando de obrigação imposta por lei, na qual não há acordo de vontade entre as partes, tampouco qualquer ingerência das seguradoras componentes do consórcio do seguro DPVAT nas regras atinentes à indenização securitária (extensão do seguro; hipóteses de cobertura; valores correspondentes; dentre outras), além de inexistir sequer a opção de contratação ou escolha do produto ou fornecedor pelo segurado, revela-se ausente relação consumerista na espécie, ainda que se valha das figuras equiparadas de consumidor dispostas na Lei n. 8.078/90. 2. Recurso especial desprovido”. (REsp 1.635.398/PR, 3ª Turma, DJe 23/10/2017).

Deste modo, afastada a aplicação do CDC ao caso concreto, não há que se falar em inversão do ônus da prova, cabendo à parte autora, portanto, a comprovação dos fatos constitutivos do seu direito.

Passo a sanear o feito.

Não ocorre nenhuma hipótese de extinção do processo (CPC, art. 354) ou de julgamento antecipado da lide (CPC, art. 355).

Tenho por incontroversa a ocorrência de acidente de trânsito sofrido pela autora, diante do registro do Boletim de Ocorrência juntado à p. 21, bem como dos documentos de p. 22/45.

Fixo os seguintes pontos controvertidos:



a) o grau da lesão sofrida;

b) o valor da indenização correspondente.

Intimem-se as partes para os fins do art. 357, §1º do CPC.

Estabilizada a decisão, intimem-se as partes para indicarem as provas que pretendem produzir, bem como para apresentarem rol de testemunhas em 15 dias.

I.

Sem prejuízo, diante do expresso requerimento da parte requerida, determino a realização de perícia médica, nomeando para atuar como perito o Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior, arbitrando em seu favor honorários no valor de R\$ 328,00 (trezentos e vinte e oito reais), que deverão ser pagos pela Requerida, nos moldes do previsto no Convênio nº 16/2023 do TJSE.

Intime-se o expert nomeado para dizer se aceita o encargo, no prazo de 05 (cinco) dias.

Havendo aceitação, intimem-se as partes para, querendo, ofertar impugnação, e ainda, a Seguradora Ré, para efetuar depósito judicial da mencionada verba, em 15 (quinze) dias, mediante comprovação nos autos.

Após a confirmação do depósito, intimem-se as partes para indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos. Prazo: 05 (cinco) dias.

Em seguida, providencie a Secretaria o agendamento da perícia, intimando-se as partes acerca da data, hora e local.

Encaminhe-se ao perito os quesitos já apresentados pelas partes.

Deverá o perito responder aos seguintes quesitos do Juízo:



- 1 – A Autora é portadora de lesões ou deficiência? Caso positivo, quais?
- 2 – Tais lesões ou deficiência decorreram do acidente automobilístico sofrido pela Requerente em 18/08/2016?

- 3 – A lesão ou deficiência apresentada pela Pericianda implica a perda total de alguma função ou sentido? Especifique.

- 4 – Em caso de perda parcial de sentido ou função, esta é permanente ou temporária? Sendo permanente, qual o grau de perda/redução?

Vindo o laudo pericial intime-se as partes para se manifestarem em 15 dias.

Somente após apreciarei o pedido de designação de audiência de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Rosivan Machado da Silva, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis**, em 16/05/2023, às 11:47:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2023001070533-17**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

17/05/2023

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico, no dia 17/05/2023, o movimento registrado no dia 16/05/2023, às 11:47:22 : Decisão >> Saneamento

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

19/05/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEOPOLIS/SE

Processo: 202275000482

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **A.M.T.S.**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NEOPOLIS, 19 de maio de 2023.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSYIAN SILVA MENENDEZ
OAB/SE 2592



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

22/05/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Junto aos autos o ofício SEI nº OFÍCIO nº 7706/2023.
 Juntada de Ofício

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Presidente Tancredo Neves, S/N - Fórum Gumersindo Bessa - Bairro Capucho - Aracaju - SE - CEP 49080901 - www.tjse.jus.br
COORDENADORIA DE PERÍCIAS JUDICIAIS

OFÍCIO nº 7706/2023

Aracaju, 22 de maio de 2023.

Aos(Às) Senhores(as) Magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Assunto: 2º Mutirão de perícias para os processos do seguro DPVAT (2023)

Excelentíssimo(a) Magistrado(a),

Pelo presente, considerando o Convênio nº 16/2023 - Termo de Convênio de Cooperação Institucional que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A, cujo valor de honorários periciais é de R\$ 328,00 (trezentos e vinte oito reais), o qual, em breve síntese, determina ser da responsabilidade da empresa em tela, o pagamento dos honorários periciais, independentemente ao resultado da perícia, situação que gera economia a este Egrégio Tribunal de Justiça;

Considerando a promoção do auxílio à celeridade processual e à prestação jurisdicional eficaz, mediante, somente, o preenchimento da avaliação médica padronizada (1965018) no Mutirão pelo(a) médico(a) perito(a), acompanhado pelo assistente técnico da Seguradora Líder;

Considerando a necessidade desta Coordenadoria de Perícias Judiciais de organizar o próximo Mutirão de perícias pendentes nos processos do seguro DPVAT, nas diversas especialidades (Ortopedia, Neurologia, Odontologia/Buco, etc), **solicitamos a Vossa Excelência que sejam indicados, no prazo de 10 (dez) dias, os processos que tenham como parte Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A e estejam pendentes de produção de prova pericial, fazendo indicar:**

NÚMERO DO PROCESSO	VARA/COMARCA	ESPECIALIDADE DA PERÍCIA
		(Ortopedia, por exemplo)

Tais informações serão integradas ao levantamento de pendências de perícias e alinhadas à disponibilidade de agenda dos médicos peritos, com a anuência da Presidência e da Corregedoria-Geral de Justiça deste Tribunal, para aprovação e definição de um período para a realização do referido Mutirão, devidamente comunicado aos respectivos Juízos de Direito, com antecedência prevista de 45 (quarenta e cinco) dias, dia e horário do procedimento pericial, para fins de intimações das partes.

Por fim, registramos que o auxílio das respectivas Secretarias nas **intimações das partes é de extrema importância**, evitando-se atrasos na marcha processual por ausência das partes, cabendo a descrição em tais mandados a necessidade de apresentação dos documentos necessários para que o(a) periciando(a) leve no dia do mutirão: Prontuário médico; Cópia do Boletim de ocorrência; Exames médicos.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.

À SEJUD para ciência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **THYAGO AVELINO SANTANA DOS SANTOS**,
Coordenador - Coordenadoria de Perícias Judiciais, em 22/05/2023, às 10:38, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjse.jus.br/autenticacao-de-documentos> informando o código verificador **1965017** e o código CRC **F1B414A3**.

0012321-03.2023.8.25.8825

*“Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o
Meio Ambiente”*

1965017v3



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

22/05/2023

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

30/05/2023

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Diante do disposto no Ofício n.º 7706/2023 da Coordenadoria de Perícias do TJSE, torno sem efeito a nomeação do perito Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior (p. 149/152), bem como indefiro o pedido formulado pela Requerida na petição retro, devendo as partes aguardar a designação de data para realização do exame a ser definida pelo setor de perícias deste Tribunal, conforme processo SEI 0012321-03.2023.8.25.8825. Aguarde-se por trinta dias a definição da data, através do referido SEI. Com a informação, intimem-se as partes acerca do(a) profissional, data, horário e local em que se realizará a perícia médica, devendo a parte autora, no dia do exame, fazer-se acompanhar de prontuário médico, cópia do Boletim de ocorrência e exames médicos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis**

Nº Processo 202275000482 - Número Único: 0000750-25.2022.8.25.0045
Autor: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Diante do disposto no Ofício n.º 7706/2023 da Coordenadoria de Perícias do TJSE, torno sem efeito a nomeação do perito Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior (p. 149 /152), bem como indefiro o pedido formulado pela Requerida na petição retro, devendo as partes aguardar a designação de data para realização do exame a ser definida pelo setor de perícias deste Tribunal, conforme processo SEI 0012321-03.2023.8.25.8825.

Aguarde-se por trinta dias a definição da data, através do referido SEI. Com a informação, intimem-se as partes acerca do(a) profissional, data, horário e local em que se realizará a perícia médica, devendo a parte autora, no dia do exame, fazer-se acompanhar de prontuário médico, cópia do Boletim de ocorrência e exames médicos.



Documento assinado eletronicamente por **Rosivan Machado da Silva, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis**, em 30/05/2023, às 17:59:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2023001210644-69**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

31/05/2023

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico, no dia 31/05/2023, o movimento registrado no dia 30/05/2023, às 17:59:37 : Despacho >> Mero Expediente

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

26/06/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Junto aos autos o OFÍCIO nº 9412/2023, SEI, da Coordenadoria de Perícias Judiciais.
 Juntada de Ofício

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**

Av. Presidente Tancredo Neves, S/N - Fórum Gumersindo Bessa - Bairro Capucho - Aracaju - SE - CEP 49080901 - www.tjse.jus.br
COORDENADORIA DE PERÍCIAS JUDICIAIS

OFÍCIO nº 9412/2023

Aracaju, 21 de junho de 2023.

Aos(Às) Senhores(as) Magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Assunto: Mutirão de perícias para os processos do seguro DPVAT

Excelentíssimos membros da Magistratura Sergipana,

Pelo presente, cumprimentando cordialmente a Vossas Excelências ao passo em que comunico que após tratativas com a Corregedoria Geral de Justiça, com o objetivo de realização do 2º Mutirão (ano 2023) de perícias pendentes nos processos do seguro DPVAT (SEI 0012321-03.2023.8.25.8825), aliado à disponibilidade dos médicos peritos nas especialidades possíveis, ao menos para este momento, a Coordenadoria de Perícias Judiciais organizou um calendário de perícias e devidamente autorizado pela Presidência (1996645), **no dia 04/08/2023**.

Ainda, importante registrar que a colaboração da equipe da Secretaria de cada unidade jurisdicional é de grande importância para a implementação das **intimações das partes**, descrevendo em tais mandados a necessidade de documentos necessários para que o(a) periciando(a) leve no dia do mutirão: Prontuário médico; Cópia do Boletim de ocorrência; Exames médicos.

Em tempo, importante destacar que o horário das perícias ocorrerá das 07h às 10h, por ordem de chegada, no citado local da perícia [Fórum Gumersindo Bessa (2º piso) - Coordenadoria de Perícias Judiciais - Av. Pres. Tancredo Neves, s/n - Capucho, Aracaju - SE].

Ainda, diante da indisponibilidade de médicos peritos externos na especialidade Neurologia, registro que no caso dos processos descritos o múnus ficará a cargo da Médica requisitada lotada na Coordenadoria de Perícias Judiciais, **Dra. Monica Vieira Aragão**, a qual **não fará jus a honorários periciais**.

Assim, para melhor clareza de cada Vara/Comarca e, conseqüentemente, a cada processo que participará do Mutirão de perícias judiciais, segue em anexo tabela informativa por especialidades:

Peritos em Ortopedia:

Dr. Andrey Sorrilha - 04/08/2023.

Perita em Neurologia:

Dra. Mônica Vieira Aragão* - 04/08/2023.

*sem a incidência de pagamento de honorários periciais por se tratar de médica requisitada lotada no quadro pessoal da Coordenadoria de Periciais Judiciais.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.

À ASSESP, SEJUD e CGJ para ciência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **THYAGO AVELINO SANTANA DOS SANTOS**,
Coordenador - Coordenadoria de Perícias Judiciais, em 26/06/2023, às 08:55, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjse.jus.br/autenticacao-de-documentos> informando o código verificador **1994449** e o código CRC **397DC5D2**.

0014799-81.2023.8.25.8825

*“Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o
Meio Ambiente”*

1994449v3



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

26/06/2023

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Diante do ofício retro, intimem-se as partes, observando-se o seu conteúdo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

26/06/2023

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que confeccionei mandato de intimação tombado sob n 202375001863ANA MEIRE TAVARES SILVINO

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

26/06/2023

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202375001863 do tipo Mandado de Intimação - Mutirão de Perícias
[TM4302,MD158]

 {Destinatário(a): ANA MEIRE TAVARES SILVINO}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis
Pça. Mons. José Moreno de Santana S/N
Bairro - Centro Cidade - Neópolis
Cep - 49980-000 Telefone - 7981335236

Normal(Justiça Gratuita)



202375001863

PROCESSO: 202275000482 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000750-25.2022.8.25.0045
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO - MUTIRÃO DE PERÍCIA DPVAT

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, intime a parte abaixo identificada para comparecimento à perícia indica, na data e local designados.

Data da perícia: 04/08/2023

Local: Fórum Gumersindo Bessa, 2º piso - Coordenadoria de Perícias Judiciais - Av. Pres. Tancredo Neves, s/n - Capucho, Aracaju - SE

Especialidade: Ortopedia

Observação: Horário das perícias ocorrerá das 07h às 10h, por ordem de chegada, no citado local da perícia [Fórum Gumersindo Bessa (2º piso) - Coordenadoria de Perícias Judiciais - Av. Pres. Tancredo Neves, s/n - Capucho, Aracaju - SE]. Leve no dia da perícia : Prontuário médico; Cópia do Boletim de ocorrência; Exames médicos.

Advertências:

- 1) O periciando deve apresentar todos os documentos necessários à realização da perícia, tais como: **Prontuário médico, cópia do boletim de ocorrência e exames médicos pertinentes.**
- 2) O atendimento ocorrerá por **ordem de chegada**, das 07h às 10h.
- 3) A entrada no local das perícias somente será possível mediante a **apresentação do comprovante de vacinação para o COVID19**, conforme normativo em vigor deste Tribunal.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Residência: RUA SÃO FRANCISCO, POVOADO BETUME, 107
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: NEOPOLIS - SE - SE

[TM4302, MD158]

É dever de todos proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil - Disque 100 (Direitos Humanos Nacional) ou Disque 181 (Polícia Civil). A Denúncia é anônima. A ligação é gratuita.



Assinado eletronicamente por AUGUSTO CÉSAR DOS SANTOS VASCONCELOS, em 26/06/2023 às 14:32:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Esta comunicação judicial não possui anexos eletrônicos. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública 2023002278375-88. Fl: 2/2



Documento assinado eletronicamente por **AUGUSTO CÉSAR DOS SANTOS VASCONCELOS, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis, em 26/06/2023, às 14:32:11**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2023002278375-88**.

Recebi o mandado 202375001863 em ____/____/____



ANA MEIRE TAVARES SILVINO



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

27/06/2023

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico, no dia 27/06/2023, o movimento registrado no dia 26/06/2023, às 10:48:43 : Ato Ordinatório

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

14/07/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202375001863 do tipo Mandado de Intimação - Mutirão de Perícias [TM4302,MD158] -
Certidão do Oficial de Justiça

 {Destinatário(a): ANA MEIRE TAVARES SILVINO}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis
Pça. Mons. José Moreno de Santana S/N
Bairro - Centro Cidade - Neópolis
Cep - 49980-000 Telefone - 7981335236

Normal(Justiça Gratuita)



202375001863

PROCESSO: 202275000482 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000750-25.2022.8.25.0045
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO - MUTIRÃO DE PERÍCIA DPVAT

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, intime a parte abaixo identificada para comparecimento à perícia indica, na data e local designados.

Data da perícia: 04/08/2023

Local: Fórum Gumersindo Bessa, 2º piso - Coordenadoria de Perícias Judiciais - Av. Pres. Tancredo Neves, s/n - Capucho, Aracaju - SE

Especialidade: Ortopedia

Observação: Horário das perícias ocorrerá das 07h às 10h, por ordem de chegada, no citado local da perícia [Fórum Gumersindo Bessa (2º piso) - Coordenadoria de Perícias Judiciais - Av. Pres. Tancredo Neves, s/n - Capucho, Aracaju - SE]. Leve no dia da perícia : Prontuário médico; Cópia do Boletim de ocorrência; Exames médicos.

Advertências:

- 1) O periciando deve apresentar todos os documentos necessários à realização da perícia, tais como: **Prontuário médico, cópia do boletim de ocorrência e exames médicos pertinentes.**
- 2) O atendimento ocorrerá por **ordem de chegada**, das 07h às 10h.
- 3) A entrada no local das perícias somente será possível mediante a **apresentação do comprovante de vacinação para o COVID19**, conforme normativo em vigor deste Tribunal.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Residência: RUA SÃO FRANCISCO, POVOADO BETUME, 107
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: NEOPOLIS - SE - SE

[TM4302, MD158]

É dever de todos proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil - Disque 100 (Direitos Humanos Nacional) ou Disque 181 (Polícia Civil). A Denúncia é anônima. A ligação é gratuita.



Assinado eletronicamente por AUGUSTO CÉSAR DOS SANTOS VASCONCELOS, em 26/06/2023 às 14:32:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Esta comunicação judicial não possui anexos eletrônicos. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública 2023002278375-88. Fl: 2/2



Documento assinado eletronicamente por **AUGUSTO CÉSAR DOS SANTOS VASCONCELOS, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis, em 26/06/2023, às 14:32:11**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2023002278375-88**.

Recebi o mandado 202375001863 em ____/____/____



ANA MEIRE TAVARES SILVINO



Assinado eletronicamente por JOSEMÁRIO GONÇALVES SOARES, em 14/07/2023 às 19:35:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Esta comunicação judicial não possui anexos eletrônicos. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública 2023004016531-40. Fl: 1/1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PROCESSO: 202275000482 (Eletrônico)
NATUREZA: Cível
NÚMERO ÚNICO: 0000750-25.2022.8.25.0045
MANDADO: 202375001863
DATA DE CUMPRIMENTO: 14/07/2023 00:00

DESTINATÁRIO: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
ENDEREÇO: RUA SÃO FRANCISCO nº 107, POVOADO BETUME. BAIRRO: ZONA RURAL. NEOPOLIS/ SE. CEP: 49980-000
TIPO DE MANDADO: Mandado de Intimação - Mutirão de Perícias
DATA DE AUDIÊNCIA:

CERTIDÃO

INTIMADA, APÓS O CIENTE, ACEITANDO A CONTRAFÉ

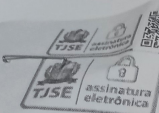
[TC1704, MD47]



Documento assinado eletronicamente por **JOSEMÁRIO GONÇALVES SOARES, Oficial de Justiça**, em 14/07/2023, às 19:35:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2023004016531-40**.



Assinado eletronicamente por AUGUSTO CÉSAR DOS SANTOS VASCONCELOS, em 26/06/2023 às 14:32:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Esta comunicação judicial não possui anexos eletrônicos. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública 2023002278375-88. Fl. 2/2

Documento assinado eletronicamente por **AUGUSTO CÉSAR DOS SANTOS VASCONCELOS, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis**, em 26/06/2023, às 14:32:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos documentos anexados bem como à conferência de autenticidade do documento estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública 2023002278375-88.

Recebi o mandado 202375001863 em 14.07.2023



ANA MEIRE TAVARES SILVINO

x Ana Meire Tavares Silvino

Nome do Arquivo:

20230714_193115.jpg



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

08/08/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Junto ao feito LAUDO - ANA MEIRE TAVARES SILVINO -MUT DPVAT
 Juntada de Laudo

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 82620232108130

Nome original: 202275000482 LAUDO ANA MEIRE TAVARES SILVINO -MUT DPVAT.pdf

Data: 08/08/2023 08:58:28

Remetente:

EDVÂNIA SILVA TRAVASSOS

Coordenadoria de Perícias Judiciais

TJSE

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto:

6º 202275000482

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Ana Meire Louzanos Silveira
CPF: 047.205.285-58
Endereço completo: Rovendo Betume - Neópolis - SE

Informações do acidente

Local: Neópolis -
Data do Acidente: 18/08/2016

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____ - (____).

Local, data.

Ana Meire Louzanos Silveira
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

Sim Não Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

lesão cortante em tendões extensores do pé

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

Sim Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

foi operada a mão esquerda

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) disfunções apenas temporárias
b) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Perda de mobilidade do pé e do tornozelo

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- Sim, em que prazo:
 Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) **Total**
(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).
b) **Parcial**
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:
b.1 **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).
b.2 **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

Segmento Anatômico	10% Residual	25% Leve	50% Média	75% Intensa
1ª Lesão <u>Perda de mobilidade do tornozelo</u>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2ª Lesão <u>Perda de mobilidade do pé</u>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3ª Lesão <u>do pé (ou</u>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4ª Lesão <u>função do pé)</u>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

1) Perda de mobilidade do tornozelo - Parcial completa

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico - CRM

2) Perda de mobilidade do pé - Parcial completa

Carriolina Maria de Andrade Rodrigues
CRM/SE-3797
Andrey Sorilha
Ortopedia e Traumatologia
CRM/SE-3797

ANEXO – Artigo 3º. da Lei no. 6.194 de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100%
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentual da Perda
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou 50 da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009 – Artigos relacionados à Perícia Médica

Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais.

“Art. 5º

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Art. 32. A Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescida da tabela anexa a esta Lei.

11

11



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

14/08/2023

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intime-se as partes para se manifestarem em 15 dias, sobre o laudo pericial retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

15/08/2023

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico, no dia 15/08/2023, o movimento registrado no dia 14/08/2023, às 12:52:42 : Ato Ordinatório

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

16/08/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 230808120946622 do BANESE referente a Pagamento do Débito, ocorrido em 15/08/2023, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA em favor de ANA MEIRE TAVARES SILVINO.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 10288070540 - Parcela: 1

Banco - BANESE

CPF/CNPJ do depositante	09.248.608/0001-04
Nome do depositante	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ID da guia	2362213
Origem	Interligação
Data do depósito	15/08/2023
Forma de recolhimento	DINHEIRO
Valor do depósito	250,00



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

17/08/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KRISTHIAN MORAIS BOMFIM - 8363}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEÓPOLIS, ESTADO DE SERGIPE

Processo nº. 202275000482

ANA MEIRE TAVARES SILVINO, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe em trâmite neste Douto Juízo, vem **IMPUGNAR O LAUDO PERICIAL** anexado pelo perito ora designado as **fls. 180/183**, conforme preceitua o Art. 477, § 1º do CPC.

A Requerente não concorda com o ponto de vista apresentado pelo Ilustre perito, no tocante a porcentagem, pois contraditório, tomando por referência a tabela do DPVAT, que lhe feriu um grau de 10% e 25%, respectivamente. Vejamos:

Segmento corporal acometido:

a) **Total**
(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) **Parcial**
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2) **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão Perda da mobilidade do tornozelo	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão Perda da mobilidade do pé (ou	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão Pernas depois)	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

1) Perda da mobilidade do tornozelo - Parcial Completo

2) Perda da mobilidade do pé - Parcial Completo

Assinatura do médico - CRM

André Sorilha
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM/SE-3797

Conforme laudo do próprio perito, a Requerente teve PERDA PARCIAL COMPLETA, OU SEJA, **DE 100%**, DA MOBILIDADE DO **PÉ** E DO **TORNOZELO**.

Ocorre que, mesmo identificando todas estas sequelas da Requerente, o Ilustre perito, no momento de quantificar a extensão do dano junto a tabela DPVAT, de forma contraditória, aponta que a mesma teria **PERDIDO A FUNÇÃO ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UM DOS DEDOS DO PÉ (10%)**. Vejamos:

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	25%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%

Ora, de maneira totalmente absurda e contraditória, o Ilustre perito identifica um membro e grau de lesão, porém ao apontar a extensão do mesmo na tabela, prefere indicar membro distinto, com grau e porcentagem indenizatória inferior, em uma nítida intenção de favorecer a instituição Requerida, devendo ser responsabilizado, conforme preceitua o Art. 158 e 473, § 1º do CPC:

Art. 158. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, **devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.**

Art. 473. O laudo pericial deverá conter:

[...]

§ 1º No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples **e com coerência lógica**, indicando como alcançou suas conclusões.

Frise-se que existe na tabela opção que identifica **PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL DE UM DOS PÉS (50%)**, fato este ignorado pelo mesmo. Vejamos:

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%

Cabe levar em consideração que, a parte Autora sofreu não uma, mais duas lesões graves, o que ocasionou a PERDA COMPLETA FUNCIONAL DO PÉ E TORNOZELO, DEVENDO OS VALORES SEREM SOMADOS.

Ocorre que, conforme constatado pelo laudo pericial, a Requerente perdeu a função completa de seu pé, e tornozelo.

Corroborando com as alegações da parte Autora, cabe relembrar que após a ocorrência do acidente, a mesma se submeteu a longo tratamento, inclusive com a realização de diversas cirurgias, conforme constata o laudo pericial, permanecendo em auxílio doença desde 02/07/2017, vindo posteriormente a **APOSENTAR-SE POR INVALIDEZ PERMANENTE**, conforme demonstra a DECISÃO QUE LHE CONCEDEU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, as **fls. 38/40**.

Sendo assim, visto as gritantes irregularidades constantes no mencionado laudo pericial, vem **IMPUGNA-LO** desde já, devendo o mencionado perito manifestar-se sobre as divergências aqui apontadas, conforme preceitua o Art. 477, § 2º do CPC.

Notadamente que esclareça por que assinalou que a Requerente teria **PERDIDO A FUNÇÃO ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UM DOS DEDOS DO PÉ (10%)**, se em seu próprio relatório o mesmo constata que houve **PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL DE UM DOS PÉS (50%)**.

Termos em que, pede deferimento.
Neópolis/SE, 17 de Agosto de 2023.

KRISTHIAN MORAIS BOMFIM
OAB/SE 8363



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

18/08/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEOPOLIS/SE

Processo: 202275000482

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **A.M.T.S.**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

Destarte, requer a Ré que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo *expert*, tendo em vista que foram devidamente utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NEOPOLIS, 16 de agosto de 2023.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
OAB/SE 2592

Rio de Janeiro, 04 de Junho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 04 de Junho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Comprovante de residência incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Declaração do Proprietário do Veículo não enviado(a), não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 24 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Declaração do Proprietário do Veículo incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento	Apresentar o formulário Pedido do Seguro DPVAT, disponível em nosso site, com preenchimento completo/correto de todos os campos dos Dados Cadastrais, sem abreviações e/ou rasuras, confirmando as informações bancárias de titularidade da própria vítima/beneficiário, pois o banco recusou a realização do depósito da indenização/reembolso na conta bancária inicialmente informada.
---------------------------------	---

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Rio de Janeiro, 28 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: INTERRUÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, foi verificada a necessidade de realização de avaliação médica presencial para a identificação e/ou enquadramento da invalidez permanente de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do seu pedido fica interrompido e sua contagem será reiniciada após a emissão do laudo da avaliação médica.

O não comparecimento à avaliação médica agendada poderá gerar o cancelamento do pedido do Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 15 de Março de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 675,00

Dano Pessoal: Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé 10%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 10%) 5,00%

Valor a indenizar: 5,00% x 13.500,00 = R\$ 675,00

Recebedor: **ANA MEIRE TAVARES SILVINO**

Valor: **R\$ 675,00**

Banco: **104**

Agência: **000004478**

Conta: **0000018620-4**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190345963

Cidade: Neópolis

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do acidente: 18/08/2016

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FERIMENTO CORTO CONTUSO EM REGIAO DORSAL DO PE ESQUERDO E ANTERIOR DO TORNOZELO ESQUERDO, COM LESÃO PARCIAL DO TENDÃO EXTENSOR DO HALUX ESQUERDO

Descrição do exame físico: DOR E DIMINUIÇÃO DA FORÇA DE EXTENSÃO DO HALUX ESQUERDO

Resultados terapêuticos: FOI REALIZADO SUTURA DE TENDÃO E PELE EM DORSO DO PE ESQUERDO ,EVOLUIU SEM INTERCORRENCIAS-ALTA MÉDICA

Sequelas permanentes: Limitação funcional do 1º pododáctilo esquerdo

Sequelas: Com sequela

Data do exame físico: 04/03/2020

Conduta mantida:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau médio - 50 %	5%	R\$ 675,00
Total			5 %	R\$ 675,00



Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Ana Meire Soares Silveira
PORTADOR(A) DO RG Nº 1.017.847 EXPEDIDO POR SSP/SE EM 13/01/2015
CPF 047205285-38 /CNPJ 000000000-0000-00. PROFISSÃO Pescadora
E RENDA MENSAL DE R\$ 998,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA ANA MEIRE TAVARES SILVEIRA, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 0866 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 023 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 00011378

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Nepesin 05 de Abril de 2019 Ana Meire Tavares Silveira
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

! ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de **titularidade do BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário com 16 ou 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL 3190345963	CPF da Vítima 047.205.285-38	Nome completo da vítima ANA MEIRE TAVARES SILVINO
--	--	---

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL			
Nome completo ANA MEIRE TAVARES SILVINO	CPF titular da conta 047.205.285-38	Profissão DO LAR	
Endereço RUA SÃO FRANCISCO	Número 107	Complemento CASA	
Bairro CENTRO	Cidade NEÓPOLIS	Estado SE	CEP 49.980-000
Email crislianerama27@hotmail.com			Telefone (DDD) (79)9.9808.8553
Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder – DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.			

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS			
<input type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input checked="" type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00
<input type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NRO. 0866 D/V 023 (Informar dígito se existir)	CONTA NRO. 00011378 D/V 4 (Informar dígito se existir)	BANCO Nome _____ NRO _____	AGÊNCIA NRO. _____ D/V _____ (Informar dígito se existir)
		CONTA NRO. _____ D/V _____ (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Neópolis, 23 de Dezembro de 2019
Local e Data

Ana Meire Tavares Silvino
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

PEDIDO DO SEGURO DE

Autorização de pagamento



Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) INVALIDEZ PERMANENTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3190345963 3 - CPF da vítima: 04720528538 4 - Nome completo da vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: ANA MEIRE TAVARES SILVINO 6 - CPF: 04720528538
7 - Profissão: DO LAR 8 - Endereço: RUA SAO FRANCISCO 9 - Número: 107 10 - Complemento: CASA
11 - Bairro: CENTRO 12 - Cidade: NEÓPOLIS 13 - Estado: SE 14 - CEP: 49980000
15 - E-mail: crustianerama27@hotmail.com 16 - Tel.(DDD): (79)99808.8553

DADOS CADASTRAIS

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR
17 - Nome completo do Representante Legal:
18 - CPF do Representante Legal:
19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:
 RECUSO INFORMAR R\$1.00 A R\$1.000,00 R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
 SEM RENDA R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)
 Bradesco (237) Itaú (341)
 Banco do Brasil (001) Caixa Econômica Federal (104)
AGÊNCIA: 4478 13 CONTA: 00018620 4
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

CONTA CORRENTE (Todos os bancos)
Nome do BANCO: _____
AGÊNCIA: _____ CONTA: _____
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

INVALIDEZ PERMANENTE

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: Solteiro Casado (no Civil) Divorciado Separado Judicialmente Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): Sim Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:
28 - Vítima teve filhos? Sim Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? Sim Não 31 - Vítima teve irmãos? Sim Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? Sim Não

MORTE

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

NÃO ALFABETIZADO

34 - Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado
35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)
36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)
37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

TESTEMUNHAS

38 - 1ª | Nome: _____ CPF: _____
Assinatura da testemunha
39 - 2ª | Nome: _____ CPF: _____
Assinatura da testemunha

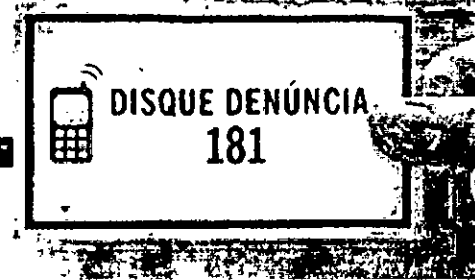
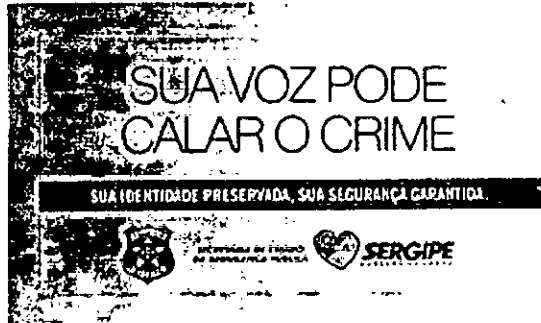
40 - Local e Data: NEÓPOLIS/SE 30-03-2020
ANA MEIRE TAVARES SILVINO
41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA DA PIST
Boletim de ocorrência



DELEGACIA DE POLÍCIA DE NEÓPOLIS

PRAÇA GENEREL OLIVEIRA VALADÃO, CENTRO FONE: (79)3344-1282

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2017/06568.0-000229

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE NEÓPOLIS

Endereço: PRAÇA GENEREL OLIVEIRA VALADÃO, CENTRO FONE: (79)3344-1282

RECEBIDO

2-0 MAI 2019

Seguradora Lider DPVAT

FATO

Data e Hora do Fato: 18/08/2016 - 14:30 até 18/08/2016 - 14:30

Endereço: PRÓXIMO AO TREVO Número: Complemento: CEP: 49980-000

Bairro: POVOADO BETUME Cidade: NEOPOLIS - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE NEÓPOLIS

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS

Nome do pai: ANTONIO SILVINO FILHO Nome da mãe: FRANCISCA DAS DORES TAVARES

Pessoa: Física CPF/CGC: 047.205.285-38 RG: 10178473 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: NEOPOLIS Data de nascimento: 26/04/1966 Sexo: Feminino Cor da cútis:

Profissão: DONA DO LAR Estado civil: Não informado Grau de instrução:

Endereço: RUA São Francisco Número: 107 Complemento:

CEP: 49.980-000 Bairro: povado BETUME Cidade: NEOPOLIS UF: SE

Proximidades: Telefone: 79 9 9808-7896

HISTÓRICO

Relata a noticiante que estava pilotando a moto SHINERAY XY 50 Q, ano 2014, placas QKU5487, cor vermelha, nas imediações do povoado Betume, próximo ao trevo, quando perdeu o equilíbrio e caiu na pista. QUE do acidente sofreu fraturas no pé esquerdo e até o dia de hoje faz fisioterapia e anda de muletas.

Data e hora da comunicação: 16/05/2017 às 11:06

Última Alteração: 16/05/2017 às 11:06.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Ana Meire Silvano dos Santos
ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS
Responsável pela comunicação

Aline Viviane Chagas de Lima
Aline Viviane Chagas de Lima
Responsável pelo preenchimento

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

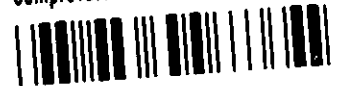
Eu, Ana Mire Soares Silvino, portador da carteira de identidade nº 1.037.847 SE e inscrito no CPF/MF sob o nº 047.205.285-38, residente e domiciliado na Rua São Francisco, N.º 107 Povoado Betume Cidade Joazeópolis Estado Sergipe, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Comprovação de ato declaratório



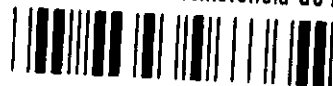
Ana Mire Soares Silvino

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Joazeópolis 25 de Abril 2019

Local e data

Declaracao de Inexistencia de IML



O PEDIDO DO SEGURO DPVAT
ENCONTRA-SE DIGITALIZADO NA
PASTA/ABA AUTORIZAÇÃO DE
PAGAMENTO.



MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIA

No. DO BE: 430863
CNS:

DATA: 18/08/2016 HORA: 18:49 USUARIO: FRVSANTOS
SETOR: 01-CLASSIFICACAO DE RISCO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE
 NOME: ^{Ana} ~~ANA~~ MEIRE TAVARES SILVINO DOC...: 1017847
 IDADE: 50 ANOS NASC: 26/04/1966 SEXO...: FEMININO
 ENDEREÇO: POV BETUMA NUMERO:
 COMPLEMENTO: BAIRO:
 MUNICIPIO: NEOPOLIS UF: SE CEP...: 49980-000
 PAI/MAE: ANTONIO SILVINO FILHO /FRANCISCA DAS DORES TAVARES
 RESPONSÁVEL: O PROPRIO TEL...:
 PROCEDENCIA: NEOPOLIS-SE
 ATENDIMENTO: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE...: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIOS X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

*Academ no jo e/ peso corp- corpo qae,
 dor no jo. Pe e/ profusa.*

EVOLUÇÃO DA ENFERMAGEM:

paciente de 50 anos, unificada.

DIAGNOSTICO: *lesão corp- corpo jo @ / peso CID V08.01*

PRESCRIÇÃO

HORÁRIO DA MEDICAÇÃO

- ① *paciente em repouso*
- ② *Exames de jo - 02 arx + 10 @ 20:30*
- ③ *Exames de jo em repouso (JMA) 20:30*
- ④ *ATO + AINS de / - A CASA.*

DATA DA SAÍDA: / /

ALTA: [] DECISÃO MÉDICA [] A PEDIDO DO DR. [] DESISTÊNCIA
 [] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
 MANUTENÇÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

*Dr. Adilson Nogueira Z. Ribeiro
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM 21.543
 Rua 2 de Abril de Maio
 Aracaju - AL*

HORA DA SAÍDA: :
 [] DESISTÊNCIA

PREVÊNCIA (UNIDADE DE SAÚDE):

[] ATÉ 48HS [] APÓS 48HS [] FAMÍLIA [] IML [] ANAT. PATOL

Walter Soares da Costa
 ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

BANCO DO BRASIL S.A.

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: Doc - Transferencia para conta em outro banco

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001

AGÊNCIA: 1234

CONTA: 12345

DATA DA TRANSFERENCIA:

10/03/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

319034596301

VALOR TOTAL:

675,00

TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04478

CONTA: 000000018620

Número da Autenticação

6D0F09619B0610E1

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Comprovante de residência

Eu, Ana Meire Savares SilvinoRG nº 1.017.847, data de expedição 13/01/2016, Órgão SSP/SE,

CPF nº 047.205.285-38, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua São Francisco, Povoado Betum</u>
Número	<u>107</u>
Apto / Complemento	<u>casa</u>
Bairro	<u>centro</u>
Cidade	<u>Neópolis</u>
Estado	<u>Sergipe</u>
CEP	<u>49.980-000</u>
Telefone de Contato	
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Neópolis, 25 Abril de 2019

Assinatura do Declarante: Ana Meire Savares Silvino

JOSE CORREIA SANTOS
RUA SAO FRANCISCO, 03167 - AREA RURAL
NEOPOLIS/SE CEP 40980000 (AC 173)

Classificação RESIDENCIAL / RESIDENCIAL M. B. BÁSICO
Roteiro 17 - 570 - 780 - 7895 Referência 14 / 2017
Número de Medidor ES003759765 Emissão 28/03/2017

ENERGISA
ENERGISA GERIPE - DISTRIB. ENERGISA SA
Rua Manoel Antonio Sales, 81 - Joo de Barbas
Aracaju/SE - CEP 49040-100
CNPJ 13.017.482/0001-63 Insc. Est. 270.767.436
Nota Fiscal/Códa de Energia Elétrica NPO00 702.737
Código para Débito Automático: 80001841711

Atendimento ao Cliente ENERGISA **08000 79 0196** Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 9/156171-1**

Mar / 2017

Apresentação

28/03/2017

Data prevista da próxima leitura

27/04/2017

CPF / CNPJ / RATH

5198737520
Insc. Est.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 28/03/17	Data 28/03/17	1	183	33
Leitura 15213	Leitura 15488			

Faturas em atraso

Canal de contato

- Aclonamento de Ebsiteia e Amarelis -
A bandeira tarifa aplicada no mês de Março/17 será a amarela, com custo de R\$ 1,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. A medida deve às condições hidrológicas menos favoráveis, o que gera o acionamento de usinas termelétricas, com custo de geração maior que o da

CPF / CNPJ / RATH

5198737520
Insc. Est.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 28/03/17	Data 28/03/17	1	183	33
Leitura 15213	Leitura 15488			

Faturas em atraso

Canal de contato

- Aclonamento de Ebsiteia e Amarelis -
A bandeira tarifa aplicada no mês de Março/17 será a amarela, com custo de R\$ 1,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. A medida deve às condições hidrológicas menos favoráveis, o que gera o acionamento de usinas termelétricas, com custo de geração maior que o da

Histórico de Consumo (kWh)

Fev/17	175
Jan/17	183
Dez/16	179
Nov/16	220
Out/16	184
Set/16	135
Ago/16	183
Jul/16	121
Jun/16	207
Ma/16	148
Abr/16	161
Mar/16	180

Média dos últimos meses
178

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	183	0,43233	83,43
Adc. B. Amarelis			2,16
ICMS			32,27
PI3			1,82
COFINS			8,42
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
JUROS DE MORA 01/2017			0,78
JUROS DE MORA 02/2017			0,04
MULTA 01/2017			2,22
MULTA 02/2017			2,18

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	25,00	32,27
PI3	1,4171	1,82
COFINS	6,5271	8,42

VENIMENTO TOTAL A PAGAR

04/04/2017 R\$ 134,32

d02f.74d9.fcd5.c57.a.c451.4b5e.9a01.e3e7

Indicadores de Qualidade 1/2017 CARRA END

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
BIMESTRAL	0,00	NORMAL	Horas de Degradação	3,00	24,42
TRIMESTRAL	0,00	CONTRATUAL	Limite de Erro	3,16	28,18
SEMESTRAL	0,00	CONTRATUAL	Serviço de Instalação	1,51	1,12
ANUAL	0,00	CONTRATUAL	Encargos Especiais	12,00	9,74
BIANUAL	0,00	CONTRATUAL	Impostos, Taxas e Encargos	47,74	35,54
TRIANUAL	0,00	CONTRATUAL	Outros Serviços	0,00	0,00
QUATRIANUAL	0,00	CONTRATUAL	Total	134,32	100,00
QUINQUENAL	0,00	CONTRATUAL			
SEXTENAL	0,00	CONTRATUAL			
HEPTANAL	0,00	CONTRATUAL			
OCTONAL	0,00	CONTRATUAL			
NONAL	0,00	CONTRATUAL			
DECENAL	0,00	CONTRATUAL			

Valor do ELSO (Ref. 1/2017) R\$ 41,34

ATENÇÃO

VENIMENTO TOTAL A PAGAR

04/04/2017 R\$ 134,32

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Comprovante de residência



Eu, José Correia Santos,
RG 454521 SSP/BA, CPF 051.362.375-20, declaro,
sob as penas da lei civil e penal, que

Ana Maria Tavares Silveira, RG 10178473
SSP/SE, CPF 047.205.285-38 reside em imóvel de minha propriedade
situado a

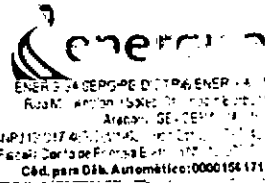
à Rua São Francisco, Nº 107, Povoado Setúbal,
Município de Leopoldina - SE, CEP 49980-000.

DATA: 26/06/19

José Correia Santos

JOSE CORREIA SANTOS
RUA SAO FRANCISCO 00107 - AREA RURAL
NEOPOLIS/SE CEP 49223000 (AG 570)

Ligação MONOFÁSICO
C/SUB: RES MTC B1 - RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Razão: 17-570-780-2835 Referência: Mo/2019
Modelo: E50037597E5 Emissão: 27/05/2019



Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Mai / 2019	27/05/2019	27/06/2019	051.362.375-20 Insc. Est.

Ud (Unidade Consumidora): 3/156171-1

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
26/04/19	18992	27/05/19	20705	213
				31

Demonstrativo		Quilowate	Tarifa	Valor Base	Uso	Alta	ICMS (R\$)	Base Calc	PIS (R\$)	Cofins (R\$)
CCI	Descrição	Total (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS	Par	Cofins (R\$)	(1,0773%)	(4,9546%)		
0801	Consumo em kWh	213,000	0,782930	183,83	183,83	25	40,88	183,93	1,78	8,14
0801	Adc B Amerela	2,89	2,89	25	0,67	2,69	0,02	0,13		
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0804	JUROS DE MOPA 04/2019	0,11	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 04/2019	3,20	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VEIC: 09300316 12/JUL/19 0946 0026 5003860 RCE 170,03

CCI Código de Classificação do Item	TOTAL	170,03	188,82	41,85	156,97	1,79	9,27
Taxa de Tributos	0,530720						

Medida de Energia (kWh)	180	VENCIMENTO	03/06/2019	TOTAL A PAGAR	R\$ 170,03
-------------------------	-----	------------	------------	---------------	------------

Histórico de Consumo (kWh)

170	153	155	143	141	171	182	178	183	228	229	229
Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19

0501.5975.9580.8d76.40ec.b451.f72f.c91e.

Indicadores de Qualidade 3/2019 - CARRAPICHO

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,18	0,30	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	22,32		127
DIC ANUAL	44,65	1,00	CONTRATADA
FIC MENSAL	7,27		LIMITE INFERIOR
FIC TRIMESTRAL	15,54		117
FIC ANUAL	30,98		LIMITE SUPERIOR
DIC	0,08	0,30	133
DICFI	16,80		

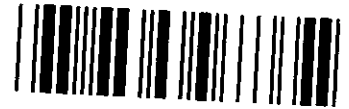
Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. de Energia/SE	42,17	24,80
Compra de Energia	82,20	35,41
Serviço de Transmissão	4,10	2,41
Encargos Setoriais	8,47	4,98
Impostos Diretos e Encargos	55,12	32,42
Outros Serviços	0,03	0,00
Total	170,03	100,00

Valor do EUSD (R\$) 3/2019) R\$ 64,42

ATENÇÃO

Resolução ANEEL nº 1000/2016 - Resolução ANEEL nº 631/2016 - Resolução ANEEL nº 253/2016 - Resolução ANEEL nº 2581/2016 - Resolução ANEEL nº 2581/2016 - Resolução ANEEL nº 2581/2016 - Resolução ANEEL nº 2581/2016

Pagamentos em atraso



Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradoralider.com.br ou entre em contato através

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sext.

Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

Eu, JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA

RG nº 3.119.047-2, data de expedição 16/10/2017

Órgão SSP/SE, portador do CPF nº 845.848.665-20

com domicílio na cidade de NEOPOLIS, no Estado de

SERGIPE, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

RUA SÃO FRANCISCO, nº 107

complemento CASA, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima

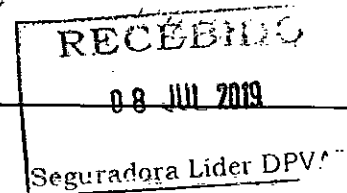
ANA MEIRE TAVARES SILVINO, cujo o condutor era

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Veículo: SHINERAY Modelo: XY 50 a Ano: 2014

Placa: AKU5487 Chassi: LXYXCBL05FD224353

Data do Acidente: 18/08/2016



Local e Data: Neópolis 26 de Junho de 2019.

Josimara Silvano Santos Silveira
Assinatura do Declarante

Ana Meire Tavares Silvano
Assinatura do Condutor
(caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

knustphomaveros.adm@gn.etl.com

NEÓPOLIS - SE
 Tabelionato de Notas, Registro de Pessoas Naturais, Jurídicas e Títulos e Documentos
SLIDER
 Larissa Ellen da Conceição Santos
 Escrevente Autorizada
 Maria de Lourdes de França Oliveira
 Oficial / Tabelião Interina

DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradoralider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)
 Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

Declaração do proprietário do veículo



Eu, JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS
 RG nº 3.119.047-2, data de expedição 16/10/2017
 Órgão SSP/SE, portador do CPF nº 845.848.665-20
 com domicílio na cidade de AV. BARÃO DO RIO BRANCO; NEÓPOLIS, no Estado de SERGIPE, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) AV. BARÃO DO RIO BRANCO, nº 0119
 complemento CASA, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima ANA MEIRE TAVARES SILVINO, cujo o condutor era ANA MEIRE TAVARES SILVINO
 Veículo: CICLOMOTO Modelo: SHINERAY XY 50 Q Ano: 2014
 Placa: 2619 Chassi: LXYXCBL05F0224353
 Data do Acidente: 18/08/2016

Local e Data: 2º OFÍCIO

Josimara Silvino dos Santos
 Assinatura do Declarante

Ana Meire Tavares Silvino
 Assinatura do Condutor

(caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
 Tabelionato de Notas, Reconhecimento de firmas
 Reconheço por () Autenticidade (X) Semelhança a Fôrmas
 de Josimara Silvino dos Santos
 Dou fé Neópolis, 06/08/2019
Larissa Ellen da Conceição Santos
 Maria de Lourdes de França Oliveira
 Oficial / Tabelião Interina

Selo Digital de Fiscalização
 Tribunal de Justiça de Sergipe
 2º Ofício da Comarca de Neópolis
 06/08/2019 11:55
<https://www.tjse.jus.br/x/C6Z4AY>

201929591002512

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
 NEÓPOLIS - SE
 Tabelionato de Notas, Registro de Pessoas Naturais, Jurídicas e Títulos e Documentos
 Larissa Ellen da Conceição Santos
 Escrevente Autorizada
 Maria de Lourdes de França Oliveira
 Oficial / Tabelião Interina

Sutura

Nome do Paciente: Ana Meire Tavares Sillimo RG: 1.017.847
 Data Nasc.: 26/04/1966 Data: 18/08/16 Hora: 15:49
 Endereço: Av. Beirão Neópolis Documentação médico-hospitalar
 Especificação: 70



CLASSIFICAÇÃO DE RISCO / ATENDIMENTO DO ENFERMEIRO

DEMANDA ESPONTÂNEA ENCAMINHAMENTO SAMU

1. Queixa principal e Anamnese:
 paciente com lesão dilacerante no dorso do pé esquerdo com lesão muscular.

2. Cronologia/Duração da Queixa: Agudo Crônico
 3. História Progressiva: DM Cardiopatias HAS Alergias
 Outros: _____ Peso: _____

4. Dados Vitais
 P.A.: _____ x _____ FC _____ Tax _____ FR _____ Glicemia _____ SPO2 _____

5. Risco: AZUL VERDE AMARELO VERMELHO
 Enfermeiro (Ass. e Carimbo): _____ Hora da Class.: _____

PRESCRIÇÃO / EVOLUÇÃO MÉDICA

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Hora atend. Méd.: _____
 1) curativo compressivo
 2) encaminhado ao curativo
 3) RX do pé esquerdo
 4) profunda - 16/48
 5) liberar o RX

curativo medicado com
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Atestado de Liberação do Serviço
 CRF-MAL 3632
 C.R.E. RESC 4731

CONFERE COM O ORIGINAL

UPA NEÓPOLIS - FHS
 CNPJ: 10.430.979/0007-9
 Rua: José Odín Ribeiro, nº 7
 Centro - Neópolis/SE

6. Hipótese Diagnóstica: Ferimento do pé

7. Avaliação de risco pelo médico: AZUL VERDE AMARELO VERMELHO



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SAÚDE

**HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIÁ
SÃO VICENTE DE PAULO**

RECEITUÁRIO

Para quem temer St.

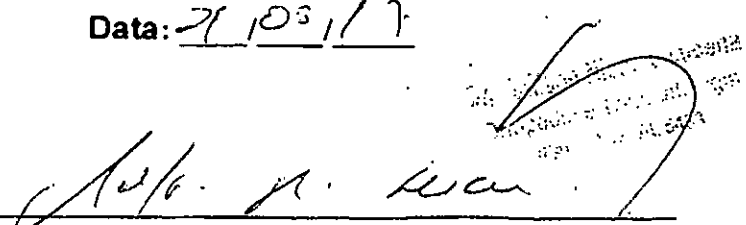
ADOSTADO

Para o exame de urina de 1 re-
ligua. das seguintes substâncias.

Necessita de exame de urina
de 1 amostra individual.

596.1 + 591.0.

Data: 27/10/17



Medico (Assinatura e Carimbo)



HOSPITAL REGIONAL DE SÃO VICENTE DE PAULO

RECEITUÁRIO

Após exames físicos

7

① Cloroform 500mg — /
7 dias 2x 12/12h /
10/12h /

② Amoxicilina 1000mg — /
7 dias 2x 12/12h /

Data: 18/04/00

Dr. Adilson Nicácio
Ortopedia e Traumatologia
CRM / AL - 5433
Rua Al. 220, Km 2 - São Amador de Melo
Aparecida - AL

Médico (Assinatura e Carimbo)



HOSPITAL REGIONAL DO OPIRAX
SÃO VICENTE DE PAULO

RECEITUÁRIO

Dr. Ademerson 7,

7

① Clonazepam 500mg —
7 dias 2x1 a/c 1
pi 7x1

② Nimesulida 100mg —
7 dias 1x1 a/c 1

Data: 18/07/15

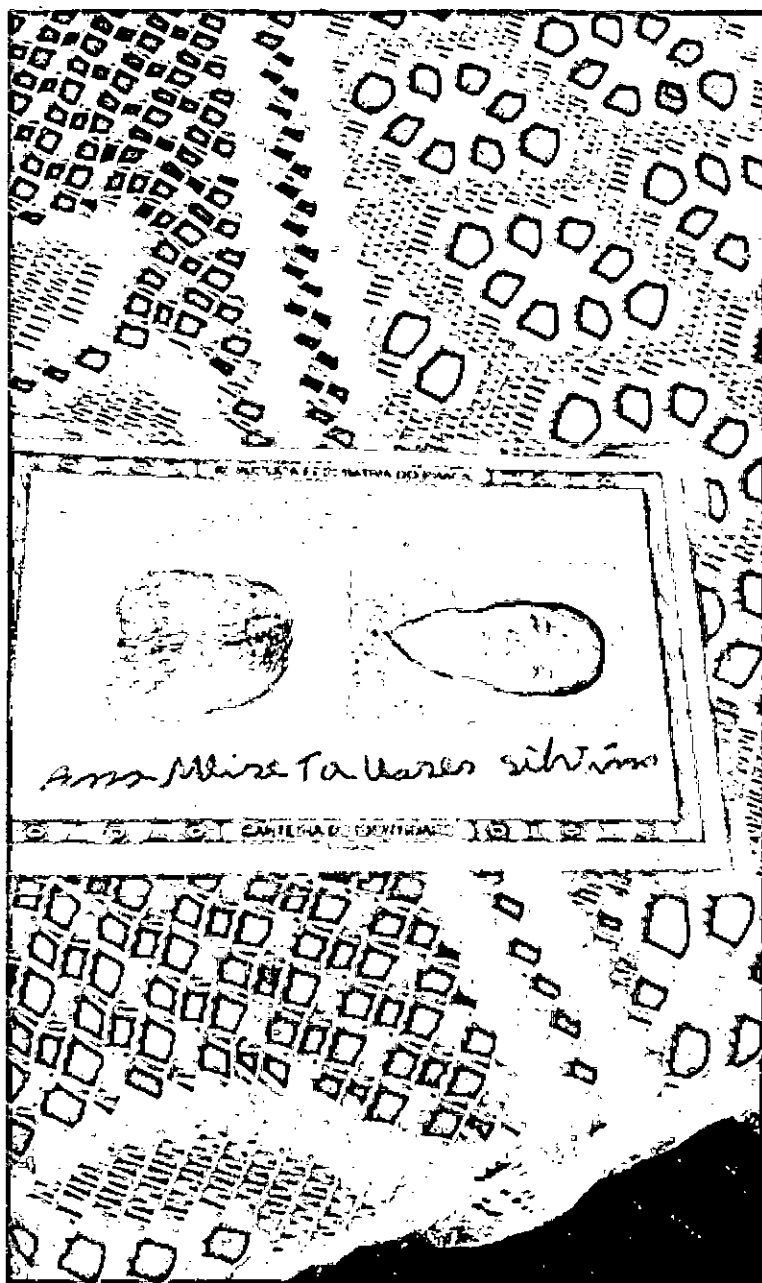
Dr. Adilson Nishida
Ortopedia e Traumatologia
CRM/AL - 5423
Rua Manoel de Melo
120, Km 2, São Vicente de Melo
Natividade - AL

Médico (Assinatura e Carimbo)



Documentos de Identificacao







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN

DETRAN - SE Nº 012356193237
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 2 Cód. RENAVAM 01079374547 R.N.T.R.C. 00000000000 EXERCÍCIO 2016

NOME: JOSIMARA SILVINO S. SILVEIRA

CPF / CNPJ: 845.848.665-20 PLACA: QKU5487

PLACA ANT./UF: 0002619/SE CHASSI: LXYXCBL05F0224353

ESPECIE TIPO: PAS/CICLOMOTO COMBUSTÍVEL: GASOLINA

MARCA / MODELO: I/SHINERAY XY 50 Q ANO FAB. 2014 ANO MOD. 2015

CAP / POT / CIL: 2P0CV/49CC CATEGORIA: PARTIC COR PREDOMINANTE: VERMELHA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. / COTAS

FAIXA I RVA. PARCELAMENTO / COTAS

PRÊMIO TARIFÁRIO (RS) IOF (RS) PRÊMIO TOTAL (RS) DATA DE PAGAMENTO
SEGURO PAGO REF. AO EXERCÍCIO 2016

OBSERVAÇÕES: SEM RESTRIÇÕES

ARACAJU-SE DATA: 26/02/2016

EDUARDO SIMÃO DA MATA PEREIRA
DIRETOR-PRESIDENTE

CONTRAN

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO SEGURO DPVAT

SE Nº 012356193237 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2016 DATA EMISSÃO 26/02/2016

VIA ** CPF / CNPJ 845.848.665-20 PLACA QKU5487

RENAVAM 01079374547 MARCA / MODELO I/SHINERAY XY 50 Q

ANO FAB. 2014 ANO MOD. 2015

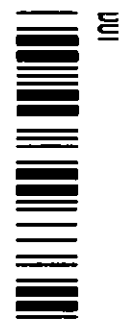
CAL. TARIF. 8 Nº CHASSI LXYXCBL05F0224353

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (RS) 58,50	DENATRAN (RS) 6,50	CUSTO DO SEGURO (RS) 65,00
CUSTO DO BILHETE (RS) 4,15	IOF (RS) 0,51	TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (RS) 134,66

PAGAMENTO: COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 26/02/2016

SEGURODORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04
www.seguradoralider.com.br



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0177600/19

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

CPF: 047.205.285-38

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 18/08/2016

CPF de: Próprio

Titular do CPF: ANA MEIRE TAVARES
SILVINO

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Certidão de casamento
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

ANA MEIRE TAVARES SILVINO : 047.205.285-38

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

Outros



ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 27/05/2019
Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF: 047.205.285-38

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 27/05/2019
Nome: JULIANA MARQUES RODRIGUES
CPF: 149.018.967-09

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

JULIANA MARQUES RODRIGUES

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0177600/19

Número do Sinistro: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

CPF: 047.205.285-38

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 18/08/2016

CPF de: Próprio

Titular do CPF: ANA MEIRE TAVARES
SILVINO

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Certidão de casamento
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Outros

Outros



ANA MEIRE TAVARES SILVINO : 047.205.285-38

Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 15/07/2019
Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF: 047.205.285-38

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 15/07/2019
Nome: TANIA CRISTINA DE FARIA PINTO
CPF: 760.547.217-04

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

TANIA CRISTINA DE FARIA PINTO

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0177600/19

Número do Sinistro: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

CPF: 047.205.285-38

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 18/08/2016

CPF de: Próprio

Titular do CPF: ANA MEIRE TAVARES
SILVINO

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Declaração do Proprietário do Veículo

Outros

ANA MEIRE TAVARES SILVINO : 047.205.285-38

Autorização de pagamento

Outros



ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 15/01/2020
Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF: 047.205.285-38

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 15/01/2020
Nome: Karine Gomes de Lima
CPF: 074.990.807-65

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Karine Gomes de Lima

Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 24 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Declaração do Proprietário do Veículo, incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

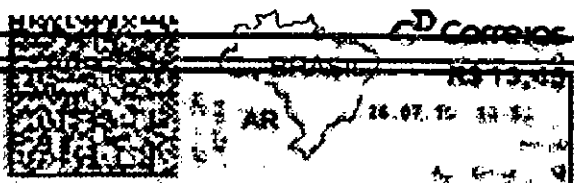
Estamos aqui para Você

Priscila Nerames 27@hotmail.com



Seguradora
LÍDER

Administradora do Seguro DPVAT



ANA MEIRE TAVARES SILVINO
R S FRANCISCO, 107
PV BETUNE
CEP 49980-000 - NEOPOLIS - SE



BI829867244BR

Saiba + www.seguradoralider.com.br

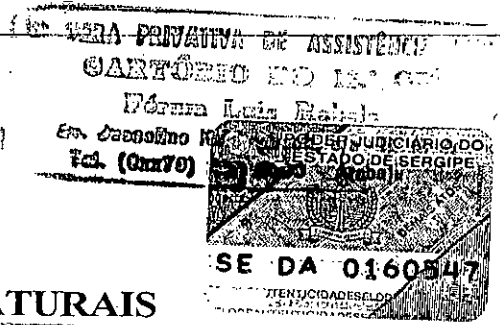
Solicitar a indenização do Seguro DPVAT é simples: basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após constatar a sua regularidade, os encaminhará à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA.

Antes de tudo, lembre-se: para dar entrada no pedido de indenização ou acompanhar o andamento do processo, não é preciso envolver intermediários. Se você é o principal interessado na indenização, cuide dela você mesmo.

DPVAT-Como Requerer

Administradora do Seguro DPVAT
LÍDER
Seguradora





REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE CASAMENTO

EDENILSON SANTOS SILVEIRA
JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS

MATRÍCULA: 1100640155 2003 2 00029 196 0007604 59

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

EDENILSON SANTOS SILVEIRA, nascido a 30/12/1977, na cidade de Aracaju/Sergipe, nacionalidade brasileira, filho de: José Silveira e Maria Eluzia Santos Silveira.
JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS, nascida a 08/04/1984, na cidade de Penedo/AL, nacionalidade brasileira, filha de: Miraldo Silva dos Santos e Ana Meire Silvino dos Santos.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

DIA MÊS ANO

Quatorze de maio de dois mil três	14	05	2003
-----------------------------------	----	----	------

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE PASSA A USAR APÓS O CASAMENTO

JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

Averba-se o Divórcio de ordem da MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju/SE, Drª Jocelaine Costa Ramires de Oliveira, Proc. Nº 201130100311, sentença datada de 20/04/2011, dispensado o prazo recursal. A mulher voltará a usar o nome de solteira: **JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS**
Livro B-29, fls. 196, Nº 7.604.

Nome do Ofício: 12º OFÍCIO – REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Oficiala Substituta: Terezinha Gonçalves

Município: ARACAJU/SE - Endereço: Av. Juscelino Kubitscheck, s/n,

Bairro 18 do Forte - C.E.P.: 49.070.460 - Tel: (79) 32345431

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Aracaju/SE, 29 de abril de 2011.

Terezinha Gonçalves
Terezinha Gonçalves
Registradora Civil

EDILANE FERRERA CRUZ
AV BARAO DO RIO BRANCO, 0119 - CENTRO
NEOPOLIS / SE - CEP 49950000 (A.C. 570)

Ligação MONOFÁSICA
Cis/Sbc. RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Roteiro: 16 - 570 - 160 - 2360 Referência: JM / 2019
Medidor N5033702492 Emissão: 25/07/2019

ENERGISA SERGIPE DISTRIB. ENERGIA SA
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Insc. o 230623
Aracaju SE - CEP 45045-152
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc. Est. 270.757.426
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 015.500.484
Cód. para Déb. Automático: 000020201917

Atendimento ao Cliente ENERGISA **08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a: **Apresentação** Data prevista da próxima leitura **CPF / CNPJ / RANI**
Jul / 2019 25/07/2019 26/08/2019 674.648.555-15
Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **3/202679-7**

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
28/06/19	1389	25/07/19	1492		103	29

Demonstrativo							
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Alq. ICMS (R\$)	Base Calc. Pz (R\$)	Cóti (R\$)
		Tributos Totais (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS	Per/Cóti (R\$)	(1,0245%)	(4,9955%)
0901	Consumo em kWh	103,000	0,775040	79,31	75,31	25	19,83
0901	Adic. B. Amarela			1,93	1,93	25	0,49
							0,93
							0,02

CCI Código de Classificação do Item TOTAL: 01,24 01,24 20,31 91,24 0,89 4,05
Tarifa Tributos: 0,530720

Média últimos meses (kWh) **VENCIMENTO** **TOTAL A PAGAR**
70 **01/08/2019** **R\$ 81,24**

Histórico de Consumo (kWh)

0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 25 | 101 | 109 | 102 | 107 | 106 | 127
Jul/18 Ago/18 Set/18 Out/18 Nov/18 Dez/18 Jan/19 Fev/19 Mar/19 Abr/19 Mai/19 Jun/19

55a3.bae7.6a55.b41e.e9ff.34ba.512f.5d24.

Indicadores de Qualidade 6/2018 - CARRAPICHO

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,79	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	11,58		
DIC ANUAL	23,16		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231
FIC MENSAL	3,38	0,00	
FIC TRIMESTRAL	6,72		
FIC ANUAL	13,45	0,00	
DMIC	3,37		
DMCR	12,27		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia - VSE	20,37	25,07
Compra de Energia	29,33	36,41
Serviço de Transmissão	1,98	2,44
Encargos Setoriais	4,07	5,01
Impostos Diretos e Encargos	25,24	31,07
Outros Serviços	0,20	0,25
Total	81,24	100,00

Valor do EUSD (Ref: 6/2018) R\$ 31,05

ATENÇÃO

REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) ao lado relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 02/08/2019. Conforme Resolução 412 da ANEEL, o pagamento após essa data não elimina a possibilidade de dívida suspensa do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado às suas contas após não estejamos na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita à inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. Atenção: A responsabilidade pela luminária pública é da prefeitura do município. - Leitura confirmada

Faturas em atraso

Jun/19 103,00

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 03087.893008 02035.655170 1 79680000008124


PAGADOR: EDILANE FERRERA CRUZ - CPF/CNPJ: 674.548.555-15
AV BARAO DO RIO BRANCO, 0119 - CENTRO - NEOPOLIS / SE CEP. 49950000

Nosso Nr	Nº Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
30878930002035655	000202679201907	01/08/2019	R\$ 81,24	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA SERGIPE DISTRIB. ENERGIA SA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENEZES"



Josimara Silvino dos Santos
ASSINATURA CATÓLICA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.119.047-2 2.VIA. DATA DE EXPEDIÇÃO 16/10/2017

NOME JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS

FILIAÇÃO ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS
MIRALDO SILVA DOS SANTOS

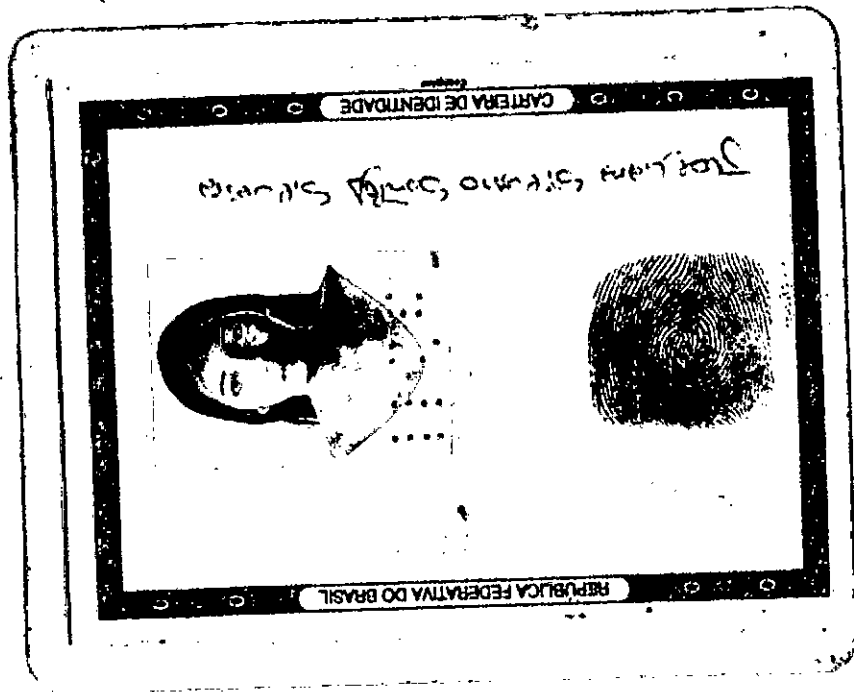
NATURALIDADE FENEDÓ-AL DATA DE NASCIMENTO 08/04/1984

DOC ORIGEM CDS - DIVORCIADA

CT. CASAMENTO NR 7604 LV 109 FL 196
CART. 12. OF. DIST. COM. ARCANILVA
845.848.665-20

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.119.047-2 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 15/12/2015

NOME JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA

FILIAÇÃO MIRALDO SILVA DOS SANTOS
ANA NETRE SILVINO DOS SANTOS

NATURALIDADE FENEDO-AL DATA DE NASCIMENTO 08/04/1984

DOC ORIGEM CT. CASAM. NR 7602 LV B29 FL 196
CPF CART. 12. OF. DIST. COM. ARAÇUAÍ/SE
845.848.665-20

SIGNATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83



**ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO**

**1ª Vara Privativa de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju
Av. Visconde de Maracaju, s/nº, 18 do Forte**

Ação : DIVÓRCIO LITIGIOSO

Processo: 201130100311

Requerente: **EDENILSON SANTOS SILVEIRA**

Requerido: **JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA**

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte (20) dias do mês de abril do ano de dois mil e onze (2011), às 09 h 00 min, na Sala de Audiências, presente a Juíza de Direito Substituta, Drª. **JOCELAINÉ COSTA RAMIRES DE OLIVEIRA**, foi declarada aberta a Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento; apregoadas as partes e seus respectivos Advogados, ao pregão responderam: o autor, acompanhado pela Defensora Pública, Bela. **MARIA VILMA SIQUEIRA MENEZES**, presente o requerido, acompanhado por sua Advogada, Bela. **JORDANA AMARAL DA COSTA OLIVEIRA**, OAB/SE nº 5984, presente a Representante do Ministério Público, Drª. **CARMEM LÚCIA BUARQUE DE GUSMÃO**. Aberta a audiência foi proposta a conciliação, sendo rejeitada. No entanto, as partes acordaram em transformar o pedido em Consensual, observadas as seguintes cláusulas: 1ª – Não há bens a serem partilhados; 2ª – Da união adveio o nascimento de 01 (um) filho, BRUNNO RAFAEL SILVINO SILVEIRA, nascido em 10/07/2003, certidão de fls. 04, que ficará sob a guarda da genitora, podendo o genitor exercer o direito de visitas aos finais de semanas, durante suas folgas e metade das férias escolares; 3ª – O divorciando pagará pensão alimentícia no equivalente a 20% (vinte por cento) dos seus rendimentos percebidos a qualquer título, abatidos os descontos obrigatórios, incidindo sobre a pensão férias, 13º salário e verbas rescisórias, além do salário família, que deverá ser depositada em conta bancária já do conhecimento da fonte pagadora, em nome da genitora do menor, Sra. **JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA**; 4ª – Para o caso do divorciando passar a não ter vínculo empregatício a pensão será o equivalente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente que deverá ser depositado até o último dia de cada mês; 5ª – O divorciando compromete-se também a pagar metade do valor com as despesas de material escolar e fardamento para seu filho; 6ª - As partes renunciam mutuamente a alimentos por terem condições de manterem-se; 7ª - A divorcianda voltará a usar o nome de solteira, **JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS**. Pedem homologação. Em seguida a MM. Juíza, depois de verificar que foram satisfeitas as formalidades e cumpridas os requisitos legais, observando a **Emenda Constitucional nº 66, atualmente em vigor, esclareceu-lhes as conseqüências de manifestação de vontade. Convencida, afinal, que ambos livremente e sem hesitações desejam o divórcio.** Seguiram-se os debates orais, com a palavra da Assistente da parte autora, da ré presente e finalmente da Promotora de Justiça, todos considerando que foram cumpridas as exigências legais e obedecidos os tramites processuais, requer por conseguinte a decretação do Divórcio Judicial. Foi pedido a dispensa do prazo recursal pelas partes. Após, se pronunciou o Ministério Público nos seguintes termos: Postulam os ora requerentes o Divórcio Litigioso, porém resolveram transformar em Divórcio Consensual, alegando, em síntese, terem contraído matrimônio em 14/05/2003, sob regime da **Comunhão Parcial de Bens**, certidão de fls. 05. Que dessa união adveio o nascimento de 01 (um) filho, **BRUNNO RAFAEL SILVINO SILVEIRA**, nascido em 10/07/2003, certidão de fls. 04. Que os cônjuges não possuem bens a partilhar. As cláusulas do acordo atendem às exigências legais, tendo sido observadas as questões atinentes à guarda, direito de visitas e pensão alimentícia para o filho menor, não

há bens a partilhar e a definição do nome da divorcianda. Aos autos foram acostados os documentos essenciais à propositura da ação. Durante a instrução processual foram dispensados os depoimentos das partes, tendo sido dispensado o depoimento testemunhal, por força da Emenda Constitucional nº 66. Assim sendo, analisando o caso sub judice verificamos que foram atendidas todas as exigências legais, de acordo com a Emenda Constitucional nº 66 deu nova redação ao art. 226 parágrafo sexto da CF. Ante o exposto, opinamos pela homologação do acordo e decretação do Divórcio do Casal". Em seguida, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: Vistos etc... EDENILSON SANTOS SILVEIRA, qualificado na inicial, fls. 02/03, promove Divórcio Litigioso em face de JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA porém resolveram transformar em Consensual, alegando, em síntese, terem contraído matrimônio em 14 de maio de 2003 sob regime da Comunhão Parcial de Bens, certidão de fls. 05. Que dessa união adveio o nascimento de 01 (um) filho, BRUNNO RAFAEL SILVINO SILVEIRA, nascido em 10/07/2003, certidão de fls. 04. Que os cônjuges não possuem bens a partilhar. Atendidas as exigências legais, tendo sido definidas as questões relativas a guarda, direito de visitas e pensão alimentícia do filho, não há bens a partilhar e a definição do nome da divorcianda. Na instrução, houve a dispensa da oitiva de testemunhas, tendo em vista que se destinariam apenas a comprovar o lapso temporal de separação do casal, o que não mais é exigido por conta da recente alteração do art. 226, § 6º da Constituição Federal, as partes desejam a extinção do vínculo matrimonial que ainda as une. O Ministério Público, após verificar que ficaram resguardados os interesses das partes, lançou parecer favorável a homologação. No essencial relatei. Decido. A prova documental confirma as alegações da inicial, arrimado na Emenda Constitucional nº 66, que deu nova redação ao art. 226, § 6º da Constituição Federal, homologo o acordo firmado pelos divorciandos e que consta do termo de Audiência nesta data realizada, decreto o Divórcio. Determino, face a dispensa do prazo recursal, que este termo de audiência, contendo a sentença, sirva como mandado de averbação, junto ao Cartório do Registro Civil do 12º Ofício desta Comarca de Aracaju/SE, fazendo as devidas anotações no Livro B-29, fls. 196, sob o nº de ordem 7604, constando o nome de solteira da divorcianda, JOSIMARA SILVINO DOS SANTOS, observando-se tratar-se de JUSTIÇA GRATUITA. Oficie-se a fonte pagadora, Empresa SACEL SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, situada à Av. Marginal, nº 815, bairro Rosa Elze, São Cristóvão/SE, para que proceda ao desconto no percentual de 20% (vinte por cento) dos rendimentos do requerido, percebidos a qualquer título, abatidos os descontos obrigatórios, incidindo sobre a pensão férias, 13º salário e verbas rescisórias, além do salário família, a título de alimentos definitivos, conforme transação feita pelas partes, depositando em conta bancária já do conhecimento da fonte pagadora, em nome da genitora do menor, sra. JOSIMARA SILVINO SANTOS SILVEIRA. Publicada em audiência a presente sentença. Dou os presentes por intimados. Nada mais.


JOCELAINE COSTA RAMIRES DE OLIVEIRA
Juíza de Direito Substituta

Cópia

CARMEMLÚCIA BUARQUE DE GUSMÃO
Promotora de Justiça


Requerente: _____

Defensora Pública: _____

Requerida: _____

Advogada: _____

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0177600/19

Número do Sinistro: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

CPF: 047.205.285-38

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 18/08/2016

CPF de: Próprio

Titular do CPF: ANA MEIRE TAVARES
SILVINO

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Declaração de Inexistência de IML

Documentos de identificação

Outros

ANA MEIRE TAVARES SILVINO : 047.205.285-38

Autorização de pagamento

Outros



ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 17/02/2020
Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF: 047.205.285-38

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 17/02/2020
Nome: Alexandre Tavares Belfort
CPF: 024.208.707-86

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Alexandre Tavares Belfort

Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do Acidente: 18/08/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANA MEIRE TAVARES SILVINO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento	Apresentar o formulário Pedido do Seguro DPVAT, disponível em nosso site, com preenchimento completo/correto de todos os campos dos Dados Cadastrais, sem abreviações e/ou rasuras, confirmando as informações bancárias de titularidade da própria vítima/beneficiário, pois o banco recusou a realização do depósito da indenização/reembolso na conta bancária inicialmente informada.
---------------------------------	---

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190345963

Cidade: Neópolis

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do acidente: 18/08/2016

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FERIMENTO CORTO CONTUSO EM REGIAO DORSAL DO PE ESQUERDO E ANTERIOR DO TORNOZELO ESQUERDO, COM LESÃO PARCIAL DO TENDÃO EXTENSOR DO HALUX ESQUERDO

Descrição do exame físico: DOR E DIMINUIÇÃO DA FORÇA DE EXTENSÃO DO HALUX ESQUERDO

Resultados terapêuticos: FOI REALIZADO SUTURA DE TENDÃO E PELE EM DORSO DO PE ESQUERDO ,EVOLUIU SEM INTERCORRENCIAS-ALTA MÉDICA

Sequelas permanentes: Limitação funcional do 1º pododáctilo esquerdo

Sequelas: Com sequela

Data do exame físico: 04/03/2020

Conduta mantida:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau médio - 50 %	5%	R\$ 675,00
		Total	5 %	R\$ 675,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190345963

Cidade: Neópolis

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do acidente: 18/08/2016

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 28/02/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA CORTO CONTUSO NO PÉ ESQUERDO COM LESÃO MUSCULAR.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:**

**Documentos
complementares:**

Observações: XSOLICITO PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO, E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VIGÊNCIA DESTAS INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos pés	50 %	Em grau leve - 25 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190345963

Cidade: Neópolis

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Data do acidente: 18/08/2016

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 21/02/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA CORTO CONTUSO NO PÉ ESQUERDO COM LESÃO MUSCULAR.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:**

**Documentos
complementares:**

Observações: XSOLICITO PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO, E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VIGÊNCIA DESTAS INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos pés	50 %	Em grau leve - 25 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0177600/19

Número do Sinistro: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

CPF: 047.205.285-38

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 18/08/2016

Titular do CPF: ANA MEIRE TAVARES
SILVINO

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Certidão de casamento
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Outros

ANA MEIRE TAVARES SILVINO : 047.205.285-38

Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 15/07/2019
Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF: 047.205.285-38

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 15/07/2019
Nome: TANIA CRISTINA DE FARIA PINTO
CPF: 760.547.217-04

TANIA CRISTINA DE FARIA PINTO

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0177600/19

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

CPF: 047.205.285-38

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 18/08/2016

Titular do CPF: ANA MEIRE TAVARES
SILVINO

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Certidão de casamento
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

ANA MEIRE TAVARES SILVINO : 047.205.285-38

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 27/05/2019
Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF: 047.205.285-38

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 27/05/2019
Nome: JULIANA MARQUES RODRIGUES
CPF: 149.018.967-09

JULIANA MARQUES RODRIGUES

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0177600/19

Número do Sinistro: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

CPF: 047.205.285-38

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 18/08/2016

Titular do CPF: ANA MEIRE TAVARES
SILVINO

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Declaração de Inexistência de IML

Documentos de identificação

Outros

ANA MEIRE TAVARES SILVINO : 047.205.285-38

Autorização de pagamento

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 17/02/2020
Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF: 047.205.285-38

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 17/02/2020
Nome: Alexandre Tavares Belfort
CPF: 024.208.707-86

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Alexandre Tavares Belfort

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0177600/19

Número do Sinistro: 3190345963

Vítima: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

CPF: 047.205.285-38

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 18/08/2016

Titular do CPF: ANA MEIRE TAVARES
SILVINO

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Declaração do Proprietário do Veículo

Outros

ANA MEIRE TAVARES SILVINO : 047.205.285-38

Autorização de pagamento

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 15/01/2020
Nome: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF: 047.205.285-38

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 15/01/2020
Nome: Karine Gomes de Lima
CPF: 074.990.807-65

ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Karine Gomes de Lima

Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e

Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo.

Número do Sinistro: **3190345963**

Nome do(a) Examinado(a): **ANA MEIRE TAVARES SILVINO**

Endereço do(a) Examinado(a): **R S FRANCISCO, 107 - Neópolis - SE - CEP 49980-000**

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**SSP /SE**] **1017847**

Data e local do acidente: [**18/08/2016**] **NEOPOLIS- SERGIPE**

Data e local do exame: [**04/03/2020**] **Propriá** [**SE**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.

FERIMENTO CORTO CONTUSO EM REGIAO DORSAL DO PE ESQUERDO E ANTERIOR DO TORNOZELO ESQUERDO, COM LESÃO PARCIAL DO TENDÃO EXTENSOR DO HALUX ESQUERDO

II. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.

DOR E DIMINUIÇÃO DA FORÇA DE EXTENSÃO DO HALUX ESQUERDO

III. Nexo de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

[] Sim [] Não

IV. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

FOI REALIZADO SUTURA DE TENDÃO E PELE EM DORSO DO PE ESQUERDO ,EVOLUIU SEM INTERCORRENCIAS-ALTA MÉDICA

V. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível a qualquer medida terapêutica)?

[] Sim [] Não

VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

Limitação funcional do 1º pododáctilo esquerdo

Caso a resposta do item V seja “Não”, concluir utilizando apenas as opções no item VII “a”. Caso a resposta seja “Sim”, valorar o dano permanente no item VII “b”.

VII. Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em ____ dias

() "Sem sequela permanente" (Não

existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

1º pododáctilo esquerdo

% do dano: () 10% residual () 25% leve
(X) 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

VIII. * Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou a valoração do dano corporal.



Kleberton César
Ortopedia-Fixador Externo
CRM 2481 TEOT 10304

Kleberton Cesar Siqueira Santana - CRM: 2481 - SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

20/08/2023

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEOPOLIS/SE

Processo: 202275000482

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **A.M.T.S.**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada de **RECIBO DE PAGAMENTO E OFÍCIO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo.**

Termo em que,
Pede Deferimento.

NEOPOLIS, 17 de agosto de 2023.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSYIAN SILVA MENENDEZ
OAB/SE 2592

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202275000482

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	Data de Vencimento 28/08/2023	Valor Cobrado R\$ 250,00
Agência / Código do Cedente 015/909000016	Nosso Número 02362213-8	Autenticação Mecânica



Banese

047-7

04791.59097 00001.602366 22138.047125 2 94560000025000

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE					Vencimento 28/08/2023
Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE					Agência/Cod Beneficiário 015/909000016
Data do Documento 08/08/2023	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento 08/08/2023	Nosso Número 02362213-8
Uso Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 250,00
Instruções - Documento referente à GUIA DE DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar multas, juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento.					(-) Desconto/abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA					CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
SACADOR/AVALISTA					



Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO

Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	14/08/2023	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TIPO DE JUSTIÇA	
14/08/2023	00007502520228250045	ESTADUAL	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
SE/Neópolis	Vara Cível	RÉU	250,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ANA MEIRE TAVARES SILVINO	FÍSICA	04720528538	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
A182012EA2FE44CE			
CÓDIGO DE BARRAS			
04791.59097 00001.602366 22138.047125 2 94560000025000			



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

25/08/2023

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

13/03/2024

MOVIMENTO:

Julgamento

DESCRIÇÃO:

Ante o exposto, com fulcro nos termos da legislação supracitada, bem como no entendimento exarado pelo STJ, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para condenar a parte requerida a pagar à autora o seguro obrigatório DPVAT complementar no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), acrescido de juros de mora a partir da citação (artigos 395 c/c 405, ambos do CC), até a data do efetivo pagamento pela parte requerida, e correção monetária desde a data do ajuizamento da ação (Lei nº 6.899/81). Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios que fixo em dez por cento do valor da condenação, em conformidade com o disposto no artigo 85, §2º do CPC. Expeça-se alvará liberatório em favor do perito, relativamente aos honorários depositados. Cumpra-se. Certifique-se. P. R. I.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis**

Nº Processo 202275000482 - Número Único: 0000750-25.2022.8.25.0045
Autor: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência

Vistos etc.

Cuidam os autos de AÇÃO DE COBRANÇA ajuizada por ANA MEIRE SILVINO DOS SANTOS, qualificada nos autos, em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Alega a parte autora ter sido vítima de acidente de trânsito no dia 18/08/2016, sofrendo graves lesões que ocasionaram tratamento médico e cirúrgico. Aduz que embora tenha perdido por completo a mobilidade de um dos pés, recebeu o seguro Dpvat em valor correspondente à perda dos dedos - R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), quando fazia jus a 70% (setenta por cento) do valor total do seguro, qual seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Discorrendo sobre os fatos e o seu pretense direito, pugna pela condenação da requerida ao pagamento do valor que entende devido, acrescido de correção e verbas sucumbenciais.

Citada, a requerida apresentou contestação sustentando a correção do valor pago à requerente, postulando a declaração de improcedência dos pleitos autorais.

Réplica rechaçando os argumentos da defesa e reafirmando a pretensão inaugural.

Laudo pericial juntado às fls. 181/184.

A parte autora se insurgiu contra a conclusão do laudo pericial, reafirmando o seu direito ao recebimento do valor pleiteado na exordial, enquanto a requerida acata o percentual de indenização atribuído no laudo e pugna pela improcedência dos pleitos inaugurais.

É o relatório.

Decido.



Resta incontroverso nos autos que a parte autora foi vítima de acidente de trânsito em 18/08/2016, e que nesta situação, faz jus ao recebimento de seguro DPVAT, cingindo-se a controvérsia em determinar o valor da indenização.

Com o intuito de averiguar a gravidade das lesões suportadas pela autora, bem como o percentual de incapacidade decorrente do acidente, foi deferida a realização da prova pericial.

Às fls. 181/184 restou juntado o laudo pericial, que concluiu que o sinistro ocasionou lesões no tornozelo e pé esquerdo da autora, além da perda de dedo do referido membro, resultando em danos parciais permanentes, in casu, perda da mobilidade parcial completa do pé esquerdo e perda da mobilidade parcial completa do tornozelo (fls. 181/182).

Nessa esteira, passo a analisar o valor devido à requerente.

Na hipótese de invalidez permanente e parcial, o grau de invalidez deve ser alcançado na forma dos incisos I, e II, do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

"I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais."

Vale dizer, a lesão, se parcial, deve ser qualificada em completa (enquadramento direto na tabela de danos corporais trazida pela lei) ou incompleta e, neste último caso, deve ser apurado ainda, se a invalidez é de repercussão intensa, média ou leve, ou se trata de sequela residual.

Nesse sentido é o teor da Súmula 474 do STJ:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Da debilidade completa do pé esquerdo e do tornozelo.

A Lei nº 6.194/1974, alterada pela Lei nº 11.946/2009, informa que a perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés corresponde a 50% (cinquenta por cento), e que a perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo, corresponde a 25% (cinquenta por cento).

Não há dúvidas, da análise do laudo pericial, que este atesta a invalidez permanente, parcial e completa do membro inferior esquerdo do demandante, consistente na perda de mobilidade completa do pé esquerdo e também do tornozelo, além da perda de dedo do pé esquerdo.



Nesse toar, embora o perito tenha classificado o valor da indenização de forma incompleta, haja vista que assinalou apenas os percentuais referentes ao tornozelo e dedo, omitindo a debilidade do pé, este fato não compromete a conclusão no que tange às lesões constatadas e nem a sua extensão.

Nesse toar, considerando que o laudo pericial ateste os danos ocasionados no membro inferior esquerdo da autorasão parciais, completos e permanentes, e que pela sua extensão e gravidade podem ser classificados como perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, na medida em que comprometidos com igual intensidade o pé e o tornozelo, deve-se atribuir como indenizável o percentual de 70% (setenta por cento), conforme postulado na inicial.

Ante o exposto, com fulcro nos termos da legislação supracitada, bem como no entendimento exarado pelo STJ, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para condenar a parte requerida a pagar à autora o seguro obrigatório DPVAT complementar no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), acrescido de juros de mora a partir da citação (artigos 395 c/c 405, ambos do CC), até a data do efetivo pagamento pela parte requerida, e correção monetária desde a data do ajuizamento da ação (Lei nº 6.899/81).

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios que fixo em dez por cento do valor da condenação, em conformidade com o disposto no artigo 85, §2º do CPC.

Expeça-se alvará liberatório em favor do perito, relativamente aos honorários depositados.

Cumpra-se. Certifique-se.

P. R. I.



Documento assinado eletronicamente por ROSIVAN MACHADO DA SILVA, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis, em 13/03/2024, às 07:19:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2024005204924-51**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

14/03/2024

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico, no dia 14/03/2024, o movimento registrado no dia 13/03/2024, às 07:19:48 : Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

22/03/2024

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Embargos de Declaração realizada nesta data. {Movimento gerado pelo Advogado: KRISTHIAN MORAIS BOMFIM - 8363}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEÓPOLIS, ESTADO DE SERGIPE

Processo nº.: 202275000482

Embargante: ANA MEIRE TAVARES SILVINO

Embargado: SEGURADORA LÉDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A

ANA MEIRE TAVARES SILVINO, já cadastrada eletronicamente, vem, perante a este MM. Juízo, por meio de seu procurador, nos termos do artigo 1.022, inciso II, do CPC/2015, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES

Em face da Sentença proferida no dia 14/03/2024, no qual houve **omissão, obscuridade e contradição** em não observar o que preceitua as **súmulas 426 e 580 do STJ**.

I - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO PRESENTE RECURSO

Nos termos do artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração quando, na decisão judicial, houver **obscuridade, omissão, contradição, erro material ou erro de fato**.

Assim, compreende-se que a finalidade dos Embargos Declaratórios consiste na obtenção, pelo mesmo órgão jurisdicional que prolatou a decisão, de uma declaração de qual seja o verdadeiro conteúdo da sentença, para integrá-lo ou liberá-lo de vício de expressão, pelo mesmo órgão jurisdicional que prolatou a decisão.

Diante da impossibilidade de intelecção da sentença ou acórdão, ensejando proposições entre si incompatíveis, ou na ausência de pronunciamento sobre determinado ponto do pedido, ou sobre algum fundamento da demanda ou da defesa que o Juízo deveria apreciar e não o fez; ou, ainda, visando alguma falha de expressão formal do pronunciamento em juízo, os embargos de declaração são o remédio processual oponível.

Nesse sentido pontifica o jurista Moacir Amaral Santos1:

“Opostos à decisão monocrática ou colegiada, a função desses embargos é a mesma: obter dos juízes que pronunciaram o julgado o seu esclarecimento, tornando claro aquilo que é obscuro, desfazendo a contradição nele encontrada ou suprimindo ponto omissivo.” (Primeiras Linhas de Direito Processual Civil, vol. 3, Editora Saraiva, 1997).

É, assim, o meio especial que a lei põe ao alcance das partes sempre que desejarem obter do órgão jurisdicional uma declaração expressa de determinada matéria suscitada pela parte e que não foi diretamente apreciada pelo Juízo.

Por essa razão, merecem serem conhecidos e providos estes Embargos de Declaração, a fim de que possa ser sanada a sentença ora embargada, face à omissão, contradição e obscuridade a seguir apontadas.

II - DA TEMPESTIVIDADE

Ressalta-se, que de acordo com o disposto nas Resoluções 07/2007, 23/2007 e Lei Federal nº. 11.419/2006, os atos processuais são considerados **publicados** no primeiro dia útil seguinte ao da sua disponibilização no Diário de Justiça Eletrônico. Por conseguinte, a contagem do prazo se inicia no primeiro dia útil após a sua publicação.

A sentença fora **veiculada em 14/03/2024 (quinta-feira)**, considerando-se **publicada no dia 15/03/2024 (sexta-feira)**, desta forma, a **contagem do prazo inicia-se no dia 18/03/2024 (segunda-feira)**.

Assim, temos como data fatal, o **dia 22/03/2024 (sexta-feira)**.

III - OMISSÃO/CONTRADIÇÃO - SENTENÇA QUE NÃO CONSIDEROU A SÚMULA 580 DO STJ - APLICAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO.

Ao analisar o *decisum* ora fustigado, esta C. Turma, no que concerne a data de início da incidência dos juros quanto a correção dos DANOS MATERIAIS, deixou indicar que o mesmo se daria a partir do evento danoso, senão vejamos:

Ante o exposto, com fulcro nos termos da legislação supracitada, bem como no entendimento exarado pelo STJ, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para condenar a parte requerida a pagar à autora o seguro obrigatório DPVAT complementar no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), **acrescido de juros de mora a partir da citação (artigos 395 c/c 405, ambos do CC), até a data do efetivo pagamento pela parte requerida, e correção monetária desde a data do ajuizamento da ação (Lei nº 6.899/81).**

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios que fixo em dez por cento do valor da condenação, em conformidade com o disposto no artigo 85, §2º do CPC.

[...]

Ocorre que, as súmulas 426 e 580 do STJ preceituam que:

SÚMULA 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

SÚMULA 580 DO STJ - "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

Vejamos o entendimento já pacificado:

Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Pagamento realizado a menor pela seguradora em via administrativa. Sentença de parcial procedência para condenar a ré ao pagamento da complementação no valor de R\$ 607,50, correspondente ao valor remanescente da indenização. Correção monetária que deve incidir desde o evento danoso, conforme Súmula 580, do STJ. Juros de mora que devem ser fixados a partir da data da citação, nos termos do art. 405, do Código Civil e Súmula 206, do STJ. Considerando o baixo valor da condenação, os honorários advocatícios de sucumbência devem ser fixados por equidade, nos termos do artigo nº 85, § 8º, a fim de que seja remunerada de forma adequada o patrono da parte. Recursos providos.

(TJ-SP - AC: 11237161420188260100 São Paulo, Relator: Gomes Varjão, Data de Julgamento: 16/10/2023, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/10/2023)

DPVAT. Correção monetária incidente desde o evento danoso, nos termos da Súmula nº 580 do STJ, e juros de mora a partir da citação, nos termos da Súmula nº 426 do STJ. Recurso desprovido.

(TJ-SP - AC: 10018247720208260615 Tanabi, Relator: Pedro Baccarat, Data de Julgamento: 26/07/2023, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 26/07/2023)

Dessa forma, deverá a presente sentença ser reformada, para que correção monetária tenha sua incidência a partir do evento danoso.

IV - EFEITOS INFRINGENTES

Ensinam os mestres Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery que **“Os Embargos de Declaração podem ter, excepcionalmente, caráter infringente quando utilizados para: a) correção de erro material manifesto; b) suprimento de omissão; c) extirpação de contradição”**.

No presente caso restou demonstrada todas as possibilidades, podendo, neste caso excepcional, o presente embargo operar efeito modificativo na decisão, como já assentado na doutrina e jurisprudência, como comprova a seguinte ementa:

“EMBARGOS DECLARATORIOS – ADMISSIBILIDADE E EFEITOS – Os embargos declaratórios são admissíveis para a correção de permissão equivocada de que haja partido da decisão embargada, atribuindo-se-lhes efeito modificativo quando tal premissa seja influente no

resultado do julgamento.” (STF – ED-RE 207.923-5 – 1ª T. – Rel. Sepúlveda Pertence – DJU 31.10.1997) **grifo nosso**

Do exposto, resta demonstrada a possibilidade de atribuir efeitos modificativos aos embargos de declaração.

V - DO PEDIDO

Ex positis, e com espeque nos Arts. 183, e 1.022, I, todos do CPC pátrio, confia o Embargante que este D. Juízo se digne de dar provimento ao presente recurso, para o fim de, *rogata maxima venia*, determinar a correção na citada omissão, contradição e obscuridade apontada, com a modificação da decisão prolatada, conferindo-se efeito infringente aos presentes Embargos, com a oitiva da parte contrária, em assim querendo, pessoalmente, servindo o presente recurso como pré-questionamento para a interposição de recursos cabíveis as Instâncias Superiores.

Nestes termos, pede deferimento.

Neópolis/SE, 22 de Março de 2024.

KRISTHIAN MORAIS BOMFIM

OAB/SE 8363



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

03/04/2024

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 240321034258969 do BANESE referente a Pagamento de parte do débito, ocorrido em 01/04/2024, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA em favor de ANA MEIRE TAVARES SILVINO.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 10288070540 - Parcela: 2

Banco - BANESE

CPF/CNPJ do depositante	09.248.608/0001-04
Nome do depositante	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ID da guia	2454113
Origem	Interligação
Data do depósito	01/04/2024
Forma de recolhimento	DINHEIRO
Valor do depósito	12876,95



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

04/04/2024

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Pagamento de Débito realizada nesta data. {Movimento gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSYTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEOPOLIS/SE

Processo: 202275000482

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **A.M.T.S.**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação, no valor de R\$ 12.876,95 (DOZE MIL E OITOCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).**

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado **KELLY CHRYSYTIAN SILVA MENENDEZ 2595/SE**, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

NEOPOLIS, 3 de abril de 2024.

João Barbosa
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSYTIAN SILVA MENENDEZ
OAB/SE 2592

~

			Nº DA CONTA JUDICIAL
			0
Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
	01/04/2024	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
01/04/2024	024541131	00007502520228250045	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
SE/Neópolis	Vara Cível	RÉU	12876,95
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
ANA MEIRE TAVARES SILVINO		FÍSICA	04720528538
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
7A6CFFD653A99484			
CÓDIGO DE BARRAS			
04791.59097 00001.602457 41131.047908 8 96820001287695			

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	Retroagimos 2 meses
Valor Nominal	R\$ 9.450,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Março/2022 a Fevereiro/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	07/02/2023 a 05/04/2024
Honorários (%)	10 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	702 dias	1,086635
Percentual correspondente	702 dias	8,663493 %
Valor corrigido para 01/02/2024	(=)	R\$ 10.268,70
Juros(423 dias-14,00000%)	(+)	R\$ 1.437,62
Sub Total	(=)	R\$ 11.706,32
Honorários (10%)	(+)	R\$ 1.170,63
Valor total	(=)	R\$ 12.876,95



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

17/04/2024

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento gerado pelo Advogado: KRISTHIAN MORAIS BOMFIM - 8363}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEÓPOLIS, ESTADO DE SERGIPE

ANA MEIRE TAVARES SILVINO, alhures qualificada nos autos do processo em epígrafe, por conduto de seu causídico, devidamente constituído nos autos, com endereço para receber intimações e demais notificações constante do rodapé desta lauda, vem, à conspícua presença deste D. Juízo, **requerer a confecção de alvará eletrônico, para a liberação da quantia incontroversa depositada nos autos.**

Na oportunidade informa que não possui interesse em depósito em conta.

O alvará deverá ser confeccionado em nome da parte, constando o nome do causídico como procurador, conforme procuração com poderes específicos anexada aos autos.

Ademais, requer a conclusão dos autos, para a apreciação dos embargos de declaração retro.

Termos em que, pede deferimento.

Neópolis/SE, 14 de Abril de 2024.

KRISTHIAN MORAIS BOMFIM

OAB/SE Nº 8363



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

17/04/2024

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Vão os autos conclusos face a juntada tenpestiva de Embargos de Declaração e petições de ambas as partes.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

18/07/2024

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Diante dos efeitos infringentes dos embargos opostos, intime-se a Embargada para se manifestar em 05 (cinco) dias. Ademais, tendo em vista que o julgamento dos embargos poderá influenciar diretamente no valor da condenação, reservo-me para apreciar o pedido de expedição de alvará quando da decisão sobre os aclaratórios.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Assinado eletronicamente por ROSIVAN MACHADO DA SILVA, em 18/07/2024 às 11:58:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Esta comunicação judicial não possui anexos eletrônicos. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública 2024014943123-54. Fl: 1/1



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis

Nº Processo 202275000482 - Número Único: 0000750-25.2022.8.25.0045
Autor: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Diante dos efeitos infringentes dos embargos opostos, intime-se a Embargada para se manifestar em 05 (cinco) dias.

Ademais, tendo em vista que o julgamento dos embargos poderá influenciar diretamente no valor da condenação, reservo-me para apreciar o pedido de expedição de alvará quando da decisão sobre os aclaratórios.



Documento assinado eletronicamente por **ROSIVAN MACHADO DA SILVA, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis**, em 18/07/2024, às 11:58:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2024014943123-54**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

19/07/2024

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico, no dia 19/07/2024, o movimento registrado no dia 18/07/2024, às 11:58:08 : Despacho >> Mero Expediente

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

25/07/2024

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Contrarrazões realizada nesta data. {Movimento gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEOPOLIS/SE

PROCESSO: 202275000482

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **A.M.T.S.**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

mediante as razões de direito adiante articuladas:

Inconformado com a d. Sentença, interpôs o presente visando a reformada da decisão.

Vale salientar que os embargos declaratórios são espécie recursal com contornos específicos, assim, não poderá ter outra finalidade que não a de suprir uma omissão, esclarecer uma obscuridade ou eliminar uma contradição.

Diante disso, os embargos declaratórios não podem, jamais, ter a finalidade de modificar o conteúdo da decisão recorrida. A finalidade específica dos declaratórios deve ser, sempre, a de aclarar o julgado, eliminando uma contradição ou suprimindo uma omissão.

Destaca-se que o objetivo, repita-se, deve ser sempre o de aclarar a decisão embargada.

A doutrina processualista é praticamente unânime ao negar admissibilidade a embargos de declaração que visam a modificar o julgado.

Cumprir registrar que os embargos de declaração manejados pela parte autora, é notório o seu descontentamento com a decisão proferida, descontentamento este que deverá ser apreciado em via recursal própria e não por meio de aclaratórios.

Frisa-se que o fato do n. Magistrado não conceder o que se requer não caracteriza omissão, nem tão pouco contradição.

Desta forma, não de ser acolhido o presente recurso, pois, o julgador não está obrigado a enfrentar todas as questões trazidas pelas partes, quando já encontrou fundamento suficiente tomar a sua decisão final.

Por fim, consoante ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil, o manejo dos Embargos de Declaração condiciona-se indubitavelmente, à presença de obscuridade, contradição ou omissão no julgado, o que não ocorreu *in casu*, sem o que **não lhe impõe o acolhimento**, pois, o recurso em comento não é o meio hábil para modificar o julgado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NEOPOLIS, 22 de julho de 2024.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
OAB/SE 2592



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

20/09/2024

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que a manifestação da Embargada é tempestiva.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

20/09/2024

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

05/12/2024

MOVIMENTO:

Julgamento

DESCRIÇÃO:

Deste modo, ACOLHO os presentes embargos para retificar o pré-antepenultimo parágrafo da decisão embargada, que passa a adotar a seguinte redação: Ante o exposto, com fulcro nos termos da legislação supracitada, bem como no entendimento exarado pelo STJ, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para condenar a parte requerida a pagar à autora o seguro obrigatório DPVAT complementar no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), acrescido de juros de mora a partir da citação (artigos 395 c/c 405, ambos do CC), até a data do efetivo pagamento pela parte requerida, e correção monetária desde a data do evento danoso (18/08/2016), conforme súmula 580 do STJ. Mantenho, no mais, a sentença tal como está lançada.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis

Nº Processo 202275000482 - Número Único: 0000750-25.2022.8.25.0045
Autor: ANA MEIRE TAVARES SILVINO
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Acolhimento de Embargos de Declaração

Vistos, etc.

Insurgiu-se ANA MEIRE TAVARES SILVINO, por meio de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, contra a sentença de p. 260/262, apontando omissão e contradição no julgado que não teria observado o correto termo inicial da correção monetária para pagamento do seguro DPVAT.

Intimado, o embargado pugnou pelo não acolhimento dos embargos.

Decido.

O presente instrumento processual encontra guarida legal no art. 1.022 e 1.023, do Código de Processo Civil.

Os embargos são tempestivos e a razão assiste em parte ao Embargante.

É pacífico o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que a aplicação de correção monetária e juros de mora são matérias de ordem pública, podendo ser conhecidas de ofício.

A razão assiste à embargante.

Com efeito, a sentença rechaçada determinou a atualização do valor do seguro devido com correção monetária a partir do ajuizamento da demanda, em desacordo com o disposto no verbete de Súmula n. 580 do STJ, que dispõe:

“A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.”

Deste modo, ACOLHO os presentes embargos para retificar o pré-antepenúltimo parágrafo da decisão embargada, que passa a adotar a seguinte redação:

“Ante o exposto, com fulcro nos termos da legislação supracitada, bem como no entendimento exarado pelo STJ, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para condenar a parte requerida a pagar à autora o seguro obrigatório DPVAT complementar no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), acrescido de juros de mora a partir da citação (artigos 395 c/c 405, ambos do CC), até a data do efetivo pagamento pela parte requerida, e correção monetária desde a data do evento danoso (18/08/2016), conforme súmula 580 do STJ.”

Mantenho, no mais, a sentença tal como está lançada.

Expeça-se alvará para liberação do valor depositado em favor da Autora, por incontroverso.

Expeça-se alvará liberatório em favor do perito, relativamente aos honorários depositados.

P. R. I.



Documento assinado eletronicamente por **ROSIVAN MACHADO DA SILVA, Juiz(a)** de 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis, em 05/12/2024, às 06:51:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2024025240336-90**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

09/12/2024

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), no dia 09/12/2024, o movimento registrado no dia 05/12/2024, às 06:51:24 : Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Acolhimento de Embargos de Declaração

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Diário de Justiça Eletrônico Nacional de 09/12/2024

Certidão de publicação 5014

Intimação

Número do processo: 0000750-25.2022.8.25.0045

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Tribunal: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Órgão: 1ª Vara Cível e Criminal de Neópolis

Tipo de documento: Julgamento

Disponibilizado em: 09/12/2024

Inteiro teor: [Clique aqui](#)

Teor da Comunicação

PROCEDIMENTO COMUM PROC.: 202275000482 NÚMERO ÚNICO: 0000750-25.2022.8.25.0045
REQUERENTE : . (A.M.T.S.) ADV. : KRISTHIAN MORAIS BOMFIM - OAB: 8363-SE REQUERIDO : .
(S.L.D.C.D.S.D.S.) ADV. : KELLY CHRYSYTIAN SILVA MENENDEZ - OAB: 2592-SE SENTENÇA.....: DESTE
MODO, ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS PARA RETIFICAR O PRÉ-ANTEPENULTIMO PARÁGRAFO
DA DECISÃO EMBARGADA, QUE PASSA A ADOTAR A SEGUINTE REDAÇÃO: ANTE O EXPOSTO, COM
FULCRO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO SUPRACITADA, BEM COMO NO ENTENDIMENTO EXARADO
PELO STJ, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL PARA CONDENAR A PARTE
REQUERIDA A PAGAR À AUTORA O SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COMPLEMENTAR NO VALOR DE
R\$ 9.450,00 (NOVE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A
PARTIR DA CITAÇÃO (ARTIGOS 395 C/C 405, AMBOS DO CC), ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO
PELA PARTE REQUERIDA, E CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO
(18/08/2016), CONFORME SÚMULA 580 DO STJ. MANTENHO, NO MAIS, A SENTENÇA TAL COMO ESTÁ
LANÇADA.

De acordo com as disposições dos artigos 4º, §3º, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e 224 do Código de Processo Civil, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação.

A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.



<https://comunicaapi.pje.jus.br/api/v1/comunicacao/Ekj97AdKZWnTxbnFQTOeE8Q6eLPQ1G/certidao>
Código da certidão: Ekj97AdKZWnTxbnFQTOeE8Q6eLPQ1G



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

17/01/2025

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 250103114254234 do BANESE referente a Pagamento do Débito, ocorrido em 15/01/2025, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA em favor de ANA MEIRE TAVARES SILVINO.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 10288070540 - Parcela: 3

Banco - BANESE

CPF/CNPJ do depositante	09.248.608/0001-04
Nome do depositante	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ID da guia	2580350
Origem	Interligação
Data do depósito	15/01/2025
Forma de recolhimento	DINHEIRO
Valor do depósito	4728,08



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

05/02/2025

MOVIMENTO:

Trânsito em Julgado

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

08/02/2025

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NEOPOLIS/SE

Processo: 202275000482

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **A.M.T.S.**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação do saldo remanescente, no valor de R\$ 4.728,08 (QUATRO MIL E SETECENTOS E VINTE E OITO REAIS E OITO CENTAVOS).**

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Ademais, requerer o envio dos autos à Contadoria Judicial para que seja efetuado o cálculo das custas finais, após a emissão da competente guia, requer ainda a intimação da ora peticionante para ciência e adoção das providências cabíveis.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome da advogada **KELLY CHRYSYIAN SILVA MENENDEZ, OAB/SE 2595**, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

NEOPOLIS, 7 de fevereiro de 2025.

João Barbosa
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSYIAN SILVA MENENDEZ
OAB/SE 2592

~

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202275000482

Nº Conta Judicial.....: 010/28.807054-0

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	Data de Vencimento 23/01/2025	Valor Cobrado R\$ 4.728,08
Agência / Código do Cedente 015/909000016	Nosso Número 02580350-4	Autenticação Mecânica



Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE					Vencimento 23/01/2025
Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE Nº Conta Judicial: 010/28.807054-0					Agência/Cod Beneficiário 015/909000016
Data do Documento 03/01/2025	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento 03/01/2025	Nosso Número 02580350-4
Uso Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 4.728,08
Instruções - Documento referente à GUIA DE DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar multas, juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento.					(-) Desconto/abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04					
SACADOR/AVALISTA					



Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO

			N° DA CONTA JUDICIAL
			0
N° DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
	15/01/2025	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	
15/01/2025	025803504	00007502520228250045	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
SE/Neópolis	Vara Cível	RÉU	4728,08
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
ANA MEIRE TAVARES SILVINO		FÍSICA	04720528538
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
AEEEF7DB8BFA0836			
CÓDIGO DE BARRAS			
04791.59097 00001.602580 03504.047105 1 99700000472808			

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 9.450,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Agosto/2016 a Abril/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	07/02/2023 a 01/04/2024
Honorários (%)	10 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	2800 dias	1,440860
Percentual correspondente	2800 dias	44,086047 %
Valor corrigido para 01/04/2024	(=)	R\$ 13.616,13
Juros(419 dias-14,00000%)	(+)	R\$ 1.906,26
Sub Total	(=)	R\$ 15.522,39
Honorários (10%)	(+)	R\$ 1.552,24
Valor total	(=)	R\$ 17.074,63

$$17.074,63 - 12876,95 = R\$ 4.197,68$$

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	Retroagimos 2 meses
Valor Nominal	R\$ 4.197,68
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Fevereiro/2024 a Novembro/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	01/04/2024 a 13/01/2025

Dados calculados		
Fator de correção do período	274 dias	1,033355
Percentual correspondente	274 dias	3,335491 %
Valor corrigido para 01/11/2024	(=)	R\$ 4.337,69
Juros(287 dias-9,00000%)	(+)	R\$ 390,39
Sub Total	(=)	R\$ 4.728,08
Valor total	(=)	R\$ 4.728,08



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

19/02/2025

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que confeccionei Alvará judicial 202575000023 em favor da parte autora (p. 270, 275, 294 e 301), que aguarda assinatura.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

20/02/2025

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Alvará Judicial nº 202575000023 emitido para o Banco BANESE:
-Saque-ANA MEIRE TAVARES SILVINO e/ou KRISTHIAN MORAIS BOMFIM

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NEÓPOLIS DA COMARCA DE NEÓPOLIS
Praça. General Oliveira Valadão, Bairro Centro, Neópolis/SE, CEP 49980000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202275000482

DATA:

20/02/2025

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Alvará Judicial nº 202575000023 expedido dia 20/02/2025 às 08:23:20 emitido para o Banco BANESE foi cumprido em favor de:
-Saque-ANA MEIRE TAVARES SILVINO e/ou KRISTHIAN MORAIS BOMFIM

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do cumprimento do alvará - 202575000023

Banco - BANESE

Comprovante de resgate da ordem - 599656

Comprovante de Resgate Justiça Estadual

Processo : 202275000482
Número do Alvará : 202575000023
Número da Solicitação : 599656
Data do Alvará : 19/02/2025
Beneficiário : ANA MEIRE TAVARES SILVINO
CPF/CNPJ : 047.205.285-38
Agência da Conta : 10
Conta Resgatada : 288070540

DADOS DO RESGATE
Valor do Capital : R\$ 18.470,03
Valor dos Rendimentos: R\$ 4,24
Valor Bruto Resgate : R\$ 18.474,27
Valor do IR : R\$ 0,00
Valor Líquido Resgate: R\$ 18.474,27
DADOS DO CRÉDITO
Finalidade : Saque
Levantador : KRISTHIAN MORAIS BOMFIM
CPF/CNPJ : 058.821.424-82
INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Agência : 40
Número do Posto : 0
Data : 20/02/2025
NSU : S000082